

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS**

**AS NOVAS FACES DA FOME NA PÓS-MODERNIDADE:
O CASO DO MUNICÍPIO DE FLORESTA – PERNAMBUCO**

João Luiz da Silva

Recife – Brasil – 2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS**

**AS NOVAS FACES DA FOME NA PÓS-MODERNIDADE:
O CASO DO MUNICÍPIO DE FLORESTA – PERNAMBUCO**

João Luiz da Silva

Recife – Brasil - 2007

Silva, João Luiz da

As novas faces da fome na pós-modernidade: o caso do município de Floresta - Pernambuco. – Recife: O Autor, 2007.

123 folhas : il., gráf., tab., fotos, mapas.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia. Recife, 2007.

Inclui: bibliografia, anexos e apêndice.

1. Geografia social. 2. Fome - Aspectos sociais atuais. 3. Alimentação - Abastecimento. 4. Josué de Castro - Geografia da fome. 5. Pernambuco - Floresta. I Título.

**308
363**

**CDU (2.
ed.)
CDD (22.**

**UFPE
BCFCH2007/100**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Ciências Geográficas da
Universidade Federal de Pernambuco, por João
Luiz da Silva, sob a orientação do Prof. Dr.
Alcindo José de Sá.

Recife, Brasil, 2007

“Pra gente cantá o sertão
Precisa nele morá,
Ter armuço de feijão
E a janta de mungunzá,
Vive pobre, sem dinhêro,
Trabaiando o dia intêro,
Socado dentro do mato,
De apragata currulepe,
Pisando inriba de estrepe,
Brocando a unha-de-gato”.

Patativa do Assaré

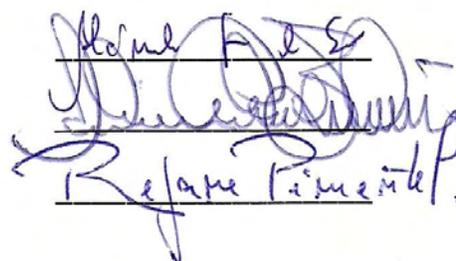
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Componentes da Banca Examinadora;

Prof. Dr. Alcindo José de Sá

Prof. Dr. Antônio Carlos de Barros Correia

Profª. Dra. Rejane Magalhães de M.Pimentel



Handwritten signatures of the exam board members, including Alcindo José de Sá, Antônio Carlos de Barros Correia, and Rejane Magalhães de M.Pimentel.

APROVADO em 27 de setembro de 2007

AGRADECIMENTOS.

A Deus por sua proteção permanente.

As minhas professoras do Grupo escolar Major João Novaes: D. Cecília, D. Cilinha, D. Rute (in memorian) e D. Maria Marques por terem me ensinado a verdadeira educação.

Aos meus professores do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco pelas fecundas contribuições.

Ao CESVASF e a Mariana Carvalho por me liberarem dos trabalhos para que eu pudesse concluir este mestrado.

Aos meus amigos que sempre com um sorriso no rosto me incentivaram a prosseguir e em especial a Anagleide por se dispor a me ajudar nas correções.

Aos agentes de Saúde de Floresta que tanto se dedicaram na aplicação da pesquisa direta.

Por fim a minha família, meu pai Miguel Luiz (in memorian), meus irmãos Antonia, Josefa, Verônica, José, Claudeth, meus sobrinhos e em especial a minha mãe MARIA DE LOURDES MIRA DA SILVA (in memorian) que mesmo semi-analfabeta não mediu esforços para ver todos os seus filhos nutridos de alimentos e de saberes.

RESUMO

Palavras chaves: 1. Fome; 2. Josué – Castro; 3. Floresta

Este trabalho teve como objeto de estudo “a fome”, o foco principal foi o livro “A Geografia de Fome” de Josué de Castro. O Objetivo desta dissertação foi analisar o problema da fome na atualidade a partir de mecanismos de superação ou camuflagem da mesma, tendo por base as obras de Josué de Castro e tendo o município de Floresta como campo de pesquisa. Partiu-se do pressuposto que diante da evolução da sociedade no que diz respeito à luta por melhores condições de vida em especial após a ditadura militar e com a globalização, alguns conceitos sobre a fome que foram exposto por Josué de Castro continuam valendo até hoje, outros adquiriram novas roupagens e outros foram extintos. Para a realização desse estudo, utilizou-se um vasto material bibliográfico, visando fundamentar a análise do ponto de vista empírico e teórico. No desenvolvimento do estudo utilizou-se, também, informações estatísticas, cartográficas e de pesquisa direta, esta última realizada através de entrevista com famílias da área rural e urbana do município de Floresta – PE. Constatou-se, com a análise, que, a fome diminuiu neste município de forma considerável em função do melhor desenvolvimento da agricultura irrigada, do desenvolvimento da ovinocaprinocultura, do crescimento do comércio varejista, implantação de indústrias, aposentadorias, ação de ONGs (Organizações não Governamentais) e de algumas políticas públicas, estas últimas, apresenta-se de forma mais assistencialistas e não como políticas de reparação permanente.

ABSTRACT

Keywords: 1. Hunger; 2. Josué – Castro; 3. Floresta City

This work had as study object "the hunger ", the main focus was the book "A Geografia da Fome" of Josué de Castro. The Objective of this dissertation went analyze the problem of the hunger at the present time observing the mechanisms of overcome or dissimulation of the same, using as base the books of Josué de Castro and being the municipal district of Floresta as research field. It's begining of the presupposition that due to the evolution of the society in what says respect to the fight for better life conditions especially after the military dictatorship and with the globalization, some concepts on the hunger that they were exposed by Josué de Castro continue being worth to today, others acquired new garmentses and others were extinct. For the accomplishment of that study, a vast bibliographical was used, seeking to base the analysis of the empiric and theoretical point of view. In the development of the study it was used, also, statistical, cartographic information and of direct research, this last one accomplished through interview with families of the rural and urban area of the district of Floresta - PE. It was verified, with the analysis, that, the hunger decreased in this municipal district in a considerable way in function of the best development of the irrigated agriculture, of the development of the sheep flock and goats, of the trade retailer's growth, creation of industries, retirements, action of ONGs (Non Government Organizations) and of some public politics, these last ones, it is shown as form of momentary help and not as a politics of permanent repair.

LISTA DE TABELA E FIGURAS

Tabela 1: Total de famílias e crianças atendidas pelo Bolsa Escola Federal, por unidade da Federação – Valores em mil – 2002.....	100
Figura 01: Josué de Castro.....	29
Figura 02: Mapa das áreas alimentares do Brasil, 1946.....	31
Figura 03: Policarencia alimentar com edema de fome e sinais oculares de avitaminoses.	62
Figura 04: Mapa de estimativa de incidência da tuberculose, 1946.....	65
Figuras 05, 06, 04: Mucunã, Macambira, Xique-Xique.....	67
Figuras 08,09: Manga e Uva.....	71
Figura 10: Evolução da concessão de benefícios por família.....	99
Figura 11: Anexo	
Figura 12: Meso Região do São Francisco Pernambucano.....	102
Figura 13: Comparativo da população de homens e mulheres, urbana e rural de Floresta-PE, em 1950 e em 2000. (Milhares).....	102
Figura 14: Evolução das causas mortis no município de Floresta-PE, 1940 a 1960. (%) .	104
Figura 15: Evolução das causas mortis no município de Floresta-PE, 1970 a 1990, (%) .	104
Figura 16: Evolução das causas mortis no município de Floresta-PE, 2000 a 2007, (%) .	105
Figura 17: Tipo e características das moradias de 100 famílias da zona urbana e 100 famílias da zona rural – Floresta-PE	106
Figura 18: Total de pessoas na família e renda familiar de 200 famílias – Floresta-PE ..	107
Figura 19: Bens de propriedade da família, de 200 famílias – Floresta-PE.	108
Figura 20: Condição de trabalho do chefe da família, de 200 famílias – Floresta-PE.	110
Figura 21: Supermercado Compare.....	111
Figuras 22, 23, 24, 25, 26: Tomate, Melão, Melancia, Ovinos e Caprinos.....	111
Figura 27: Produtos cultivados e animais criados de 200 famílias, Floresta-PE.....	112
Figura 28: Alimentos consumidos por 100 famílias, zona urbana, Floresta-PE.....	113
Figura 29: Alimentos consumidos por 100 famílias, zona rural, Floresta-PE.....	114

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS	8
INTRODUÇÃO.....	11
1 A GEOGRAFIA DA FOME E A FOME NA GEOGRAFIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	14
1.1 A FOME NO MUNDO E SEUS GÊNEROS DE VIDA.....	14
1.1.1 A FOME NA AMÉRICA DO SUL.....	14
1.1.2 A FOME NA AMÉRICA CENTRAL.....	15
1.1.3 A FOME NA AMÉRICA DO NORTE.....	17
1.1.4 A FOME NA ÁSIA.....	18
1.1.5 A FOME NA ÁFRICA.....	20
1.1.6 A FOME NA EUROPA.....	21
1.2 A FOME NO BRASIL: DO PERÍODO COLONIAL ATÉ 1940.....	23
1.3 JOSUÉ DE CASTRO E O ESPAÇO-TEMPO DE SUA OBRA.....	29
2. MUNDIALIZAÇÃO, ESTADO-NAÇÃO, REGIONALISMOS: PRODUÇÃO ALIMENTAR E FOME EM JOSUÉ DE CASTRO COMO REFERÊNCIA	32
2.1 A REGIÃO SUL.....	32
2.2 A REGIÃO CENTRO-OESTE.....	38
2.3 REGIÃO NORTE.....	42
2.4 NORDESTE.....	60
3. GLOBALIZAÇÃO, ESTADO-NAÇÃO E OS NOVOS ARRANJOS TERRITORIAIS DA FOME. O NORDESTE COMO REFERÊNCIA.....	69
3.1 AS REDES GLOBAIS DO COMÉRCIO E OS IMPACTOS SÓCIO-ESPACIAIS NA PRODUÇÃO RURAL NO NORDESTE	70
3.2 AS REDES GLOBAIS DO COMÉRCIO E OS IMPACTOS SÓCIO-ESPACIAIS NO COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA NO NORDESTE.....	76
3.3 AS REDES GLOBAIS E A FORÇA DO MARKET	79

3.3.1. PERSUASÃO NA PROPAGANDA	82
3.4 AS REDES GLOBAIS E AS FORÇAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE A FOME NO BRASIL E NO NORDESTE.....	91
4- GEOGRAFIA DA FOME NO NORDESTE, EM JOSUÉ DE CASTRO, NO PERÍODO HISTÓRICO ATUAL: O VELHO NO NOVO, TENDO COMO REFERÊNCIA O MUNICÍPIO DE FLORESTA	101
4.1 UM POUCO DE HISTÓRIA	101
4.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS	101
4.3 ASPECTOS POPULACIONAIS.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICE	123
ANEXOS.....	125

INTRODUÇÃO

A fome no Brasil é a principal prioridade anunciada pelo Governo empossado em 2005, formalizado pelo projeto FOME ZERO. Desperta uma antiga polêmica brasileira: qual a verdadeira dimensão da fome e da desnutrição no país e, mais importante, quais medidas seriam as mais eficazes para lutar contra esses problemas? Parte da polêmica pode ser creditada ao esforço insuficiente empregado no entendimento da natureza e conceituação desses dois problemas e à freqüente impropriedade de se considerá-los como equivalentes entre si e, ainda, como meros sinônimos da pobreza.

A pobreza talvez seja o mais fácil de definir. De modo bastante simples, pode-se dizer que pobreza corresponde à condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre várias outras. A desnutrição ou, mais corretamente, as deficiências nutricionais – porque são várias as modalidades de desnutrição – são doenças que decorrem do aporte alimentar insuficiente em energia e nutrientes ou, ainda, com alguma freqüência, do inadequado aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos – geralmente motivado pela presença de doenças, em particular doenças infecciosas.

A fome é certamente o problema cuja definição se mostra mais controversa. Haveria inicialmente que se distinguir a fome aguda, momentânea, da fome crônica. A fome aguda equivale à urgência de se alimentar, a um grande apetite, e não é relevante para nossa discussão. A fome crônica, permanente, a que nos interessa aqui, ocorre quando a alimentação diária, habitual, não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu estado físico e psíquico, e, ainda, para o desempenho de suas atividades cotidianas. Nesse sentido, a fome crônica resulta em uma das modalidades de desnutrição: a deficiência energética crônica.

A diferenciação entre fome, desnutrição e pobreza ficará possivelmente mais clara por meio de exemplificações. Um indivíduo pode ser pobre sem ser afetado pelo problema da fome, bastando que sua condição de pobreza se expresse por carências básicas outras que não a alimentação – o instinto de sobrevivência do homem e de todas as outras espécies animais faz com que suas necessidades alimentares tenham precedência sobre as demais.

A situação inversa, ocorrência da fome na ausência da condição de pobreza, não ocorre ou ocorre apenas excepcionalmente e por tempo limitado por ocasião de guerras e catástrofes naturais. Fome e desnutrição tampouco são equivalentes, uma vez que, se toda fome leva necessariamente à desnutrição – de fato, a uma modalidade de desnutrição: a deficiência energética crônica – nem toda deficiência nutricional se origina do aporte alimentar insuficiente em energia, ou, sendo mais direto, da falta de comida. Ao contrário, são causas relativamente comuns de desnutrição, sobretudo na infância, o desmame precoce, a higiene precária na preparação dos alimentos, o déficit específico da dieta em vitaminas e minerais e a incidência repetida de infecções, em particular doenças diarreicas e parasitoses intestinais.

Ainda que também não equivalentes, os terrenos da pobreza e da desnutrição infantil são os que mais se aproximam, pois o estado nutricional satisfatório pressupõe o atendimento de um leque abrangente de necessidades humanas, que incluem não apenas a disponibilidade de alimentos, mas também a diversificação da dieta, condições salubres de moradia, o acesso à educação e a serviços de saúde, entre outras. Ainda assim, a presença da pobreza torna mais freqüente, mas não compulsória, a presença da desnutrição na criança, sendo extremamente importante a modulação que pode ser exercida por programas bem planejados de assistência integral à saúde.

Este trabalho teve como objeto de estudo “a fome”, cujo foco principal foi o livro “A Geografia de Fome” de Josué de Castro.

O objetivo desta dissertação foi analisar o problema da fome na atualidade observando os mecanismos de superação ou dissimulação da mesma, tendo por base as obras de Josué de Castro e o município de Floresta – PE, como campo de pesquisa.

Partiu-se do pressuposto que diante da evolução da sociedade no que diz respeito à luta por melhores condições de vida em especial após a ditadura militar e com a globalização, alguns conceitos sobre a fome que foram exposto por Josué de Castro continuam valendo até hoje, outros adquiriram novas roupagens e outros foram extintos.

Para a realização desse estudo, utilizou-se um vasto material bibliográfico, visando fundamentar a análise do ponto de vista empírico e teórico. No desenvolvimento do estudo utilizou-se, também, informações estatísticas, cartográficas e de pesquisa direta,

esta última realizada através de entrevista com famílias da área rural e urbana do município de Floresta – PE.

1 A GEOGRAFIA DA FOME E A FOME NA GEOGRAFIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

1.1 A FOME NO MUNDO E SEUS GÊNEROS DE VIDA

A sobrevivência e a adaptação humana em qualquer ambiente requereu, e ainda requer, alguns sacrifícios à biodiversidade existente e ao próprio homem. A fome sempre foi companheira inseparável do homem, desde os primórdios da criação, pois segundo Castro (2004, p. 18), “[...] atinge endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas”, visto que não só a falta de alimentos causa fome, mas sim, a falta de certos “[...] elementos nutritivos [...]” necessários ao adequado funcionamento da máquina humana, também pode ser chamada de fome, a “fome oculta”, descrita por Castro (2004).

Para o autor, existem as fomes específicas, fomes individuais e coletivas, fomes totais e parciais e as fomes ocultas. O espectro da fome se espalhou no mundo de diversas formas, pelas guerras, pela seca, pelas faltas de condições técnicas e humanas em desenvolver e fazer a terra produzir adequadamente, pela ganância de poucos poderosos contra a necessidade de muitos miseráveis.

Em Castro (1965) encontram-se relatos sobre a história da fome no mundo. Para o autor, cerca de dois terços da população mundial vivem em estado permanente de fome, por falta de recursos. Na China do século XIX, cerca de 100 milhões de indivíduos morreram de fome e no século XX, 20 milhões de pessoas perderam suas vidas por este mesmo motivo. A fome aparece como atriz principal em todos os continentes, América do Norte, América Central, Ásia, África e América do Sul, movimentando a vida do homem em torno de sua subsistência, de acordo com a região geográfica em que habita, do espaço, do meio ambiente e tipo de vida.

1.1.1 A FOME NA AMÉRICA DO SUL

Considerando o contexto histórico da obra máxima de Josué de Castro, nos idos dos anos 40, a fome aparece em âmbitos e graus diferentes na América do Sul, ele define como setor A, áreas cuja alimentação é extremamente deficiente, em que se associam a fome quantitativa com as insuficiências qualitativas específicas do regime alimentar. Pode ser encontrada na Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Chile, Noroeste e extremo sul da Argentina, metade ocidental do Paraguai e metade norte do

território brasileiro. Outra parte, que o autor chama de setor B, com condições alimentares menos graves, onde apenas existem as fomes específicas em certos princípios nutritivos, sendo o regime alimentar quantitativamente suficiente, situa-se no Centro-Oeste e Sul do Brasil, território paraguaio a leste do rio Paraguai, o Uruguai e a região nordeste da Argentina.

A fome existente na América do Sul está diretamente ligada à sua história devido à exploração colonial mercantil, com base na plantation, escravidão e relações oligárquicas. Isto provocou o desequilíbrio na produção, cujo exemplo que melhor ilustra essa situação é o caso da monocultura do açúcar no Nordeste brasileiro. A falta do cultivo de frutas, verduras, legumes e da criação de gado na região foram motivos para o surgimento de condições nutricionais extremamente deficientes em uma região que, se orientada para a policultura, disporia de grande variedade de alimentos, devido à riqueza de seu solo e condições adequadas de clima (CASTRO, v. 1, 1965).

Castro (1965) ressalta que o território brasileiro é 15 vezes superior ao da França, mas com a mesma população e que o Brasil possui um número duas vezes menor de propriedades. Apenas 2%, nessa época, do território brasileiro eram cultivados, sendo que 1% era dedicado à produção de alimentos. Outro fator agravante era a falta de comunicação entre as regiões, dificultando o abastecimento de gêneros alimentícios, aliados à falta de conhecimento por parte da população, da falta de higiene alimentar e da inflação que elevou o custo de vida na época e que, até bem pouco tempo, assustava o país.

1.1.2 A FOME NA AMÉRICA CENTRAL

Na América Central, uma série de fatores naturais e culturais contribuíram para a deficiência na alimentação da população, cuja solução é bem mais difícil que na América do Sul. Divide-se em duas sub-regiões, a área continental e a área das Antilhas; na área continental, que se estende do Panamá até o México, encontra-se como alimento básico o milho que, apesar de ser considerado alimento importante, não é completo, pois não supre todas as necessidades do organismo humano, além de feijão, arroz, pimenta, raízes de tubérculos, café e açúcar. A herança indígena é a responsável por esse tipo de alimentação, pois quando os espanhóis vieram para a região, já encontraram os índios cuja nutrição básica era o milho. Na época do descobrimento do México, só existiam dois reinos: o Asteca e o Tarasca, localizados nas margens de grandes lagos, que constituíram o grande

repositório de alimentos de origem animal, enriquecendo a dieta regional. Os índios retiravam dos lagos todos os tipos de peixes, batráquio, crustáceo, inseto, ave aquática e outros habitantes, inclusive a espuma das águas, constituídas por ovos de moscas e, até mesmo as próprias moscas. As comunidades indígenas da América Central possuíam enormes áreas cultiváveis. Estas foram saqueadas pelos colonizadores e associadas à monoexploração terminando por destruir definitivamente as populações nativas. Todo o trabalho na terra era concentrado em uma única cultura, provocando o desequilíbrio ecológico, a degradação do solo e a decadência da população (CASTRO, v. 1, 1965).

A região das Antilhas foi descoberta pelos espanhóis e intensamente disputada por outros povos, dada à riqueza de suas minas, de pedras preciosas, o que levou ao abandono a policultura de sustentação desenvolvida na época. A colonização trouxe a escravidão e, com ela, a plantação de cana, cujos efeitos nocivos logo se fizeram visualizar, por ser produto que estimula ao máximo a monocultura exclusivista, o latifundiarismo e o absenteísmo, tendo como herança principal, a subnutrição e a fome da população. A alimentação das Antilhas latino-americanas, até 1945, era constituída de mandioca, inhame, batata-doce, sendo a carne, o leite, ovos, verduras e hortaliças considerados raros na mesa do povo da região (CASTRO, v. 1, 1965).

Na América Inglesa, que compreende os Estados Unidos, Canadá e outros, encontram-se condições nutricionais superiores às terras de colonização latina, apesar de também serem encontradas populações com deficiência alimentar, devido ao consumo excessivo de tubérculos, ervilha seca, arroz e ausência de leite, ovos e vegetais frescos. As crianças, quando desmamadas aos três meses, eram alimentadas com chá e mingau de milho engrossado com batata e arroz. A essa alimentação deficiente une-se o hábito nocivo do consumo de álcool, que consumia a parca saúde da população. O uso de alimentação defeituosa e o abuso de bebidas alcoólicas foram os fatores que degradaram as populações coloniais. Encontravam-se freqüentes casos de desnutrição, cáries dentárias, tuberculosas, cirroses em crianças e doenças infecciosas como sinais da falta de resistência orgânica dessas populações, conseqüências diretas da exploração colonial desenvolvida pelos ingleses e baseada na monocultura da cana de açúcar. Em menos de um século, as terras de Barbados, Jamaica, Trinidad e em Tobago estavam devastadas, as culturas de sustentação estagnadas e o açúcar economicamente arruinado, matando milhares de negros escravos de fome (CASTRO, v. 1, 1965).

Com o prejuízo trazido pela perda dos negros por inanição, o Império Britânico tomou providências para melhorar a alimentação da população com o plantio de mudas da árvore da fruta-pão, o que não resolveu o problema da fome por não conseguir corrigir as deficiências nutritivas existentes. Mesmo a libertação dos escravos não conseguiu fazer com que melhorassem as condições de vida na região, pois os grandes proprietários criaram muitos obstáculos e subterfúgios para não permitir ao negro a possibilidade de produzir alimentos para sua subsistência. Apenas na Jamaica os negros conseguiram estabelecer colônias autônomas com agricultura de sustentação e que permitiu promover a melhoria das condições alimentares (CASTRO, v. 1, 1965).

1.1.3 A FOME NA AMÉRICA DO NORTE.

A região sul dos Estados Unidos era representada por Virgínia, as Carolinas, a Geórgia e por Maryland. Era considerada uma região de fome, onde mais de dois terços da população possuía nutrição deficiente, sofrendo de alguma espécie de fome. A origem da fome na região remonta ao início de sua história, devido à conduta econômica seguida pelos colonizadores. Inicialmente, os colonizadores tentaram a policultura, com a semeadura do trigo, de frutas e de vegetais trazidos do velho mundo, aliados ao cultivo das plantas nativas, como milho, feijão, batata-doce, abóbora, melão e morangos. Porém, essa policultura logo tornou-se minguado, devido ao sistema colonial inglês basear-se no mercantilismo e considerar as colônias simples fornecedores de matérias-primas que não eram produzidas na Inglaterra. Após várias tentativas de encontrar um produto que se adequasse às exportações, os mercadores encontraram o fumo, o algodão e o açúcar, cujo cultivo foi estendido às grandes plantações (CASTRO, v. 1, 1965).

Assim, a implantação de culturas estritamente comerciais veio a transformar o sistema de economia da região, pois a posse da terra, pequena de início, logo se transformou em latifúndio, cujo cultivo exigiu a escravidão negra nessas colônias, com o típico sistema de monocultura trazendo, portanto, a falta de alimentos, o esgotamento e a erosão do solo, as crises econômicas periódicas e o baixo nível biológico e cultural da população. O sistema de monocultura forçava os escravos à parca alimentação, levando-os à morte em pouco tempo, no que eram substituídos por outros. Com a guerra da Secessão e a libertação dos escravos, a agricultura local baseou-se no trabalho dos reдеiros, ou seja, na população rural da região. O sistema dos reдеiros era visto pelos estudiosos, de acordo com Castro (1965, v. 1, p. 212), como “[...] um dos elos mais tenazes desse círculo vicioso

da miséria — círculo da monocultura, do arrendamento, do esgotamento e da erosão do solo [...]”. Contudo, as plantações do fumo e do algodão realizadas sem os devidos cuidados da adubação promoveram a exaustão do solo, de forma que até meados de 1946, exigia grandes quantidades de fertilizantes, onerando a produção agrícola da região. Por esses motivos, a população da região era obrigada a viver de uma nutrição insuficiente, incompleta, à base de milho, toucinho e melaço, além de arroz, feijão e batata-doce, dieta extremamente deficiente pela ausência de alimentos protetores, como carne, ovos e leite fresco (CASTRO, v. 1, 1965).

As conseqüências da dieta insuficiente logo não tardaram, como o aparecimento da Pelagra, em grande escala, em todos os Estados do Sul, desde os fins do século XIX, provocando um enorme êxodo rural para certas zonas do Oeste, principalmente para a Califórnia. Ao se analisar a incidência da Pelagra verifica-se uma estreita relação com as oscilações do mercado do algodão, aumentando em períodos de depressão e diminuindo em períodos de prosperidade. Ainda na década de 40, do século XX, a Pelagra ainda podia ser encontrada, ao lado de muitas outras carências minerais e vitamínicas. Após a Primeira Guerra Mundial, as condições nutricionais da população melhoraram, devido à uma melhor racionalização da produção e da distribuição de alimentos (CASTRO, v. 1, 1965).

1.1.4 A FOME NA ÁSIA.

A Ásia é considerada por Castro (1965, v. 2), como “[...] a terra dos homens e a terra da fome”, com apenas um terço da superfície terrestre representa dois terços da população mundial, dividida em cinco grandes regiões naturais: o Extremo Oriente, com a China e o Japão, o Sudeste Asiático, representado pela península indochinesa; a Índia, o Oriente próximo e a região do Extremo Norte.

A civilização chinesa é tipicamente agrária, ligadas a terra e às atividades rurais; apesar disso, se sujeita às graves conseqüências da fome, mais que qualquer outro país do mundo. Sua agricultura resumia-se a um terço do território nacional, pois os outros dois terços são áreas desérticas ou montanhosas, impróprias à agricultura. Uma das dificuldades da agricultura chinesa encontra-se no fato de que o país possui poucas extensões de terras cultiváveis, pois a maioria das terras são frias, secas ou estéreis em excesso, dificultando, assim, o suprimento das necessidades alimentares de sua população

numerosa. A grande desproporção entre a quantidade de terras cultivadas e sua população numerosa causa a superpopulação em determinadas regiões e o parcelamento da terra além dos limites permitidos para exploração econômica (CASTRO, v. 2, 1965).

As propriedades agrícolas chinesas são verdadeiros minifúndios, pois se constituem de áreas diminutas, onde vivem cerca de 5 pessoas exclusivamente do rendimento de seu solo, cuja economia se aproxima do feudalismo, devido ao seu isolamento, pela falta de intercâmbio comercial e extrema dependência dos recursos de sustentação local, o que obriga ao chinês manter a todo custo, o equilíbrio ecológico, conseguido por meio do balanceamento de suas atividades (CASTRO, v. 2, 1965).

A dieta chinesa é quase exclusivamente vegetal, constituindo o arroz, o trigo e o sorgo como alimentação de base. A ingestão de outros tipos de alimentos é feita somente em dias de festa, onde o chinês consome todo tipo de alimentação. Essa dieta forçada é a forma que o povo chinês encontrou para possuir alimentação o ano inteiro. O porco é o único animal de real importância na economia chinesa, pois consome todos os resíduos domésticos, impedindo a acumulação de lixo. Assim, a estrutura econômica da China, com sua produção insuficiente e com limitados produtos determina a penúria e a invariabilidade da dieta, causando a fome crônica de sua população nas mais variadas formas, como a fome quantitativa que se traduz na falta de energia em suas dietas para necessidades básicas e de trabalho e a fome qualitativa, a mais grave de todas, traduzida em fome de proteínas existentes na carne, leite e ovos. O não consumo de proteínas na dieta chinesa também é uma contribuição dos costumes e crenças budistas, que acredita na metempsicose, ou seja, na reencarnação da alma humana em corpos de animais (CASTRO, v. 2, 1965).

Os sinais da fome podem ser encontrados das mais diversas formas, como a fome de proteínas que causa a baixa estatura dos chineses, o aparecimento de lesões hepáticas causadoras de cirrose, diminuição da resistência orgânica às infecções, além da letargia e falta de ânimo dessa população. A falta de cálcio, encontrado nos produtos do leite e em alguns vegetais de folhas causa assíduas cáries dentárias, raquitismo e osteomalacia. A carência de ferro também pode ser verificada nessa população, agravada pela verminose que consomem grande quantidade de sangue no intestino do homem chinês e que podem se constituir na carência de minerais. O número elevado desse tipo de doença pode ser explicado pelo fato principal de que o chinês utiliza os detritos humanos para a

fertilização da terra, devido à falta de fertilizantes e à quantidade insuficiente de adubo orgânico, infectando o chinês por meio de suas mãos devido ao trabalho com o solo e pelos alimentos, produtos desse solo, que ingerem (CASTRO, v. 2, 1965).

Na Índia, outro país do continente asiático, a população também sofre com a fome, causada pela ausência do consumo de carne, leite e ovos, e prevalência de alimentos vegetais, como o arroz, o milho, o sorgo, com poucas quantidades de peixes e legumes. Os animais como a vaca e o macaco, são considerados sagrados e não podem ser abatidos para consumo humano, consomem boa parte dos poucos recursos naturais da região. Como conseqüência dessa alimentação tão pobre, tem-se as doenças como a cirrose que, quando não associada à malária e ao alcoolismo, é causada pela deficiência em proteínas, o beribéri, maior causa de mortalidade infantil na primeira infância, entre outras mais comuns, como o paludismo, a tuberculose, a cólera (CASTRO, v. 2, 1965).

No Japão, a base alimentar era constituída de arroz, peixe, milhete, sorgo e aveia, o que em tempos normais promovia o equilíbrio nutricional do povo. Mas, quando aconteciam terremotos ou guerras, as reservas alimentares escasseavam, produzindo a fome aguda. O controle do crescimento da população era exercido por medidas drásticas, como o aborto, infanticídio e abandono dos idosos, evitando, assim, a falta de víveres durante muitos anos (CASTRO, v. 2, 1965).

1.1.5 A FOME NA ÁFRICA

O continente africano é dividido por Castro (1965) em duas partes: a África Branca e a África Negra. A África Branca compreende o Egito, a África Francesa do Norte com as colônias da Tunísia, Argélia, Marrocos e a Líbia, povoada por raças semitas e hamitas, que mantinham dieta equilibrada, baseada em cereais, plantas, frutas e consumo de leite e derivados. Com a construção da barragem de Assuã, a irrigação periódica das enchentes foi substituída pela irrigação perene, diminuindo a fertilidade do solo, que deixaram de receber o limo trazido do coração da África. Esse novo processo de irrigação, aliado ao cultivo anual sem interrupção e ao aumento da população, contribuiu para a progressiva exaustão do solo. A reserva de parte das terras para produção de culturas de exportação agravou mais ainda a pobreza alimentar (CASTRO, v. 2, 1965).

As condições nutricionais na África Negra eram melhores, pois os negros, maioria da população, antes do contato com os brancos e seus costumes, alimentavam-se das raízes e folhas da mandioca, com molhos de plantas silvestres e azeite de palma, suprimindo as carências alimentares. Após o contato com os brancos, os negros adquiriram hábitos perniciosos, como por exemplo, o abandono da cultura de subsistência, o que veio a causar uma dieta deficiente em alimentos protetores. A modificação dos hábitos dos nativos provocou a desnutrição e o aparecimento de inúmeras doenças (CASTRO, v. 2, 1965).

1.1.6 A FOME NA EUROPA

Para Castro (1965), a Europa compreende toda a porção mais ocidental da massa territorial euro-asiática, com um território de 5.700.000 km² e população de 420 milhões de habitantes. Do século X até a Renascença houve 400 grandes epidemias de fome na Europa, 20 delas citadas como as maiores, onde a população praticava a antropofagia, negociando-se a carne humana. Durante os séculos XI e XII, a população faminta alimentava-se de ervas, raízes e cascas de árvores e praticava a hibernação coletiva, dormindo cerca de 4 a 5 meses, movendo-se somente para executar as ações mais elementares, hábito esse que perdurou até o século XX na Rússia Czarista.

Com a incursão das grandes navegações no século XVI, cujo motivo foi, segundo Rial (2003, p. 5) pela “[...] busca das especiarias orientais que os livrariam do inosso dos seus pratos e do gosto e do cheiro de podre que eram integrantes comuns da alimentação do período, dado pouco desenvolvimento das técnicas de conservação” trazendo de outros continentes outros tipos de alimentos e temperos, a fome atenuou-se; porém, no século XVII, poderiam se encontrar pessoas mortas à beira das estradas, com a boca cheia de capim e crianças no cemitério, chupando as ossadas dos mortos.

Afirma Rolim (1997, p. 67 *apud* ALENCAR, 2002, p. 20) que,

A refeição composta do ato de comer e beber, sofreu mudanças, em função de inúmeras variáveis: a geografia, os climas, as nações, as regiões, o nível de renda, o nível cultural, o sexo, a idade, o estado civil, a religião. Mas independente de tais mudanças, pode-se dizer que, em todas as culturas, a comida e a bebida sempre estiveram presentes, assumindo um poderoso componente social.

Para Carneiro (apud REZENDE, 2003, p. 1) “[...] as grandes fomes contemporâneas não decorrem de uma estrita falta de alimentos disponíveis, e sim de uma impossibilidade enfrentada por muitos seres humanos em obter tais alimentos”.

Alencar (2002, p. 20) informa ainda que,

[...] entre os séculos V e VII, a base alimentar dos camponeses europeus era uma espécie de sopão feito de legumes, que eram cozidos durante horas, sendo seu acompanhamento pão duro e escuro e um pouco de vinho ou cidra. Essa sopa era composta por diversos legumes (repolhos, favas), raízes 31 (cenoura, nabos, alho-poró) ou bulbos (cebolas e alhos), e ervas, cozidas lentamente em panela de barro ou de ferro fundido. Poucas vezes consumiam carne, e quando havia era apenas um pedaço de porco salgado, toucinho ou peixe. Conforme a época do ano, alimentavam-se com saladas (alface, chicória, beterraba e funcho). Onde houvesse peixes, geralmente eles eram comidos secos, salgados ou defumados, dando-se preferência ao bacalhau. Em regiões localizadas bem próximas ao Mediterrâneo, onde azeitonas abundavam, o azeite era muito utilizado.

Com relação ao consumo de carne, Alencar (2002) conta que as camadas abastadas privilegiavam os melhores pedaços de carne. Estima-se que em uma Corte do norte da Alemanha, em meados do século XVII, o consumo diário de carne, aves e peixes fossem de um quilo por pessoa. As carnes de segunda eram deixadas para as camadas menos abastadas, que nem sempre as consumiam. A carne bovina era rara, sendo preparada e consumida em pedacinhos, devido à inexistência de garfos e à escassez de facas.

Nas décadas de 30 a 40, do século XX, a Europa foi violentamente sacudida pelas guerras e, conseqüentemente, pelas epidemias de fome, causada pela escassez de alimentos e pela exploração mercantil dos grandes latifundiários. A Segunda Guerra Mundial e a política de fome dos nazistas para que sobrassem alimentos suficientes somente para as raças ‘superiores’, penetrou em todos os países do continente europeu, trazendo a anemia intensa, o bócio e o raquitismo, além da tuberculose, que devorou quase toda população da Polônia e Holanda, na época (CASTRO, v. 2, 1965).

1.2 A FOME NO BRASIL: DO PERÍODO COLONIAL ATÉ 1940

As raízes da fome brasileira encontram-se no processo histórico-político da formação da economia, tendo suas origens no período colonial, nos séculos XVI até o XIX, relacionadas com a prioridade do mercado exportador de matéria-prima, como açúcar, tabaco, ouro, diamante, algodão e café sobre o mercado interno que inclui a mandioca, feijão e milho, e da concentração da riqueza da colônia nas mãos de poucos proprietários. Inicialmente, a população que tinha como base a cultura da cana de açúcar e o trabalho escravo se fixou ao longo do litoral. Existiam, nesse ambiente, homens livres, como os lavradores que alugavam terras e produziam cana para outros engenhos, pedreiros, carpinteiros e especialistas na produção do açúcar; essa população consumia cerca de 25% da receita do engenho, além de comerciantes, traficantes de escravos, funcionários da coroa, religiosos, mestiços, mendigos e prostitutas. A alimentação inicial, trazida pelos primeiros colonos portugueses, continha frutas, legumes e verduras, mas não foi mantida no Brasil pela população mais pobre, pois esta foi obrigada a abandonar a policultura pela monocultura da cana de açúcar (CASTRO, 2004; PRAZERES, 2005).

De acordo com Magalhães (2004), existiam dois níveis populacionais de consumo, a do europeu e a do povo. O primeiro importava tudo de que necessitava, enquanto a segunda categoria, correspondendo à camada majoritariamente pobre, sofria restrições alimentares. A população do litoral como, por exemplo, Salvador, alimentava-se basicamente de farinha de mandioca, mariscos e peixes. Havia tempos de esterilidade em que a fuga para os campos se apresentava, praticamente, como único recurso para não se morrer de fome. Dos matos extraíam-se a raiz do caravatá, o fruto da comari, uns coquinhos denominados aquês, a raiz do cipó macunã. As folhas de mandioca cozida, conhecida como maniçoba, também, tinham ampla serventia nessas circunstâncias. Apesar de Salvador (1954, p. 11) contar que

[...] é o Brasil mais abastado de mantimentos que quantas terras há no mundo, porque nele se dão os mantimentos de todas as outras. Dá-se trigo em São Vicente em muita quantidade, e dar-se-á na maior parte cansando primeiro as terras, porque o viço lhe faz mal. Dá-se também em todo o Brasil muito arroz, que é o mantimento da Índia Oriental, e muito milho zaburro que é o das Antilhas e Índia Ocidental. Dão-se muitos inhames grandes, que é o mantimento de São Thomé e Cabo Verde, e outros mais pequenos, e muitas batatas [...].

Magalhães (2004) reafirma o encarecimento dos víveres nos centros mais populosos de Recife, São Luís e Rio de Janeiro, citando escritos, como os do padre Fernão Cardim (1939) e do padre Vieira (1951), que corroboram com o panorama de constante precariedade e má qualidade da alimentação.

Inicialmente, a população vinda de Portugal manteve-se no litoral brasileiro. Posteriormente, com o incremento da pecuária, que se estendeu do litoral para o interior do país e o surgimento da cultura de subsistência por não mais ser possível importar alimentos devido às grandes dificuldades traduzidas pelos transportes lentos e precários e pela grande distância, no século XVII, sucedeu-se ao povoamento do interior do país, principalmente nos campos do sul e no sertão do Nordeste, sendo levados posteriormente ao Centro-Oeste. O novo cenário de deficiência de abastecimento dos gêneros teve como consequência à elevação dos preços, a fome e distúrbios da ordem social, tanto os pobres como os senhores de engenho se sentiram prejudicados, uma vez que a alimentação da mão de obra escrava se problematizava (CASTRO, v. 2, 1965).

Conta Magalhães (2004) que, durante a ocupação holandesa, a partir do quarto decênio do século XVII, algumas medidas foram introduzidas, visando incentivar a produção de farinha de mandioca no Nordeste, após ser suspenso o fornecimento de farinha de trigo, quando então, os holandeses começaram a impor cotas de farinha de mandioca aos comerciantes locais, mas tais providências não obtiveram sucesso, fazendo com que passassem a exigir que se plantasse mandioca no lugar da cana. Orientados exclusivamente para obter os rendimentos provenientes do açúcar, os senhores de engenho e lavradores não estimulavam seus escravos a plantar roças de mandioca, nutriente básico da população, situação que contribuía para as crises de abastecimento. No edital de 18 de janeiro de 1838, Maurício de Nassau determinava que os senhores de terras e lavradores de canaviais e de roças plantassem duzentas covas de mandioca por escravo que possuíssem, dando ele mesmo o exemplo, plantando junto à sua residência, um vasto pomar, com inúmeras variedades de frutas: laranjas, limoeiros, romãzeiras, figueiras, coqueiros, limões-doces, mamoeiros, jenipapeiros, mangabeiras, cajueiros, entre outras.

Ao final do século XVII e início do século XVIII, houve 25 anos de fome no Brasil e outros dois terços de carestia e penúria. A essência da questão se encontrava nas relações entre o grande produtor mercantil e a produção para o abastecimento interno, pois

o comércio colonial oferecia rendimentos muito mais elevados, delegando um perfil de pobreza aos pequenos agricultores (ROCHA e GUEDES, 2006).

Magalhães (2004) corrobora para esta afirmação citando os trabalhos de Linhares (1979), para quem os depoimentos dos europeus que gabaram e celebraram as grandezas e a abundância do Brasil é de uma época e da mentalidade de seus homens, reflexos de mitos e fantasias. Aliás, os primeiros relatos do século XVI não são suficientemente detalhados de modo a permitir analisar e definir um sistema de fornecimento de alimentos à população européia. Da mesma forma, Magalhães cita Silva (1994, p. 39-43) para quem “[...] entre o final do século XVII e início do século XIX, pelo menos 25 anos foram de fome, sem qualquer atenuante. Outros quase dois terços foram marcados por penúrias e carestias”. A maioria da população, em decorrência da sua pauperidade, apresentava-se mais suscetível à falta de gêneros indispensáveis, como o milho e a mandioca.

De acordo com Magalhães (2004), a escassez e a carestia de víveres foram corriqueiras desde os primórdios da colonização do Brasil. O sistema econômico que se montava, não permitindo atividades diversificadas, foi marcado pela exigüidade do mercado interno, bem como pelas condições inerentes ao sistema produtivo geral, no qual se inseria.

Para Linhares (1979) as causas da escassez de alimentos no Brasil ao longo dos séculos XVIII e XIX se devem a partir de quatro fatores: o primeiro por causas naturais como as secas, as pragas que destruíam as colheitas, os imprevistos climáticos, a fome e as doenças epidêmicas que afetavam a população; o segundo pela existência da concorrência desfavorável entre as agriculturas de subsistência e a exportadora voltada para os mercados internacional e inter-regional, determinando uma diminuição da produção de alimentos; o terceiro aspecto, oriundo do surgimento de mercados mais rentáveis para o agricultor comercializar seus produtos, levava a retirar seus gêneros do comércio local, transferindo-o para outro mais atrativo e a quarta e última causa é a recusa por parte do lavrador de plantar gêneros além das suas próprias necessidades familiares, por causa dos empecilhos institucionais que lhe eram impostos para a comercialização desses gêneros, custo de transportes, lucros de intermediários, impostos, licenças para venda de produtos e burocracia fiscal.

Para Magalhães (2004), assim como para Castro (2004), as crises de subsistência no período colonial decorriam da própria estrutura produtiva colonial inscrita nas deficiências organizacionais do sistema agrário. As reproduções das hierarquias coloniais, a deficiência dos transportes e do armazenamento, somadas às imposições do Estado e às oscilações climáticas, constituem elementos fundamentais para a explicação do problema. A fome, por sua vez, designava um estado superlativo, ápice de um processo iniciado por uma falta ou esterilidade, originando uma carestia ou alta dos preços. De um modo geral, os três fenômenos encadeados ou não, falta, carestia e fome, compunham a crise de subsistência.

A carestia, também, era um dos fatores que atingia a mandioca e todos os gêneros que pudessem substituí-la, como o milho e o feijão. Diante dessa realidade, não só as pessoas pobres que consumiam mandioca eram atingidas, os senhores de engenho também sentiam os efeitos da inflação, uma vez que a manutenção de ração de suas vastas escravarias tornava-se problemática (MAGALHÃES, 2004).

Também Rocha e Guedes (2006) relatam que, no começo do século XVIII, o governo colonial tenta impedir a mudança de cultivo de gêneros pelos agricultores, gerando crescente tensão entre os dois segmentos com os mecanismos de fluxo de renda no interior da colônia como principal força motriz da crise. A primeira ação de governo para evitar a fome foi tomada ainda em 1700, quando áreas de cultivo de cana de açúcar e tabaco foram substituídas para dar lugar às plantações de alimentos.

Ao final do século XIX e começo do século XX, a abolição da escravatura e a expansão demográfica, em simultâneo com a difusão do modo de produção capitalista no mercado interno desencadearam uma série de transformações no sistema produtivo e na estrutura de classes no país. As manifestações se fizeram sentir nos movimentos contra a carestia e a perda do poder aquisitivo das classes populares, conforme relata Bonfim (2000), com o Movimento do “Quebra-Quilos”, entre 1850 e 1900; a revolta de Ibicaba, de 1851, quando colonos das fazendas de café se revoltam contra o alto preço das mercadorias que lhes eram vendidas, contra os pesos e medidas utilizados e contra os juros; o protesto contra alta de gêneros alimentícios em Salvador, em 1858, ocasionado pelas sucessivas epidemias de febre amarela e *cholera morbus* (a cólera) e a escassez contínua de alimentos. A revolta contra comerciantes estrangeiros contra devido ao alto preço de mercadorias importadas e baixo preço pago pelos gêneros alimentícios nacionais, em 1872. As lutas

diversas pela melhoria de salários e de condições de vida para os operários e lutas no campo, no início do século XX, em sua maioria, era pelo rebaixamento dos preços dos gêneros alimentícios e o comício contra a carestia, em 1913, no Rio de Janeiro para rever o sistema de pesos e medidas, pois as pessoas pobres eram “roubadas” em suas compras pela manipulação das balanças. Durante a 1ª Guerra Mundial, o mercado exportador de alimentos cresceu. Em torno de 1920, adveio a concorrência acirrada do mercado internacional (ROCHA e GUEDES, 2006; BONFIM, 2000).

Foi nos anos 40 que surgiu a preocupação com a contagem de pessoas que passavam (e ainda passam) fome no Brasil, ou seja, com os mapas da fome que são utilizados como "fotografia" do problema. Josué de Castro no seu clássico ‘Geografia da Fome’ foi o responsável pelo primeiro mapa da fome do país, acompanhado de seus determinantes e apontando vias para a superação do problema.

De acordo com Vasconcelos (2001) à época da realização do inquérito *As condições de vida da classe operária no Recife*, de autoria de Josué de Castro (1980), a cidade possuía cerca de 700 mil habitantes, dos quais aproximadamente 230 mil viviam nos chamados mocambos, localizados nos mangues e nos arredores da cidade, denotando a precocidade dos processos de urbanização desordenada da cidade e de marginalização de significativa parcela de sua população. E que isso era fruto de dois grupos de causas como as secas periódicas do sertão nordestino e os salários miseráveis das zonas das usinas. Assim, os principais achados do inquérito dietético realizado em 1932 revelaram que: 1) a dieta era quase exclusivamente formada de farinha com feijão, charque, café e açúcar, denotando uma 'terrível monotonia' alimentar, pela falta de variedade dos alimentos que a compunham; 2) o consumo de leite e frutas, em quantidades 'irrisórias', foi verificado em apenas 19% e 16% das famílias, respectivamente, significando que 80% da população não consumiam quase nenhum alimento do grupo dos 'protetores'; 3) o consumo calórico médio verificado foi de 1.645 calorias diárias, muito aquém das necessidades energéticas diárias de um adulto normal da região estabelecida em 2.640 calorias; 4) o consumo de carboidratos era proporcionalmente excessivo, em detrimento do baixo consumo de proteínas, cuja média foi de 62 gramas diárias, sobretudo daquelas de origem vegetal — oriundas do feijão, milho e da farinha de mandioca; 5) o baixo consumo de lipídios, correspondendo a cerca de 13 gramas diárias, simbolizava também a deficiência de vitaminas lipossolúveis da dieta; e 6) o consumo de minerais, particularmente cálcio e

ferro, e de vitaminas hidrossolúveis também encontravam-se muito abaixo das recomendações nutricionais.

Conforme Lima (1998), na década de 1930, a sociedade brasileira se voltava para a perspectiva da consolidação de demandas e mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, comprometidas com a reorientação dos rumos do país, momento em que um novo Estado se reorganizava e assumia a tarefa de orientar o próprio desenvolvimento social. Dentro deste quadro, as teorias raciais precisavam ser superadas, pois a realidade social impunha outro tipo de interpretação do Brasil,

A ambigüidade da identidade do ser nacional forjada pelos intelectuais do século XIX não podia resistir mais tempo. Ela havia se tornado incompatível com o processo de desenvolvimento econômico-social do país. Basta lembrarmos que nos anos 30 procura-se transformar radicalmente o conceito de homem brasileiro. Qualidades como ‘indolência e ‘preguiça, consideradas como atributo da raça mestiça, eram substituídas pela ideologia do trabalhoO que se assiste neste momento é na verdade uma transformação cultural profunda, pois se busca adequar as mentalidades às novas exigências de um Brasil ‘moderno (LIMA, 1998, p. 11).

Para Lima, (1998), a passagem do conceito de raça para o de cultura suprimia uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança do mestiço. Por outro lado, ela permitia ainda um maior distanciamento entre o biológico e o social, o que possibilitava uma análise mais rica da sociedade. Se esta teoria do valor cultural se afastava do biológico, fornecendo aos intelectuais elementos para a justificação da tese “mal de fome” e não “de raça”, estes, ao produzirem a base cognitiva do campo da ciência da nutrição e, no seu âmbito, a educação alimentar reconstituíam o biológico como um fator de evolução social em novas bases. Nessa perspectiva, o único método capaz de viabilizar uma análise da questão alimentar em suas várias faces era o método da Escola Francesa de Geografia, representada por Vidal De La Blache, cujo princípio de conexidade permitia estudar esse fenômeno como um fator de evolução social ao lado de outros fatores aos quais estavam ligados, por conexão do meio, por influências mútuas:

Só a geografia que ensina a saber ver os fenômenos que se passam em sua superfície, a observá-los, tendo em vista a sua localização, extensão e causalidade, pode orientar o espírito humano na análise do vasto problema da alimentação como um fenômeno ligado, através de influências recíprocas, à ação do homem, do solo, do clima, da vegetação e do horizonte de trabalho (Castro, 1937, p. 26).

1.3 JOSUÉ DE CASTRO E O ESPAÇO-TEMPO DE SUA OBRA



Fig. 01 - Josué de Castro (1908 – 1974)

Josué de Castro nasceu em Recife, em 1908 e formou-se em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, em 1929 (Endocrinologia e Nutrição), com apenas 21 anos de idade. Entre os anos de 1930 até 1935, foi livre-docente de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife e professor catedrático de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife.

Em sua trajetória intelectual nas décadas de 1930 e 1940, destacam-se a edição dos livros: O problema fisiológico da alimentação no Brasil (1932), O problema da alimentação no Brasil (1934), Alimentação e raça (1935), Documentário do Nordeste

(1937), Alimentação brasileira à luz da geografia humana (1937), Fisiologia dos tabus (1938), Geografia humana (1939) e Geografia da fome (1946).

A obra de Castro, Geografia da Fome, cuja primeira edição foi em 1946, retrata o problema da fome em seus mais variados matizes, em todas as regiões brasileiras, envolvendo costumes, as fomes individuais e coletivas. As fomes totais e parciais. As fomes específicas e as fomes ocultas. Castro trata, especificamente, da fome coletiva, seja ela endêmica (permanente) ou epidêmica (transitória), seja ela total (inanição) ou parcial ou oculta, conferindo uma atenção especial para a fome parcial ou oculta, por esta, segundo ele, ser mais freqüente e atingir uma maior parte da população.

Em sua obra, Castro não restringe o conceito de fome, ao contrário, utiliza este conceito, mesmo quando outros autores utilizariam conceitos como o de subnutrição ou desnutrição, pois como ele mesmo aponta, a fome parcial além de ser mais freqüente, também seria mais grave. Ao mesmo tempo tem razões políticas, pois assim a fome não poderá ser tratada como um fenômeno restrito às 'regiões longínquas' como o Oriente e a Europa do pós-guerra.

Josué de Castro assinala, no prefácio de 'Geografia da Fome', duas razões que o levaram a escrever suas obras em vários volumes. A primeira se refere à extensão do fenômeno da fome que abrange todos os continentes e a segunda se refere a possibilidade de lançar volumes separadamente sem prejudicar o conteúdo da obra como um todo.

Em ambos os livros, Josué inicia sua apresentação do fenômeno da fome através de um tratamento mais teórico da questão. Josué de Castro divide o Brasil em grandes áreas, sendo três delas consideradas áreas de fome. Área Amazônica, Área da Mata do Nordeste ou Área do Nordeste Açucareiro e Área do Sertão do Nordeste são as áreas de fome no Brasil (fig. 02), enquanto as áreas do Centro-Sul e Extremo Sul, apesar de não apresentarem um padrão dietético satisfatório não são consideradas áreas de fome.

O autor também denuncia os estragos cometidos pelo processo de colonização ao redor do mundo, indicando que todas as regiões que passaram pelo processo de colonização (europeu principalmente) sofreram e ainda sofrem com o flagelo da fome.

É verdade que desde o início de sua obra Josué de Castro trata o fenômeno da fome como um fenômeno social e não natural que pode ser superado através da ação do

próprio Homem. A tese mais polêmica de Josué de Castro trata da relação entre a fome e o fenômeno da 'superpopulação'. Ele afirma que o fenômeno da 'superpopulação' não causa fome, mas sim que a fome é a causa do fenômeno da 'superpopulação'.

Para Josué de Castro populações com deficiências alimentares se tornariam mais férteis, tendo mais filhos o que causaria um aumento indesejado da população. Além disso, segundo Josué de Castro, com um alto índice de mortalidade infantil e a necessidade de braços para trabalhar para o sustento da família o número de filhos por casal também aumentaria significativamente. É através desta relação de causa e efeito, fome e 'superpopulação', que Josué de Castro combate o discurso malthusiano e ainda afirma que a melhor maneira de se controlar o crescimento da população é promovendo uma melhoria significativa do padrão alimentar das pessoas.



Fig. 02.

Fonte: Geografia da Fome, 1946 - CASTRO

2. MUNDIALIZAÇÃO, ESTADO-NAÇÃO, REGIONALISMOS: PRODUÇÃO ALIMENTAR E FOME EM JOSUÉ DE CASTRO COMO REFERÊNCIA

2.1 A REGIÃO SUL

Antes de iniciar-se esse item, destaca-se que a Região Sul em Josué de Castro (2004) compreende os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

O Sul possui inúmeros traços de identidade, tais como: semelhanças estruturais dos setores produtivos e das bases demográficas e raízes culturais; energéticas e de transportes relativamente uniformes; razoável paralelo nos matrizes-processos de desenvolvimento recentes. Quanto aos efeitos da globalização e da nova ordem econômica mundial sobre o potencial competitivo, os estados sulinos têm muito em comum (BRASIL, 2001).

A Região Sul contribui com quase um quinto do PIB nacional, supera o PIB *per capita* brasileiro, realça-se pelas funções exportadoras e de celeiro nacional e conta com uma parcela importante e relativamente moderna do parque industrial brasileiro. Sobressai-se pelos bons indicadores sociais, quando as bases de comparação são as marcas do Brasil, porém está distante dos níveis já alcançados pelos países desenvolvidos (BRASIL, 2001).

Segundo Diniz e Santos (1995), a Região em questão apresenta uma série de indicadores econômicos e sociais de grande expressão, quando comparados com os valores médios do Brasil e da América Latina: 1) o seu Índice de Desenvolvimento Humano saltou de 0,620, em 1970, para 0,857, em 1996, colocando-se entre as regiões e países com alto IDH, segundo os critérios da ONU; 2) o seu PIB *per capita*, estimado em termos de paridade de poder de compra, passou de US\$ 3.472,00 em 1970, para US\$ 6.481,00 em 1996; 3) embora declinante desde 1975, a sua participação na formação do PIB total do País ainda é de 58,2%, em 1998; 4) da mesma forma, o seu PIB *per capita* é 36,5% superior ao PIB *per capita* brasileiro, em 1998. Entretanto, reconhece-se que o crescimento acelerado da produção de bens e serviços nesta Macrorregião, durante os últimos cinquenta anos, tem ocorrido com intensa destruição de seu capital natural.

Castro (2004) ressalta que a referida Região é caracterizada por uma grande variedade de elementos componentes do seu regime alimentar e pelo consumo mais alto das verduras e das frutas, constituindo-se a zona mais rica do país e de maior desenvolvimento, tanto agrícola quanto industrial, compreendendo 80% da capacidade econômica de todo país.

Castro (2004) ressalta que o principal motivo dessa alimentação mais rica é sua base econômica mais sólida, pois a capacidade de produção *per capita*, em certos pontos dessa área, como o Rio de Janeiro e em São Paulo, é dez vezes mais alta do que a dos Estados do Norte. Outro fator decisivo dessa superioridade regional é a própria produção mais abundante, desde que a área do Sul, contendo 31% da população nacional, nela concentra 40% da produção de alimentos de todo o país. Tanto as condições do seu solo e de seu clima como a influência favorável das recentes levadas de imigrantes que aí se vêm fixando do século passado até os nossos dias, tudo isto tem trabalhado num sentido de diversificar os recursos alimentares da região e de utilizá-los de maneira mais racional. As altas cotas de italianos, alemães, poloneses, lituanos que vieram colorir o quadro etnológico nacional nessa zona fizeram, também dessa área alimentar uma espécie de mosaico, constituído de inúmeras subáreas, nas quais os alimentos básicos variam e os seus arranjos e tipos de preparo variam ainda mais. Assim, podem ser encontrados desde um tipo de alimentação predominantemente vegetariana, caracterizada por um largo uso do trigo, sob a forma de macarrão, *ravioli* e *spaghetti* como na área paulista, até o tipo oposto de alimentação, de predominância carnívora, da região dos pampas gaúchos, na subárea do Rio Grande do Sul, caracterizada pelo complexo alimentar do churrasco e do mate-chimarrão.

As colônias japonesas, que segundo Castro (2004), eram localizadas nas proximidades dos centros urbanos, como em torno da capital de São Paulo, tendo dado grande incremento às culturas hortícolas, tornaram mais abundante o consumo das verduras nessa área. Nas zonas de maior influência germânica encontra-se um consumo mais freqüente de aveia, centeio, lentilhas, hortaliças e frutas; assim como da carne, principalmente de porco, em suas inúmeras variedades de salsichas, *bacon*, presunto doméstico, carne de fumeiro, comidos com pão preto, chucrute e cerveja.

Para Castro (2004), não se pode dizer que, pela enumeração desta apetitosa lista de substâncias alimentares, produtos da ação conjunta de fatores naturais e culturais

favoráveis, que a alimentação nessa área seja perfeita, isenta de deficiências e de desequilíbrios. Muito longe disto. Ela é bem superior à das outras áreas brasileiras estudadas, mas está bem distante daquele tipo de alimentação sadia e considerada perfeita dos habitantes da Califórnia e da Nova Zelândia, por exemplo.

Os inquéritos realizados, à época de Castro, em diferentes pontos da área do Sul têm mostrado que as dietas locais são, sob diferentes aspectos, incompletas e impróprias. No inquérito que, em 1937, o autor realizou em colaboração com outros especialistas na cidade do Rio de Janeiro, verificou-se que o regime alimentar nessa cidade é deficiente em cálcio, ferro e vitamina A e dos grupos B e C. Deficiências que resultam principalmente do baixo consumo de leite, de verduras, de legumes verdes, de cereais integrais e de frutas entre os elementos das classes proletárias. Os inquéritos levados a efeito em São Paulo, também revelaram carências parciais desses elementos, embora um pouco mais discretas do que as do Rio. De fato, São Paulo apresenta o padrão alimentar menos defeituoso de todo o país. Seu regime começa por basear-se mais no trigo, havendo um consumo local de sua farinha duas vezes mais alto do que o consumo médio nacional. E nós sabemos que as proteínas do trigo são superiores às dos outros cereais - milho e arroz. Apesar desta maior tendência dos paulistas a consumirem trigo, frutas e verduras, sofrem, contudo, da carência de certos princípios nutritivos, conforme atestavam os inquéritos de hábitos alimentares e de nutrição, descritos por Castro (2004).

Os estudos mais recentes de nutrição começam a evidenciar que, mesmo nestas áreas, a dieta alimentar está longe de ser perfeita. Por seus defeitos e erros, principalmente pela escassez de certos princípios alimentares, se explica o alto índice de doenças degenerativas entre estes povos aparentemente tão bem alimentados.

De acordo com os estudos de Batista Filho e Batista (2003), houve um aumento do consumo de leite, queijo e derivados na região Sul, o que atenuou a deficiência de cálcio. Essa diversificação do mercado alimentar se deve mediante a troca intensiva de produtos de diferentes produtores, e, nos últimos quatro anos, a regularização do processo de iodatação do sal de consumo humano, praticamente eliminam o risco de deficiência de iodo, muito comum na década de 1940, do século passado. Houve mudanças marcantes na cesta básica brasileira por causa da inserção dos produtos industrializados, que passaram a ocupar um espaço crescente e até dominantes no cardápio das famílias, inclusive nas de baixa renda. Os autores ressaltam que algumas mudanças foram positivas, como a

introdução de frutas e verduras, outras, foram negativas, como a introdução precoce de leites industrializados em substituição ao desmame, o uso de *fast-foods* e o consumo freqüente de açúcar e refrigerantes.

Essas mudanças tem como premissas que o Sul, em tão somente duas décadas, protagonizou um papel importante na construção do moderno parque industrial brasileiro e, concomitantemente, reconverteu o setor agropecuário. Em 1960, 62% da população sulina vivia no meio rural, sendo que, no Paraná, o grau de ruralização era maior: 70%. Até 1970, os habitantes do Sul, ainda viviam majoritariamente nas áreas rurais, que somavam 9,2 milhões habitantes de um total de 16,5 milhões, muito embora fosse visível o êxodo em direção às cidades. Salienta-se que a Renda Interna do setor rural era bem superior à brasileira, muito embora a Renda Total da região fosse inferior a média do País (BRASIL, 2001).

Salvo o cultivo do café, no Paraná, destinado à exportação, as demais lavouras eram orientadas ao abastecimento do mercado interno e ainda acusavam baixos níveis de produtividade e de tecnicidade. A suinocultura estava vinculada à produção de porco-banha, limitando o potencial de industrialização. O perfil da indústria de transformação em 1960 era dominado pelas atividades tradicionais, notadamente as de produtos alimentares (20,6%), da madeira (13,5%), têxtil (13,7%) e de calçados e vestuário (7,1%), o que retratava o estágio incipiente do setor industrial sulino, num momento em o Brasil já exibia uma estrutura produtiva diversificada, com forte presença de setores modernos, material de transportes, mecânica e metalúrgica, com intenso encadeamento e níveis tecnológicos relativamente avançados. Apesar das nítidas desvantagens infra-estruturais, da restrita disponibilidade de capitais e da falta de apelo aos investidores estrangeiros, a Região, nas décadas de sessenta e setenta, superou os obstáculos, tidos como inamovíveis, e revelou extraordinária capacidade de resposta aos estímulos gerados pelas políticas nacionais de substituição de importações, não se limitando à produção de bens de menor grau de processamento ou bens leves, o Sul na década de 70, que pode ser denominada de "período de ouro" da economia regional, implantou um grande número de projetos visando à produção de bens duráveis de consumo, bens intermediários e, em menor escala, bens de capital (BRASIL, 2001).

O desenvolvimento da Região foi puxado pela indústria, porém, simultaneamente, surgiu a moderna agricultura do trigo e da soja e ocorreram importantes

avanços de produtividade do milho, compondo um tripé que alavancou não somente o setor rural, mas também provocou efeitos de encadeamento para trás e para frente, criando complexas cadeias produtivas, que derivaram no estabelecimento de indústria de fertilizantes, fábricas de tratores e equipamentos agrícolas e importantes agroindústrias, processadoras de matérias-primas regionais (BRASIL, 2001).

A combinação do binômio porco-milho implicou num processo virtuoso e inovador, seja no desenvolvimento e aplicação de avanços tecnológicos em genético animal, seja sob a ótica organizacional: estabelecimento de rede de pequenos e médios fornecedores de suínos e, depois, de aves, no que passou a ser denominado de “sistema de integrados”. Como decorrência, a região se transformou no principal produtor nacional e, no caso das carnes de aves, um importante exportador, com representativa fatia do mercado mundial. O florescimento da agroindústria também se manifestou pelo processamento da soja, nos três Estados, com múltiplos efeitos: desde o abastecimento de farelo, viabilizando o desenvolvimento do porco-carne; a produção de óleo de soja e de margarinas e outros derivados, além de gerar excedentes de monta para exportação (BRASIL, 2001).

Um fenômeno extraordinário foi o da criação de 700 mil empregos industriais, (21% do acréscimo de vagas na indústria nacional), em tão somente 21 anos, entre 1959 e 1980. As novas oportunidades de trabalho permitiram que os agricultores expulsos do meio rural pudessem ser acolhidos, em parte, nas cidades sulinas, as quais se expandiram celeremente, registrando patamares de urbanização superiores a 70% (BRASIL, 2001).

A estrutura das exportações, que até 1972, era polarizada por produtos primários, com processamento elementar, tendo como líder o café em grão, com 31% e grãos e farelo de soja, que somavam 24%, e madeiras, sobretudo de araucária *Angustifolia* – pinho do Paraná – passou a exibir produtos industrializados ou semiprocessados, calçados, produtos têxteis, carnes de aves, além da soja e seus derivados (BRASIL, 2001).

O intenso desenvolvimento registrado no Paraná e em Santa Catarina reduziu a supremacia exercida pelo Rio Grande do Sul no contexto regional, e permitiu que a região superasse o PIB *per capita* brasileiro. Os técnicos e políticos que levantaram a bandeira da industrialização da Região Sul, na década de 50 e início da de 60, como uma resposta ao viés concentrador da política industrial brasileira, que beneficiou o eixo Rio-São Paulo, não poderiam, na época, prever a notável trajetória trilhada pelo Sul, com fortes aumentos

da produtividade nas atividades rurais e industriais. Entre os anos 50 a 70, completou-se o processo de devastação das ricas reservas florestais do Sul, cujo início se deu com a implantação da ferrovia São Paulo-Rio Grande, na primeira década do século XX. Outro componente importante do desenvolvimento regional foi à explosão do turismo de verão e de lazer, que implicou na poluição das águas balneárias e na desfiguração dos ecossistemas costeiros, com maior intensidade em Santa Catarina. Este fenômeno acentuou-se nas últimas décadas do milênio passado (BRASIL, 2001).

Um dos resultados mais significativos foi o surgimento de um empresariado regional, em quase todos os gêneros, desde os ligados às indústrias tradicionais até às dinâmicas (Gerdau, Freitag, Schmidt, Prosdócimo, Randon, Fontana). O cooperativismo adquiriu vulto no processamento de produtos da agropecuária, sobretudo no Paraná, preenchendo lacunas devido ao fraco empreendedorismo de algumas regiões. Contudo, a intensa tecnicidade ocorrida dos anos 50 a 80, que resultou no aumento de produtividade da mão-de-obra rural de 3,5% a.a. e que se triplicou, nos últimos dez anos deste período, implicou na expulsão de 4 milhões de habitantes do meio rural (BRASIL, 2001).

Os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro se abastecem de recursos ambientais de outras regiões do País, regularizando a sua oferta por meio de importações interregionais, toda vez que ocorre expansão da demanda local. Em 1995, as importações de bens e serviços do Sudeste, originárias das demais regiões brasileiras, chegaram a 8,2% do seu PIB a custo de fatores, sendo que a pauta destas importações é predominantemente de produtos intensivos de recursos naturais: produtos alimentares (29,5%), agropecuária (23,0%), vestuário e calçados (4,0%), madeira e mobiliário (3,8%), entre outros (BRASIL, 2001).

A reestruturação produtiva local ou microrregional no conceito de *cluster*, proposto de forma sistemática nos diferentes trabalhos teóricos e de consultoria de Michael Porter e que, pode ser observado no Brasil, consistem de indústrias e instituições que têm ligações particularmente fortes entre si, tanto horizontal quanto verticalmente, cuja organização inclui: empresas de produção especializada; empresas fornecedoras; empresas prestadoras de serviços; instituições de pesquisas; instituições públicas e privadas de suporte fundamental. A análise de *clusters* focaliza os insumos críticos, num sentido geral, que as empresas geradoras de renda e de riqueza necessitam para serem dinamicamente competitivas. A essência da organização de *clusters* é a criação de capacidades

especializadas dentro de municípios e regiões para a promoção de seu desenvolvimento econômico, ambiental e social (HADDAD, 2001; PORTER, 1993; BERGMAN & FESER, 1999).

A localização e a implantação de novas atividades econômicas nos municípios ou aglomerados de municípios do Sul elevam os seus níveis de produção, de renda e de emprego, a um ritmo mais intenso do que o crescimento de sua população, sem que, entretanto, ocorra um processo de desenvolvimento econômico e social, nestes municípios. Os valores *per capita* do produto e da renda das áreas locais se expandem, denotando, basicamente, que estas áreas estão vivendo uma etapa favorável na sua trajetória de crescimento econômico e que, em média, está havendo um aumento na quantidade de bens e serviços à disposição dos seus habitantes, o que inclui a mudança na alimentação.

Já a região Centro-Oeste obteve um crescimento mais lento, como pode ser observado no tópico abaixo.

2.2 A REGIÃO CENTRO-OESTE

A Área do Centro-Oeste, para Castro (2004), abrange as regiões montanhosas de Minas Gerais, o sertão do sul de Goiás e os pantanais de Mato Grosso, ressaltando-se que na época de Castro, o Mato Grosso ainda não tinha sido dividido em dois Estados. Zona em parte de clima quase subtropical, com chuvas abundantes e regulares e de temperatura abrandada, em seus extremos de calor, pela altitude. Esta é a zona por excelência do cultivo do milho, concentrando aí 25% da produção nacional. Possui, também, os maiores rebanhos de porcos do país: os dois mapas de produção, o do milho e o da carne de porco, superpondo-se rigorosamente, traduzindo deste modo a interdependência absoluta dos dois fatos econômicos. O porco funcionando como o processo mais rendoso de ensacar e exportar o milho (CASTRO, 2004).

Porém, os recursos alimentares da região não se limitam à esses produtos. Há também a criação abundante de gado bovino e o cultivo de variados produtos agrícolas, como o feijão, o café, o arroz e a cana-de-açúcar, sendo a sua paisagem regional um verdadeiro mosaico de manchas agrícolas e de pastagens. Apesar da criação de gado em grande escala nesta zona, o milho, que é o alimento básico das populações, não se associa preferentemente ao leite,¹ no regime local, mas ao feijão e à gordura de porco, num complexo nutritivo cuja expressão típica é o tutu de feijão mineiro, preparado com farinha

de milho, feijão, gordura, toucinho e lombo de porco, complexo alimentar de alto valor calórico, mas qualitativamente de valor nutritivo bem inferior ao do angu ou do cuscuz de milho com leite do sertão nordestino, principalmente por seu teor mais baixo em cálcio e vitaminas. Inferior mesmo aos pratos de milho e feijão da cozinha do litoral baiano, onde os negros fabricam os seus abarás, acaçás e acarajés, afogando bolos de fubá, ou de feijão, num banho de óleo de dendê e de pimenta, verdadeira infusão concentrada de vitaminas A e C. Já a gordura de porco com que é refogado o tutu mineiro é inteiramente desprovida de vitaminas (CASTRO, 2004).

Esta inferioridade é, no entanto, compensada, e o regime ganha de categoria biológica pelo consumo bem mais liberal que faz nessa zona dos vegetais verdes, principalmente das couves. A couve mineira é componente habitual na dieta regional, servindo de boa fonte de sais e de vitaminas. Outras hortaliças, assim como as frutas, são de consumo mais amplo do que em outras regiões, principalmente a laranja, o mamão, a banana e o abacate. Produtos da cana, como o caldo, o melado, a rapadura, são abundantemente consumidos em certas áreas mineiras, onde proliferam os pequenos engenhos de açúcar.

Apresentando regiões econômicas relativamente distintas, em termos de produção e concentração populacional, a região se desenvolveu a partir de determinantes endógenos e exógenos no processo de reformatação regional. Dentre estes, destaca-se o processo migratório dos pequenos municípios (em especial onde predomina a pecuária) para os maiores centros urbanos.

Na Região Centro-Oeste, desde sua formação até os dias atuais, a bovinocultura de corte tem participado com um papel marcadamente significativo. A pecuária surgiu na terceira década do século XVIII. O início da criação de bovinos se deu durante a atividade de mineração, constituindo-se numa atividade secundária. Com o declínio da mineração, ocorre a expansão da pecuária, em grandes fazendas de criação extensiva, como afirma Mamigonian (1986), nasceu protegida pela distância das regiões agropecuárias mais importantes, mas, por isto mesmo, sua expansão ficou limitada pelo mercado consumidor regional muito pequeno e estagnado, pois a distância em relação ao Rio de Janeiro e a outros centros criava um bloqueio natural. Emergiu em meados do século XIX como atividade voltada ao mercado nacional, alcançando o Rio de Janeiro.

A criação de bovinos era quase totalmente regida pelos agentes naturais: o fazendeiro introduzia o gado na fazenda e não interferia em seu desenvolvimento, obtendo assim uma baixa produtividade. O trabalho do fazendeiro era castrar os novilhos destinados à engorda e marcar os nascidos na fazenda. Isso se estendeu por mais de um século (MAMIGONIAN, 1986).

Na Região Centro-Oeste, até a década de 60, só existiam as atividades de cria e recria de bovinos, que eram feitas em pastagens nativas, quase sem nenhuma tecnologia. Quando atingiam a idade para engorda, os bovinos eram exportados para outros Estados considerados regiões de engorda, principalmente São Paulo. A engorda não se dava na Região Centro-Oeste, por falta de pastagens verdes durante o período de seca e pela falta de frigoríficos, que preferiam se instalar mais perto dos grandes centros consumidores. O consumo interno representava pequena porção do produto produzido (MAMIGONIAN, 1986).

A abertura de fazendas de criação no sul da Região Centro-Oeste, no século XIX, deveu-se a correntes vindas do Norte e, também do Rio Grande do Sul. O Pantanal foi povoado pelo contingente oriundo do norte do Mato Grosso, enquanto as correntes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul desbravaram o planalto, com os mineiros instalando-se nos cerrados e os gaúchos nos Campos de Vacaria, no extremo sul da Região (MAMIGONIAN, 1986).

A pecuária se transformou na principal atividade econômica da Região Centro Oeste, o que pode ser explicado por valores e tradições, e pelos baixos riscos climáticos da região. A atividade foi um dos fatores que mais contribuiu para a colonização, juntamente com a exploração da erva-mate e a prática do garimpo. A tendência à especialização na pecuária é evidenciada quando se observa que a expansão das áreas de lavoura não leva necessariamente ao estabelecimento de novas zonas agrícolas estáveis, constituindo apenas um processo passageiro de instalação da pecuária em novas áreas (MICHELS, 2000).

Nas duas últimas décadas, o setor pecuário da região passou por uma grande evolução baseada na formação de pastagens artificiais, no melhoramento genético do rebanho e na instalação de indústrias frigoríficas no território estadual. A introdução dessas novas tecnologias no campo, acarretou uma melhoria na qualidade genética do gado e uma diminuição na idade de abate (MICHELS, 2000).

A instalação de invernadas em áreas de vegetação original da mata foi incentivada com a chegada de empresas de outros estados. Fazendeiros paulistas instalaram plantéis de gado nelore em invernadas de capim colômbio e se beneficiaram dos estímulos advindos de ações de valorização da região Centro-Oeste e da melhoria das vias de comunicação com São Paulo (MAMIGONIAN, 1986).

Outra transformação ocorrida na exploração da pecuária foi a modernização da criação tradicional de bovinos em áreas recobertas pela vegetação de cerrado. A introdução de tecnologia moderna no sistema de criação teve impacto econômico altamente positivo, pois a região, além de sustentar a criação, passou a fazer a recria de gado. Nas microrregiões de Campo Grande, Dourados e Três Lagoas, a pecuária desenvolveu-se de forma intensiva. Economicamente, essas três áreas dedicam-se à criação de bovinos para corte, desenvolvendo a fase de engorda, além das de cria e recria. Nesse regime, as pastagens podem ser naturais ou artificiais (MICHELS, 2000).

Já no Pantanal, a criação é desenvolvida de forma extensiva. É necessária uma grande extensão de terra para que o boi, na seca, possa ter acesso à água e que, na cheia, possa se refugiar. É uma região beneficiada por boas pastagens, formadas de gramíneas e leguminosas, onde o solo é naturalmente irrigado e salgado. O trabalho do fazendeiro é apenas deslocar o gado de um pasto para outro. Os bovinos destinam-se quase que totalmente ao corte. Apesar da predominância extensiva, já estão sendo introduzidas em algumas áreas, como os pantanais dos rios Negro, Apa e Paiaguás, técnicas de melhoria para apurar o desenvolvimento do rebanho bovino (MICHELS, 2000).

A partir da década de 70, a região recebeu um grande contingente de agricultores sulistas, especialmente paranaenses e gaúchos, atraídos pelo solo favorável para a exploração agrícola, trazendo em suas bagagens a influência da alimentação sulista, com descendência italiana, alemã, polonesa, entre outras. Esses agricultores passaram a exercer a atividade da pecuária em terras de menor aptidão para a agricultura, dando início ao cultivo da pecuária intensiva. A forma extensiva de criação ocupou os campos cerrados dessa área, que passaram a receber gado do Pantanal para engorda (MICHELS, 2000).

A indústria frigorífica na Região Centro-Oeste desenvolveu-se de forma intensa nos últimos anos, em especial a partir de meados dos anos 80, quando sua instalação se intensificou, notadamente pelo incentivo através do crédito, política

governamental para reduzir os problemas oriundos da entressafra, quando ocorriam grande elevação no preço da carne. Buscando-se reduzir os impactos da menor oferta de carne na entressafra, expandia-se a indústria frigorífica para todas as regiões do país, sobretudo naquelas produtoras de animais. Tal expansão, porém, fez com que o Brasil passasse a dispor de uma indústria frigorífica com grande capacidade ociosa, que em média chega a 30%. Tal fato fez com que o crédito para a indústria frigorífica brasileira, em especial no Centro-Oeste, fosse reduzido, sendo em alguns Estados extinto (MICHELS, 2000).

A sociedade, nos países mais desenvolvidos e mais recentemente nos países em desenvolvimento, como o Brasil, tem cada vez mais buscado consumir alimentos orgânicos. No Brasil, a demanda por orgânicos tem crescido 10% ao ano. Mundialmente, a procura por esses produtos tem aumentado entre 20 a 30%. Este crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo fato dos preços dos produtos orgânicos no mercado serem, em média, 30% mais elevados do que aqueles dos produtos convencionais (RESENDE e DIAS, 2005).

Em uma região tipicamente agrícola e pecuarista, é natural que as mudanças no padrão alimentar tenham ocorrido por causa do aprimoramento da pecuária e da indústria, principalmente, a frigorífica.

Segundo Halweil e Nierenberg (2004), a produção global de carne quintuplicou desde 1950 e a fazenda industrial é o método de produção com o crescimento mais acelerado em todo o mundo. Sistemas industriais são responsáveis por 74% da produção mundial de aves, 50% da produção suína, 43% da bovina e 68% da produção de ovos. Os países industrializados dominam a produção, mas as nações em desenvolvimento estão expandindo-se rapidamente e intensificando seus sistemas produtivos.

2.3 REGIÃO NORTE

A bacia Amazônica, que abrange ecossistemas florestais e savânicos, ocupa uma área de 7,01 milhões de km², dos quais 64,9% em território brasileiro (4,55 milhões de Km²). Esse imenso território abriga potencialidades naturais, cujas dimensões e características tanto propiciam um amplo leque de oportunidades de desenvolvimento sustentável, quanto estabelecem limites e condições ao modelo de desenvolvimento. A bacia hidrográfica Amazônica em território brasileiro estende-se por mais de 4,5 milhões de km² e reúne mais de 1.100 afluentes. Pela bacia do rio Amazonas flui cerca de 20% da

água doce não congelada do planeta, recurso cada vez mais escasso, e 80% da água disponível no território brasileiro (BRASIL, 2006).

De acordo com o Plano Amazônia Sustentável (PAS), atualmente, nove Estados compõem a Amazônia Legal e cinco, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá, têm a totalidade de seus territórios na Bacia Amazônica. A Bacia do Tocantins-Araguaia (967,1 mil Km²) compreende parte dos Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. O Mato Grosso tem parte de seu território na Bacia do Paraguai; o Pará tem uma pequena parte na Bacia Atlântico Nordeste Ocidental e o Maranhão tem a maior parte de seu território nesta Bacia e uma parte menor na Bacia do Parnaíba (BRASIL, 2006).

Na atualidade, a Amazônia Legal pode ser resumida em termos de três macrorregiões: 1) Arco do Povoamento Adensado, que corresponde à borda meridional e oriental, do sudeste do Acre ao sul do Amapá, incluindo Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e o sudeste e nordeste do Pará; 2) Amazônia Central, que corresponde ao oeste e norte do Pará, ao norte do Amapá e ao vale do rio Madeira, no Amazonas; 3) Amazônia Ocidental, que consiste no restante do Amazonas acrescido de Roraima e do centro e oeste do Acre (BRASIL, 2006).

Nos escritos de Castro (2004), encontra-se uma Região Norte correspondente à Amazônia, que possui uma alimentação característica, baseada quase que exclusivamente na farinha de mandioca, produto da mandioca amarga, preparada por processos especiais que proporcionam maior riqueza em valor calórico do que as outras farinhas produzidas nas demais regiões do país. Sua utilização se faz sob a forma de farofa, mingau, beijos e bebidas fermentadas. Devido às suas grandes proporções, a Região da Amazônia, à época de Castro, era constituída por poucas pessoas, em torno de um habitante para cada quilômetro quadrado de superfície, cuja população sentia falta de recursos técnicos de toda natureza, que pudesse ajudar a dominar a natureza e possibilitar uma vivência de melhor qualidade.

Sua economia consistia, basicamente, na colheita de produtos florestais, com o cultivo primitivo de mandioca, milho, arroz e feijão, em pequenas áreas conquistadas por meio de queimadas no meio da floresta. Na época, estavam sendo realizados trabalhos agrícolas que tinham por objetivo a horticultura e a avicultura, com base mais racional, sem as queimadas típicas, herdadas do processo indígena.

A pesca contribui para a dieta local, com elementos ricos e variados, como peixes, moluscos, camarões, siris, caranguejos e ostras, além das tartarugas, de quem os nativos retiram a carne e os ovos.

Conforme relatado no Plano Amazônia Sustentável (PAS), as dinâmicas regionais contemporâneas na Amazônia são decorrências de novos fatores extra e intra-regionais, tais como o esgotamento das políticas públicas de ocupação do espaço e a resistência de populações regionais à expropriação de suas terras e à negação de sua identidade. Acrescentam-se a isso os laboratórios de novas experiências, a expansão da agricultura mecanizada, a organização crescente da sociedade civil, as novas tecnologias de produção e gestão e as redes de informação e de circulação. Da combinação desses processos resultou um novo cenário competitivo e conflitivo entre, por um lado, os interesses que defendem a conservação da biodiversidade e da floresta, vinculadas à garantia dos meios de vida de produtores familiares e comunidades tradicionais e que se expressam nos experimentos de produção sustentável e de gestão de áreas protegidas, por outro, os interesses que promovem a exploração madeireira não sustentável e a expansão desordenada da fronteira agropecuária, com fortes tendências de desconsiderar os custos sociais e ambientais para a sociedade (BRASIL, 2006).

A expansão da fronteira nas últimas cinco décadas alterou estruturalmente o padrão secular fundamentado na circulação fluvial e polarizado por Belém. As rodovias abertas a partir dos anos cinquenta atraíram o povoamento para a terra firme, baseado em fluxos migratórios de agricultores familiares sem-terra de outras regiões do país, abrindo grandes clareiras na floresta. O padrão de expansão, acompanhando as vias de circulação, sem a formação de redes densas de cidades e transportes, vem sendo redesenhado por novos eixos de transporte e infra-estrutura ao longo dos quais se concentram os investimentos públicos e privados, os migrantes e os núcleos urbanos. Gera-se forte pressão sobre o meio ambiente em termos de desmatamentos, queimadas e conflitos fundiários em faixas em torno de 100 km de cada margem das estradas, muitas vezes abertas de forma clandestina (BRASIL, 2006).

A partir desses eixos, novos fluxos populacionais dirigem-se para a floresta. A divisão do espaço também conforma grandes áreas entre os eixos, caracterizadas por terras públicas não destinadas e / ou terras ocupadas por populações indígenas e comunidades tradicionais e unidades de conservação, para as quais ainda não existem políticas públicas

consistentes e articuladas. Estas áreas sofrem cada vez mais as pressões da expansão de frentes de ocupação agropecuária e madeireira (BRASIL, 2006).

O adensamento da rede viária e urbana no leste do Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia, todas no Arco do Povoamento Adensado, rompe o padrão de expansão ao longo da borda da floresta. Esse arco concentra a parcela mais expressiva da economia regional, à exceção do Pólo Industrial de Manaus. Também, concentra o maior número de focos de calor e vasta extensão de terras sub-utilizadas ou abandonadas. As novas frentes de expansão são pontas de lança que a partir do grande arco estendem o povoamento em direção ao interior da floresta. Sob o influxo da nova circulação, do mercado de terras e do uso extensivo da terra, a Amazônia se urbanizou, transferindo problemas sociais e ambientais para o meio urbano (BRASIL, 2006).

Segundo o IBGE (2000) a população da Amazônia brasileira foi estimada para 2005 em 23,61 milhões (12,8% do total nacional), com crescimento médio de 2,06% ao ano desde 2000, quando era de 21,0 milhões. O crescimento populacional, embora decrescente, vem se mantendo acima do crescimento médio nacional. Entre 1950 e 2005, a população da Amazônia Legal cresceu 518%, ritmo muito acima da média nacional, que foi de 255%. Para 2010 e 2020 a projeção do IBGE é de 25,84 milhões e de 29,79 milhões de habitantes respectivamente, e representará, neste último ano, 13,6% da população total do país. A densidade demográfica média na Região em 2005 manteve-se relativamente baixa, em 4,6 habitantes/km², enquanto a do Brasil era de 21,5 habitantes/km². Entre os estados, o Maranhão tinha a maior densidade, com 18,3 hab/km², e Roraima, a menor, com 1,8 hab/Km².

A distribuição territorial da população era ainda mais heterogênea quando se consideram os municípios, onde encontram-se vários com menos de 1 hab/km², especialmente na Amazônia Ocidental, e alguns com densidades superiores a 1.000 hab/Km², em alguns municípios da área metropolitana de Belém. A proporção da população morando em cidades e vilas atingiu 68% em 2000, devendo já ter superado o patamar dos 70%, devido às migrações intra-regionais rural-urbanas e ao crescimento vegetativo relativamente elevado. Embora a maioria da população regional seja urbana, constituindo um mercado consumidor de massa para a indústria e para produtos agropecuários e florestais, deve-se ressaltar que uma população rural de quase 7 milhões no total da Amazônia Legal é muito significativa enquanto mercado consumidor. Por outro

lado, o atendimento direto de necessidades sociais básicas deste contingente populacional implicava em custos elevados em função das distâncias (BRASIL, 2006).

A rede urbana está em vias de consolidação no Arco do Povoamento Adensado, mas o tecido está rarefeito nas outras macrorregiões. Há forte diferença entre os grandes centros urbanos regionais (Belém, Manaus, São Luís e Cuiabá), as demais capitais regionais e os outros centros regionais como Santarém, Marabá, Rondonópolis e Ji-Paraná. Há, ainda, grande diferença entre estas e as centenas de pequenas sedes municipais e vilas consideradas urbanas, embora milhares de pessoas estejam intimamente ligadas ao meio rural e não tenham equipamentos urbanos ou recursos humanos suficientes para governança municipal. Muitos destes pequenos núcleos são recém-nascidos ou emancipados (BRASIL, 2006).

A urbanização acelerada, associada às deficiências das políticas públicas e dos investimentos relativos à ocupação do solo urbano, abastecimento de água, saneamento básico, gerenciamento de resíduos sólidos e geração de emprego, colocou milhões de pessoas em habitações insalubres, tanto nas áreas metropolitanas, quanto nas cidades e vilas do interior. Ressalta-se que na Amazônia a salubridade, refletida na mortalidade infantil e na esperança de vida, em geral, é maior nas áreas rurais ou nas áreas mais remotas, onde há maior acesso a alimentos e água e menor nível de contaminação, embora os serviços de saúde sejam menos acessíveis (BRASIL, 2006).

A imigração que marcou o período de 1970 a 1980 reduziu-se sobremaneira na década seguinte, pouco contribuindo para o aumento recente da população, que se deve, sobretudo, ao crescimento vegetativo. Em contrapartida, acentuou-se a migração intra-regional devido a exaustão de recursos naturais e concentração fundiária em algumas regiões e a abertura de novas frentes de expansão de atividades agrícolas, florestais e de exploração mineral em outras. Fluxos migratórios intra-regionais são atraídos às cidades pela esperança de encontrar renda, educação e saúde. Ao mesmo tempo, novos corredores de povoamento se delineiam a partir de Mato Grosso, um seguindo a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) e outro para o sul do Amazonas, que é objeto também de intensos fluxos a partir de Rondônia. No Pará os principais fluxos para o interior se dirigem para a calha do Amazonas e para o Amapá (BRASIL, 2006).

Pará e Rondônia registraram saldos migratórios negativos entre 1991 e 2000, exportando migrantes, invertendo os saldos positivos nas décadas anteriores. Saldos migratórios positivos ocorreram na última década em Roraima, Amapá e Mato Grosso, os dois primeiros constituindo pólos de atração para os emigrantes do Pará e do Maranhão. Em vez de grandes deslocamentos migratórios inter-regionais, o aumento populacional deve-se cada vez mais ao crescimento vegetativo da população regional, devido à fecundidade ainda elevada e mortalidade decrescente. O quadro atual é de população excedente, sem espaço no mercado de trabalho, que se desloca em busca de inserção econômica e social. Ademais, quando ocorre crescimento acelerado e localizado, as necessidades de investimento público são fortes e a capacidade de resposta reduzida. A população urbana na Região Amazônica representava, em 2000, 68% de sua população total, índice abaixo da média nacional (81%). Atualmente, todo o crescimento demográfico ocorre nas áreas urbanas, com a população rural estagnada ou mesmo em decréscimo, não obstante a expansão de novas “frentes de ocupação” (BRASIL, 2006).

Em 2005, para uma população total estimada em 23,61 milhões de habitantes, a população urbana girava em torno dos 17 milhões, ou 72% do total. A população estimada das quatro grandes aglomerações urbanas regionais, Belém, Manaus, São Luís e Cuiabá, em 2005, totalizava 5,8 milhões de habitantes, representando 24,5% da população total ou 34% do contingente populacional urbano da Região. A região metropolitana de Belém tem população total estimada em 2,15 milhões de habitantes em 2005 (1,4 milhão no município de Belém e 750 mil em sua periferia metropolitana). Manaus, que não possui área metropolitana, possui em seu município 1,65 milhão de habitantes. No mesmo ano, as aglomerações urbanas de São Luís e Cuiabá totalizam respectivamente 1,21 milhão e 780 mil habitantes. São estes quatro centros regionais que estruturam toda a rede de cidades da Amazônia Legal, sendo Belém e Manaus com nível de centralidade “muito forte”, e São Luís e Cuiabá com nível de centralidade “forte” (BRASIL, 2006).

Os principais centros subordinados à Belém, com as respectivos contingentes populacionais estimados para as áreas urbanas são: Macapá/Santana (430 mil habitantes) no Amapá; Santarém (200 mil hab) e Marabá (160 mil hab), ambos no Pará; Imperatriz (220 mil hab) no Maranhão e Araguaína (120 mil hab) em Tocantins. Em patamar inferior (nível de centralidade “médio”) aparecem Castanhal (140 mil hab), Abaetetuba (80 mil hab), Tucuruí (72 mil hab), Redenção (66 mil hab), Altamira (62 mil hab) e Itaituba (65 mil

hab), todos no Pará. A rede de cidades estruturada por Manaus tem como centros regionais mais importantes: Porto Velho (310 mil hab) e Ji-Paraná (100 mil hab), ambos em Rondônia; Rio Branco (270 mil hab) no Acre; e Boa Vista (240 mil hab) em Roraima. Num patamar inferior (nível de centralidade “médio”) aparecem Parintins (77 mil hab), Itacoatiara (54 mil hab), Tefé (54 mil hab) e Tabatinga (33 mil hab), todos no Amazonas; Cruzeiro do Sul (50 mil hab) no Acre; e Cacoal (55 mil hab) e Ariquemes (65 mil hab) em Rondônia (BRASIL, 2006).

Já os principais centros urbanos subordinados a São Luis são todos no Maranhão: Caxias (110 mil hab), Codó (80 mil hab), Bacabal (75 mil hab), Santa Inês (70 mil hab) e Balsas (60 mil hab). Os centros urbanos subordinados a Cuiabá estão no Mato Grosso e em Rondônia: Rondonópolis (160 mil hab), Cáceres (70 mil hab), Sinop (90 mil hab), Tangará da Serra (62 mil 2 hab), Barra do Garças (52 mil hab) e Alta Floresta (40 mil hab), todos no Mato Grosso, além de Vilhena (60 mil hab) em Rondônia. Deve-se assinalar que a porção centro e sul do Tocantins, como Palmas (200 mil hab), ou média, como Gurupi (70 mil hab), está subordinada à influência da metrópole regional Goiânia (BRASIL, 2006).

Nas últimas décadas o desempenho econômico da Região Amazônica, que não reflete um crescimento homogêneo, foi associado principalmente à maturação dos investimentos públicos e aos incentivos fiscais dirigidos ao complexo de Carajás, que abrange o Pará e o Maranhão, e às zonas francas ou de processamento de exportação no Amazonas e no Amapá. Hoje, aumenta o peso relativo do agronegócio ligado à produção de grãos, em especial no Mato Grosso, e, secundariamente, em Rondônia, Tocantins e Maranhão, localizados no Arco do Povoamento Adensado. Os números agregados referentes ao Produto Interno Bruto por estado, *per capita* e por setor, refletem as transformações ocorridas na dinâmica regional (BRASIL, 2006).

A partir dos anos setenta ocorreu crescimento econômico expressivo e desde os anos oitenta o PIB vem crescendo mais rapidamente do que a média nacional. Nos anos noventa, a economia da Amazônia apresentou sinais de esgotamento dos ciclos expansivos anteriores, principalmente em função dos limites de inserção de uma economia caracterizada por baixo grau de inovação tecnológica e dependência da produção de matérias-primas em um contexto de globalização fortemente competitivo (BRASIL, 2006).

Nos primeiros anos da atual década, contudo, tem se verificado uma recuperação do ritmo de crescimento. O PIB da Região Amazônica alcançou 114,04 bilhões de reais em 2003, correspondendo a 7,33% do PIB nacional. Esta participação era de 6,57% em 1990 e de 6,65% em 2000. Quanto à distribuição do PIB regional entre os estados que compõem a Amazônia Legal, observa-se um expressivo aumento da participação do Mato Grosso, que passa de 13,0% em 1985 para 20,0% em 2003. A participação do Amazonas e do Pará decresceram de 28,8% em 1985 para 24,6% e 25,6% respectivamente. O Maranhão teve uma perda também muito expressiva, refluindo de 14,0% para 12,3% no mesmo período, assim como Rondônia, que viu sua participação cair de 9,1% para 7,5% (BRASIL, 2006).

O PIB *per capita* da Amazônia foi de R\$ 5.027,00 em 2003, o equivalente a 57,8% do PIB *per capita* médio nacional, em função, principalmente, dos valores reduzidos apresentados pelo Maranhão (R\$ 2.354,00). De todo modo, a proporção evoluiu, pois em 1985 era de 52,1%. Em relação ao PIB *per capita*, o Estado em melhor situação é o Amazonas, sendo o único em que este indicador situa-se num patamar acima da média nacional (104,7%), muito embora esta relação tenha decrescido significativamente desde 1990. Trajetória inversa tem sido apresentada por Mato Grosso, que viu seu PIB *per capita* saltar de 58,6% da média nacional em 1985 para 96,5% em 2003 (BRASIL, 2006).

A composição do PIB nos Estados da Amazônia apresenta-se de forma extremamente diferenciada. A participação do setor agropecuário é excepcional no Mato Grosso (36,3%) e muito elevada no Pará (23,6%), Maranhão (20,3%), Rondônia (18,7%) e Tocantins (14,7%), todos estados que compõem o Arco de Povoamento Adensado, sendo pouco significativa nos estados que formam a Amazônia Ocidental (BRASIL, 2006).

Já a indústria de transformação tem uma notável participação no PIB do Amazonas (51,5%), com médio destaque no Pará, Maranhão e Acre. Participação que deve ser destacada é a da administração pública nos estados de Roraima (56,1%), Acre (41,5%), Amapá (39,2%), Tocantins (25,2%) e Rondônia (25,0%), reflexo da condição de exterritórios federais e/ou de estados recém criados, fortemente dependentes de verbas federais. Deve-se destacar também o forte peso do setor de construção civil em Tocantins e Rondônia, e da indústria extrativa mineral no Amazonas (petróleo e gás natural de Urucu) (BRASIL, 2006).

A Região Norte não tem conseguido construir vantagens comparativas dinâmicas, especialmente no que tange à geração de tecnologia e inovações. Como consequência, reforça-se a dependência de atividades extensivas, de alto custo ambiental, ou de atividades baseadas na sobre-exploração e sub-utilização do trabalho. Nenhuma das perspectivas é promissora num cenário de globalização competitiva que, por um lado, favorece as regiões capazes de inovar e, por outro, exige certificação ambiental de cadeias produtivas, restringindo o acesso de produtos baseados no uso predatório de recursos naturais aos mercados mais ricos e dinâmicos (BRASIL, 2006).

À época de Castro (2004), a pecuária limitava-se à pequenas áreas de campos abertos, uma situada na Ilha de Marajó e outra situada no Alto Amazonas, na região do Rio Branco, além das de Mato Grosso e Goiás. O peso do gado abatido não ultrapassava 140 quilos, 100 quilos a menos da média brasileira. De acordo com o autor, a Amazônia produzia somente dois quintos do rebanho ideal para alimentar sua população, além do fato desse rebanho estar situado em regiões de difícil acesso para o abastecimento dos maiores centros populacionais da Região, à época.

O setor agropecuário na Amazônia, atualmente, consiste de amplo leque de atividades da produção animal e vegetal, com distribuição desigual no território. Quase 60% da expansão do valor da produção regional do setor nas três últimas décadas ocorreram no Pará e no Mato Grosso. Somando-se ainda o Maranhão, Rondônia e Amazonas, chega-se a mais de 90% do crescimento absoluto do setor agropecuário nesse período (BRASIL, 2006).

A atividade agropecuária experimentou uma forte expansão na região nos últimos anos. A agricultura, até fins da década de sessenta praticamente circunscrita ao território maranhense e ao leste paraense, avançou em ritmo acelerado em novas “frentes”, particularmente nas áreas de cerrado do Mato Grosso, Rondônia, Tocantins e do sul do Maranhão, inicialmente com o arroz e milho, e, a partir do final da década de oitenta, com a soja. Nestas áreas predominam a produção empresarial, praticada em elevados padrões tecnológicos e com obtenção de altos índices de produtividade. Nos últimos anos, esta modalidade tem penetrado nas chamadas áreas de transição entre o cerrado e a floresta tropical. Nas áreas de floresta predomina a produção familiar, seja nas várzeas dos rios, seja ao longo dos principais eixos rodoviários (Transamazônica, BR-364 e PA-150). Nestas

regiões cultivam-se principalmente mandioca, milho, feijão e arroz, e, em menor grau, culturas perenes, como banana, cacau e café (BRASIL, 2006).

Os dados fornecidos pelo IBGE quanto às áreas dos estabelecimentos agropecuários, embora parciais e defasados (os dados são referentes ao Censo Agropecuário de 1996), são a principal referência em relação à utilização de terras na região. A área ocupada pelos 541.561 mil estabelecimentos agropecuários existentes naquele ano totalizava 120,77 milhões de hectares, correspondentes a 23,7 % da área total da região. O número de estabelecimentos correspondia a 15,2% do total existente no país (3,56 milhões), mas a área ocupada representava 34,2% do total nacional (353, 61 milhões de hectares). Do total de estabelecimentos, 56,5% (306,0 mil) tinham área de até 50 hectares; 30,9% (167,3 mil) entre 50 e 200 hectares; 6,8% (37,1 mil) entre 200 e 500 hectares; 4,2 (22,6 mil) entre 500 e 2.000 hectares; 1,4% (7,4 mil) entre 2.000 e 10.000 hectares e 0,2% (1,2 mil) têm área superior a 10.000 hectares. Enquanto os estabelecimentos de até 50 hectares na Amazônia representavam 11,2% do total de estabelecimentos do país com esta dimensão, os que possuíam área entre 2.000 e 10.000 hectares representavam 49,5% e os com área superior a 10.000 hectares correspondiam a nada menos que 70,7%. Do total da área dos estabelecimentos na Amazônia, 4,8% estavam ocupados com lavouras (5,75 milhões de hectares), sendo 4,77 milhões hectares com lavouras temporárias e 980 mil hectares com lavouras permanentes. Havia, ainda, 2,6 milhões hectares utilizados por lavouras temporárias em descanso e 6,89 milhões de hectares de terras produtivas não utilizadas. As áreas de pastagens totalizavam 51,15 milhões de hectares (42,3% da área dos estabelecimentos), sendo que 18,22 milhões de pastagens naturais e 32,93 milhões de pastagens plantadas. As áreas dos estabelecimentos ocupadas por matas somavam 50,18 milhões de hectares, ou 41,6% do total, sendo que mais de 99% constituídas por matas naturais e apenas 350 mil hectares com matas plantadas. As terras improdutivas totalizavam 4,20 milhões de hectares, ou 3,5% da área total dos estabelecimentos.

Até os anos setenta do século passado, a natureza amazônica era apropriada principalmente enquanto floresta, como no caso dos seringais, que eram definidos em termos de distância de frente para o rio e número de estradas de seringa. Os migrantes de outras regiões tinham acesso livre aos recursos florestais e à terra. Após esse período, generalizou-se o mercado de terra para fins agropecuários, o acesso livre acabou e a região passou a ser dominada por latifúndios (BRASIL, 2006).

Nas terras privadas, que em 1996, segundo o IBGE (1996) ocupavam aproximadamente 1,2 milhão de km², ou 24% da Região Amazônica, a pecuária utiliza 42% da área. A atividade prevalece no Arco do Povoamento Adensado, onde domina quase 80% das áreas convertidas, sendo explorada hoje não somente no padrão extensivo tradicional, como também com técnicas modernas de reforma de pastagens e melhoria genética do rebanho .

A agricultura capitalizada e a agroindústria da soja concentram-se principalmente no norte, oeste e leste de Mato Grosso e, secundariamente, no sul do Maranhão, centro-norte do Tocantins, sul de Rondônia e sudeste do Pará, todos no Arco do Povoamento Adensado, bem como, numa escala ainda menor, nos lavrados de Roraima, na região de Humaitá e no Planalto Santareno. Produtores familiares assentados são localizados predominantemente na Transamazônica, no sul e leste do Pará, no norte e leste de Mato Grosso e ao longo da BR-364, em Rondônia e no leste do Acre. Estes territórios do Arco do Povoamento Adensado foram ocupados por migrantes com apoio do Governo Federal a partir dos anos setenta. Por outro lado, as populações tradicionais e outros produtores familiares estabelecidos anteriormente encontram-se em todas as macrorregiões, tendo muitas vezes posses extensas. Destaca-se o não-uso, ou abandono da terra, que já foi aberta na Região Amazônica. Cerca de 20% da área total desmatada encontram-se abandonadas, não utilizadas, sub-utilizadas ou degradadas. As terras produtivas não-utilizadas nos estabelecimentos agropecuários representavam, em 1996, 16,24% do total no Maranhão, 6,33% no Pará, e 7,78% no Tocantins (BRASIL, 2006).

Um fator chave no uso da terra é a grilagem, a aquisição ilícita, cujas raízes estão em fatores como: i) a incompatibilidade entre a política ambiental e a política fundiária, segundo a qual o desmatamento é considerado benfeitoria; ii) fragilidades de processos discriminatórios e de averiguação da legitimidade de títulos; iii) falta de supervisão dos cartórios de títulos e notas; iv) baixo preço da terra e elevado retorno às atividades econômicas predatórias; v) interesses eleitorais que incentivam ocupações de terras por posseiros; vi) especulação relacionada com expectativas de desapropriações e/ou instalação de infra-estrutura. Frequentemente, a grilagem se relaciona a outros atos ilícitos, como o trabalho escravo e outras violações dos direitos humanos e trabalhistas, evasão de impostos, extração ilegal de madeira e lavagem de dinheiro do narcotráfico (BRASIL, 2006).

Em 2003, o PIB do setor totalizou 21,74 bilhões de reais, correspondentes a 19,1% do PIB total (R\$ 114,04 bilhões) e a 13,4% do PIB agropecuário nacional (R\$ 161,84 bilhões). O Mato Grosso, com 8,21 bilhões de reais e o Pará com 6,89 bilhões perfizeram quase 70% do PIB setorial regional (BRASIL, 2006).

Em 2004, o valor total da produção das culturas temporárias correspondeu a 26,7% do total nacional. O Mato Grosso respondeu por 83% do valor regional, secundado pelo Maranhão, Pará e Tocantins. Em 1990, a Amazônia representava apenas 9,0% do valor da produção nacional das lavouras temporárias (BRASIL, 2006).

Confrontando-se os volumes produzidos nas safras de 1990 e 2004, pode-se ter uma dimensão do crescimento da produção agrícola regional. A produção de soja saltou de 3,11 milhões t para 16,37 milhões t (33,0% do total nacional), sendo que quase 90% produzida no maior produtor nacional, o Mato Grosso (14,52 milhões t), secundado pelo Maranhão (904 mil t), Tocantins (652 mil t), Rondônia (163 mil t) e Pará (99 mil t). A produção de milho passou de 1,29 milhão t para 4,89 milhões t (11,7% do total nacional), com destaque para o Mato Grosso (3,41 milhões t), Pará (570 mil t), Maranhão (409 mil t) e Rondônia (240 mil t). Quanto ao arroz, a produção cresceu num ritmo menor, de 1,49 milhão t para 4,35 milhões t (32,8% do total nacional), com destaque novamente para o Mato Grosso (2,18 milhões t), Maranhão (733 mil t), Pará (637 mil t) e Tocantins (417 mil t). O feijão teve um aumento na produção pouco expressivo, saltando de 186 mil t para 228 mil t (7,7% do total nacional), destacando-se a produção do Mato Grosso (66,5 mil t), Pará (63,8 mil t), Rondônia (42,3 mil t) e Maranhão (34,9 mil t) (IBGE, 2006).

Em relação aos demais grãos, merecem destaque a produção de algodão em caroço, que saltou de 71,3 mil t para 1,91 milhão t (50,3% do total nacional), com o Mato Grosso respondendo por mais de 98% da produção regional, e a de sorgo, que evoluiu de 10,5 mil t para 390 mil t (18,0% do total nacional), com cerca de 95% no Mato Grosso (IBGE, 2006).

A produção conjunta de grãos na região saltou de 6,16 milhões t em 1990 para 28,14 milhões t em 2004, saltando de menos de 10% para quase 25% da produção nacional. Somente o Mato Grosso produziu 22,43 milhões t (79,6% do total regional). Os quatro estados que completam o Arco do Povoamento Adensado produziram 5,35 milhões t, ou 19% da produção regional, sendo o Maranhão 2,1 milhões t, Pará 1,37 milhão t,

Tocantins 1,24 milhão e Rondônia 630 mil t. Os demais estados produziram apenas 360 mil t, ou 1,3% do total da Amazônia. Entre as culturas temporárias, merecem destaque também a cana-de-açúcar, cuja produção saltou de 5,86 milhões t para 17,17 milhões t (4,3% do total nacional), com destaque mais uma vez para o Mato Grosso, com 85% do total, e a mandioca, que teve produção de 6,52 milhões t em 1990 e 8,19 milhões em 2003 (37,3% do total nacional), sendo o Pará, com 4,47 milhões t, o principal produtor regional e nacional (IBGE, 2006).

Em relação às lavouras permanentes, o valor da produção em 2003 representou 8,7% do total nacional. O Pará e Rondônia aparecem com maior destaque. A participação regional na produção nacional tem se mantido estável, tendo sido de 8,6% em 1990 (IBGE, 2006).

Quanto às culturas permanentes, os destaques ficam com a banana, com produção estacionada em torno de 1,5 milhão t, passando de 1,42 milhão t para 1,47 milhão t (22 % do total nacional), com larga produção no Pará (705 mil t) e Amazonas (379 mil t); o café, cuja produção envolveu de 307 mil t para 185 mil t (9,3% do total nacional), e que tem em Rondônia seu principal produtor na região (136 mil t); e o cacau, que produziu as mesmas 51 mil t em 1990 e 2003 (30% do total nacional) (IBGE, 2006).

A pecuária é um capítulo à parte na Amazônia Legal. Até fins dos anos sessenta era uma atividade circunscrita à região do Pantanal matogrossense, aos vales inferiores dos rios maranhenses, à ilha de Marajó, aos cursos médios do Araguaia e Tocantins e às calhas de alguns rios. Com a disseminação dos projetos pastoris financiados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a pecuária bovina penetrou fortemente na região, e não somente em áreas de cerrado, mas também em áreas de floresta, principalmente ao longo dos eixos rodoviários (Transamazônica, BR-364, BR-163, BR-319, PA-150, PA-279 e MT-158) (IBGE, 2006).

O crescimento da pecuária na Amazônia tem sido exponencial nos últimos anos. Entre 1990 e 2004, o efetivo bovino nacional passou de 147,45 milhões para 204,51 milhões, crescimento de 57,06 milhões ou 38,7% no período. Nada menos que 78,9% deste crescimento ocorreu na Amazônia, cujo efetivo passou de 26,61 milhões em 1990 para 71,63 milhões em 2004 (35,0% do total nacional em 2004), um aumento de 45,02 milhões de cabeças ou de 169,2%. Os maiores rebanhos estão no Mato Grosso (25,92 milhões) e no

Pará (17,43 milhões), secundados por Rondônia (10,67 milhões), Tocantins (7,93 milhões) e Maranhão (5,93 milhões). Ocorre que em uma área específica da Amazônia, compreendendo parte do Arco do Povoamento Adensado, situada na fronteira do Cerrado com a Floresta Amazônica e envolvendo parte dos dois ecossistemas e 11 das 30 mesorregiões da Amazônia Legal (Vale do Acre; Sul Amazonense; Leste Rondoniense e Madeira-Guaporé em Rondônia; Sudoeste, Norte e Nordeste Matogrossenses; Sudoeste e Sudeste Paraenses; Ocidental do Tocantins e Oeste Maranhense), concentram-se nada menos que 80% do rebanho regional, tendo este passado de 16,43 milhões para 56,96 milhões entre 1990 e 2004, crescimento de 40,53 milhões de cabeças ou 246,7% no período. Nesta área, portanto, ocorreu 90% do crescimento do rebanho amazônico e 71% do crescimento do efetivo da pecuária nacional entre 1990 e 2004 (IBGE, 2006).

O progressivo deslocamento da atividade pecuária na direção da Amazônia Legal tem resultado em forte repercussão na localização da indústria frigorífica e de laticínios, no crescimento econômico de algumas regiões, em deslocamentos populacionais, e também na dimensão ambiental (IBGE, 2006).

Deve-se assinalar que na macrorregião da Amazônia Ocidental o efetivo bovino tem crescido de forma menos acentuada, mas significativa, tendo passado de 1,1 milhão de cabeças para 3,5 milhões entre 1990 e 2004 (IBGE, 2006).

A pecuária bovina direciona-se essencialmente para a produção de carne, sendo a produção leiteira de pouca dimensão, destacando-se sobretudo no norte matogrossense e leste paraense. Quanto aos demais efetivos animais, nenhum deles tem maior expressão, com a exceção da avicultura, que tem prosperado principalmente no Mato Grosso e Pará (IBGE, 2006).

Existem na Amazônia dois principais sistemas de produção agropecuária, patronal-monocultural e familiar-policultural. O sistema patronal-monocultural está associado à grande propriedade, ao trabalho assalariado de baixa qualificação e à produção sucessiva, ao longo do tempo, de madeira e gado, muitas vezes seguido de abandono. Referindo-se apenas aos sete estados da Região Norte, são 28,9 mil os estabelecimentos que, segundo o Censo Agropecuário de 1996, adotam esse sistema. Eles dominam 33,1 milhões de hectares, dos quais 18,2 milhões de hectares foram desmatados. Dessa área, cerca de 1,6 milhões de hectares (9% do total) são pastagens degradadas. Empregando

10% do pessoal ocupado no setor rural (208 mil pessoas) esses estabelecimentos representam 27% do valor da produção rural.

Um outro sistema de produção de base agrária articula a pequena propriedade (ou posse), o trabalho familiar e a produção diversificada. A produção familiar-policultural, também especificamente na Região Norte, configura um amplo espectro de sistemas de produção, protagonizado por 411,3 mil estabelecimentos, que ocupam em torno de 19,1 milhões de hectares, muitas vezes sem segurança fundiária, produzindo 65% do valor bruto da produção de toda a economia agrária regional e ocupando 1,7 milhões de trabalhadores, ou seja, 87% de toda a força de trabalho no setor. Assim, esta economia popular rural torna-se fundamental para a inclusão social (IBGE, 2006).

A produção familiar distribui-se nas mesorregiões Leste Rondoniense (15% do valor produzido em 1996), Nordeste do Pará (12%), Centro Amazonense (12%), Sudeste do Pará (12%), Marajó (7%), Baixo Amazonas (6%), Ocidental do Tocantins (4%), Sudoeste Amazonense (4%), Sudoeste do Pará (4%), Sul Amazonense (4%), Vale do Acre (3%) e Vale do Juruá (3%). Em conjunto, essas mesorregiões representam em torno de 90% do valor produzido por toda a base familiar rural na Região. A base familiar dessas estruturas, que procuram atender a critérios reprodutivos de segurança alimentar e diferenciação social, lhes propicia grande diversidade, tanto internamente, com relação aos estabelecimentos, quanto no plano das mesorregiões. Sua evolução tem seguido trajetórias distintas nas diversas regiões. Um esforço de intensificação e diversificação dos sistemas, aos quais foram se agregando diversas culturas permanentes, iniciou-se nos anos oitenta, quando a produção familiar passou a incorporar a pimenta-do-reino e a laranja no Nordeste Paraense, o cacau no Eixo da Transamazônica e o café no Leste Rondoniense. Nos anos noventa essa tendência se fortaleceu por duas trajetórias: uma, que internaliza novas culturas exóticas como o maracujá, o coco, a acerola e o abacaxi; e outra, que se baseia no adensamento e manejo de ocorrências naturais e em plantio de produtos nativos, como o açaí e o cupuaçu (IBGE, 2006).

O Nordeste Paraense é importante palco dessa evolução, sendo hoje produtor destacado no cenário nacional de produtos como a pimenta-do-reino, o açaí, o maracujá, a acerola e a laranja. No entanto, ela ocorre também no eixo da Transamazônica e Sudeste Paraense, onde se destacam o cacau no primeiro e o açaí, o cupuaçu e o abacaxi no segundo. Manifesta-se intensamente no Acre e em Rondônia e ocorre com banana e

melancia em Roraima. Na Transamazônica e Sudeste Paraense, bem como no Leste Rondoniense, a intensificação do sistema familiar-policultural agrega a pecuária de leite (BRASIL, 2006).

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) fortaleceu o sistema familiar-policultural em várias regiões, mas ocorre variação nos arranjos institucionais e nas ações de governos estaduais, programas multilaterais, organizações não governamentais e sociedade civil. Com frequência, impõem-se pacotes tecnológicos sem uma integração dos saberes científicos e tradicionais, e sem uma adequada disseminação. O resultado comum a todas essas vias de modernização da produção familiar rural é a elevação substancial da rentabilidade por unidade de área, comparativamente a sistemas predecessores e às formas patronais-monoculturais de produção. Em alguns casos agrega-se valor por meio de beneficiamento primário ou secundário. A escala da produção familiar-policultural é reduzida e a diversidade é alta, sendo esta diversidade em si uma força produtiva e uma qualidade econômica. Não há inovação nestes sistemas sem compartilhamento difuso do saber a eles associado e formação de capital humano. Da mesma forma, dificilmente se dá consistência às formas concretas de desenvolvimento da produção familiar sem algum tipo de associativismo, levando à formação de capital social (BRASIL, 2006).

A produção agropecuária familiar-policultural, descrita anteriormente, mescla-se com as atividades extrativistas, obedecendo em grande parte à mesma lógica de diversificação. Embora os extrativistas clássicos, os seringueiros, não tenham praticado a agricultura ou a criação enquanto estavam presos ao sistema de aviamento, atualmente todos os extrativistas são agricultores familiares. Praticamente todos os pescadores artesanais também possuem suas plantações e criações. Assim, para retratar melhor a complexa realidade amazônica, fala-se atualmente em “agroextrativismo” em vez de “extrativismo”. As atividades extrativistas quase sempre são elementos complementares em sistemas diversificados de produção familiar. Por outro lado, os sistemas agroflorestais, que incorporam culturas permanentes arbóreas, portanto não extrativistas, podem fazer parte dos sistemas de produção familiares-policulturais.

O Brasil é o maior produtor e consumidor mundial de produtos florestais tropicais. Alguns setores estratégicos da economia, como a siderurgia, as indústrias de papel e celulose e a construção civil, estão estreitamente ligados ao setor florestal. As

cadeias de produção diretamente baseadas em produtos florestais madeireiros representam 4% do PIB brasileiro e 8% das exportações, além de recolher mais de R\$ 3 bilhões de impostos anualmente e de gerar 2 milhões de empregos, diretos e indiretos. O setor madeireiro da Amazônia, que cresce mais do que nas outras regiões, é o maior empregador industrial, sendo responsável por 127 mil empregos diretos e 105 mil empregos indiretos na região, além de mais 120 mil empregos indiretos fora da região (BRASIL, 2006).

A atividade madeireira regional gera uma renda bruta anual de US\$ 2,5 bilhões, com 2.570 empresas distribuídas em 72 pólos madeireiros. Deste total, 86% são destinados ao mercado interno e 14% são exportados. O valor das exportações aumentou de US\$ 380 milhões em 1988 para US\$ 513 milhões em 2002. Em termos de processamento, 68% da produção são serrados, 21% laminados e compensados e 11% são produtos beneficiados. Contudo, no Pará, o principal estado exportador, 21% do valor das exportações são decorrentes de produtos beneficiados. A atividade madeireira é uma das atividades econômicas mais importantes e tradicionais na Amazônia Brasileira. Até muito recentemente ela se caracterizava pela mera retirada da madeira, até o total esgotamento das fontes de matérias-primas, sem preocupação com a reposição dos estoques de recursos naturais. Dessa forma, grandes regiões produtoras de madeira, como o leste paraense e o centro-norte mato-grossense entraram ou passaram a apresentar sintomas de declínio. Atualmente a atividade tem evoluído para a produção em bases sustentáveis, mediante os planos de manejo. A produção extrativa regional de madeira em tora em 2003 totalizou 17,04 milhões m³, correspondendo a 82,5% da produção nacional, patamar superior ao do início dos anos noventa, quando a produção regional, mesmo maior (entre 35 e 45 milhões de m³ de toras), representava entre 75% e 80% da produção do país, devido a abrupta queda na produção da Bahia e da Região Sul. Os principais Estados produtores são o Pará (10,84 milhões m³), o Mato Grosso (2,60 milhões m³) e Rondônia (1,77 milhões m³) (BRASIL, 2006).

A produção de madeira em toras provenientes da silvicultura, embora tenha crescido 150% desde 1990, tem menor expressão, tendo somado 3,46 milhões m³ em 2003, ou 3,5% do total nacional. Da mesma forma, a produção da silvicultura de madeira em tora para papel e celulose teve crescimento expressivo, tendo atingido quase 3 milhões m³ em 2003, ou 6,0% da produção nacional. A produção extrativa de lenha na região foi de 12,97 milhões m³ em 2003 (27,5% do total nacional), com forte queda em relação a 1990,

quando a produção foi de 22,54 milhões m³ (20,8% do total do país). Em praticamente todos os Estados houve queda da produção: no Pará (de 6,93 para 4,04 milhões m³), Maranhão (de 6,79 para 2,74 milhões m³), Mato Grosso (de 4,61 para 1,95 milhão m³) e Tocantins (de 2,15 para 0,84 milhão m³) (BRASIL, 2006).

Quanto à produção extrativa de carvão vegetal, houve um expressivo crescimento, passando de 265 mil toneladas em 1990 (9,5% do total do país) para 1,29 milhão de toneladas (58% do total nacional). A produção está concentrada no Pará (787 mil t) e no Maranhão (474 mil t). Mais de 70% da madeira explorada são oriundas de áreas de terceiros e o restante das próprias empresas, sendo 41% oriundas das pequenas propriedades, 24% das médias e 35% das grandes (estima-se que cerca de 80% são extraídos ilegalmente). Entre dois terços e três quartos da madeira são oriundas de desmatamento e o restante de planos de manejo. As florestas com certificação independente sócio-ambiental cobrem acima de 2 milhões de hectares, respondendo por um pouco mais 10% da demanda anual da madeira em tora (BRASIL, 2006).

A atividade madeireira, em sua grande maioria, é realizada em bases predatórias e tende a migrar para as áreas mais distantes da Amazônia, em decorrência da exaustão da matéria-prima nas áreas de exploração mais antigas, no Arco do Povoamento Adensado. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma atividade que oferece uma restrição para a sustentabilidade, na forma em que é conduzida, e uma oportunidade, na forma em que pode evoluir. Contudo, a adoção do manejo florestal sustentável carece de estímulos e sofre a competição da oferta de matéria-prima barata de origem predatória no desmatamento.

Em relação à economia urbana, destaca-se que, atualmente, as cidades concentram-se ao longo dos eixos rodoviários, rompendo o padrão dendrítico ao longo da circulação fluvial até então dominante. Manaus ganhou maior comando espacial na região em detrimento de Belém, mas as duas metrópoles perderam influência em face da expansão de Goiânia/Brasília. Predomina uma visão negativa quanto à urbanização na Amazônia. Com efeito, em termos econômicos e sociais, há grandes problemas associados ao processo. A íntima relação cidade-campo, decorrente da precariedade de oportunidades de trabalho na Região, que gera uma massa de desempregados ou subempregados móveis, é responsável pela multiplicação dos pequenos núcleos, verdadeiros aglomerados rurais sem equipamento urbano e mesmo pelo crescimento de cidades, onde os migrantes se

aglomeram nos piores terrenos. As cidades são carentes de equipamentos e serviços e a renda urbana é baixa, com exceção de algumas capitais estaduais, de áreas de economia moderada e/ou de grandes projetos (BRASIL, 2006).

É enorme o peso da economia informal nas áreas urbanas. A população empregada no setor formal, na metade dos municípios, não alcança 10% da população economicamente ativa, em nenhum município, supera 50%. Os empregados na economia formal são, sobretudo, vinculados à administração pública, ao comércio e a serviços. O restante compõe uma economia popular de pequena produção de mercadorias e prestação de serviços. Em alguns casos, como em Belém, programas de microcrédito e de capacitação em massa procuram fortalecer esta economia.

Já em 1985, a economia urbana constituía a base econômica de 30% dos municípios, cujas rendas eram derivadas de atividades urbanas e não mais do setor primário tradicional. São 17 milhões de consumidores urbanos, fato essencial para a dinamização do consumo de massa. Nas cidades estão localizadas a produção agroindustrial, assim como a indústria de têxteis, alimentos, bebidas e quase totalidade dos serviços. Finalmente, as cidades exercem papel estratégico para fortalecer a presença do Estado, na medida em que permitem a difusão das ações públicas horizontais, atravessando todo o território regional. Também são os pontos nodais das iniciativas das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais e os centros de gravidade do capital social (BRASIL, 2006).

2.4 NORDESTE

No Nordeste encontram-se elevados índices de pobreza e conseqüente necessidade de incorporar parcela significativa da população na economia e na oferta de serviços sociais básicos. A geração de renda e trabalho para esta população e a ampliação dos investimentos em infra-estrutura e oferta de serviços sociais, necessidade vital e em grande escala, não pode ser alcançada ao custo da degradação do meio ambiente pelo crescimento econômico predatório que tem dominado o Nordeste.

O outro grande desafio reside nas tendências do contexto, dominado por grandes transformações econômicas e tecnológicas que redefinem as condições de competitividade fortemente dependentes do domínio de informação, conhecimento e tecnologia, reforçando a tendência de concentração espacial da economia brasileira. Estas

se acentuam com a crise fiscal da União e dos estados, reduzindo a capacidade pública de investimento, e as mudanças na concepção do Estado, além da ausência de políticas regionais agressivas e efetivas.

As mudanças estruturais em curso podem levar à ampliação das desigualdades regionais e sociais, com graves conseqüências sociais e políticas para a Região, se persistir a ausência do Estado e de política regional e se não for implementada uma eficaz estratégia de desenvolvimento regional. Esta combinação de fatores criaria uma ameaça real de fragmentação do território brasileiro e de desestabilização da federação, além de constituir um grande risco de deterioração da posição relativa do Nordeste na economia nacional e comprometimento do desenvolvimento sustentável regional.

Durante várias décadas, o Nordeste registrou notável dinamismo econômico, acompanhando o movimento da economia brasileira, crescendo sua participação relativa no PIB e na indústria nacional. Entretanto, enquanto a participação do Nordeste no PIB do país está em torno de 16%, a Região concentra, hoje, cerca de 28% da população brasileira. Por outro lado, o Nordeste continua com restrições à competitividade da sua economia, que dificulta a retomada do crescimento, o acompanhamento da modernização nacional e a independência de incentivos e mecanismos de compensação do custo do capital na região. De forma simplificada, os maiores problemas econômicos do Nordeste estão localizados nos seguintes aspectos (BRASIL, 2001): baixo nível de produtividade em grande parte das atividades econômicas regionais, principalmente na agricultura; reduzida qualificação da mão-de-obra da Região; insuficiente dotação de infra-estrutura econômica, sobretudo nos pólos de dinamismo mais recentes; fragilidade da agropecuária local (ainda com significativa participação do Semi-Árido), frente às estiagens mais prolongadas; desestruturação dos segmentos exportadores tradicionais, com crescente insulamento econômico da Região; baixo grau de integração e lento processo de modernização dos pólos industriais mais expressivos da Região.

Como contraponto a estes desafios, a região apresenta um conjunto de potencialidades econômicas, como a emergência de setores exportadores dinâmicos, com destaque para o turismo e a fruticultura irrigada, o crescimento de um setor prestador de serviços modernos (sobretudo no arco litorâneo), a possibilidade de expansão das áreas de agricultura irrigada em diversas “manchas úmidas” do Semi-Árido, a existência de significativos pólos industriais que podem ser complementados e modernizados, e o

surgimento de pólos dinâmicos nas áreas de fronteira agrícola, cujo crescimento pode ser acelerado com relativa facilidade (BRASIL, 2001).

Entre os diversos problemas enfrentados, pela Região, nesse campo, cabe destacar, por sua relevância, os que se seguem: o baixo nível de escolaridade e a insuficiente qualidade da educação oferecida na Região; a elevada incidência de analfabetismo e analfabetismo funcional; os índices, ainda elevados, de morbidade e mortalidade; os baixos padrões de saneamento e higiene ambiental; o expressivo déficit habitacional; a baixa propensão às atividades associativas e à mobilização social; o reduzido acesso ao trabalho produtivo e, por conseqüência, à renda de grande parte da população regional (BRASIL, 2001).

No Nordeste açucareiro, de acordo com Castro (2004), os alimentos mais usados eram a farinha de mandioca, o aipim, o açúcar, o charque, havendo sérias carências que atingiam, sobretudo, as crianças pobres e mal-alimentadas que comiam terra. (fig 03.) No Nordeste semi-árido dominava uma economia baseada na pecuária de bovinos e caprinos, o que levava o homem da região a um maior acesso à carne e leite, complementados pelo milho, feijão e rapadura.

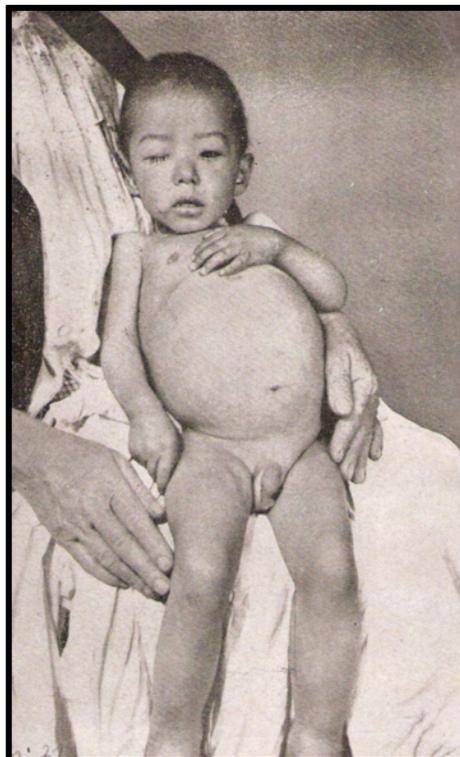


Fig. 03

O Nordeste Açucareiro ou, como é comumente denominado, a Zona da Mata, a fome era (e ainda é) endêmica; na zona de solos pobres, clima quente e chuvas escassas e irregulares - a Zona do Sertão - predominava (e ainda predomina) a fome epidêmica.

Na área do Nordeste Açucareiro, Castro (2004) chama a atenção para a profunda mudança ali realizada pelo homem, que em quatro séculos transformou a floresta tropical em uma região de campos abertos, mercê do ímpeto descontrolado de usineiros e donos de engenho de plantarem cana para produzir mais e mais açúcar. Foram justamente as características climáticas da Zona da Mata nordestina que criaram aquela situação aparentemente paradoxal, por meio da qual as condições naturais favoráveis à agricultura se tornaram a principal causa da sua transformação em uma área de fome endêmica.

A descrição feita por Castro (2004), da multissecular destruição da mata atlântica para substituí-la pela cultura da cana-de-açúcar, é de tal força estilística e rigor científico que não deixa lugar à dúvida acerca do que ele chama de 'uma dramática experiência sociológica' ali empreendida. Daí decorre, observa ele, o contraste gritante entre as potencialidades agropecuárias daquela sub-região e a escassa quantidade de alimentos ali produzida. A explicação para esse contraste está no sistema de exploração da terra, alicerçado na monocultura latifundiária da cana-de-açúcar, que, segundo Castro (2004), é uma "planta individualista" e hostil a outras espécies vegetais. Além dessa idiosincrasia, ele chama a atenção para outras exigências impostas pela cana-de-açúcar: muita mão-de-obra, que no Brasil foi atendida, durante mais de três séculos, pelo trabalho escravo e terras férteis em abundância. O caráter autofágico da cana-de-açúcar, lembra Castro, explica a tendência inexorável do ciclo econômico do açúcar à decadência. A redução da produtividade da terra decorrente da destruição da cobertura vegetal primitiva, do esgotamento do solo e da erosão constitui um processo irreversível que nem o uso de fertilizantes consegue interromper (CASTRO, 2004).

Além daquela característica da lavoura canavieira de exaurir os recursos naturais e humanos por ela monopolizados, o cientista pernambucano mostra ainda que, devido à diferença climática entre a península Ibérica e o Novo Continente, não foi possível reproduzir nesta parte dos trópicos a dieta mediterrânea, que tinha no trigo o alimento básico; a farinha de mandioca, o sucedâneo local, apresenta teores protéico, mineral e vitamínico muito inferiores aos da farinha de trigo. Em meio a esses baixos padrões alimentares que se foram alastrando na área do Nordeste Açucareiro, a população

escrava, desobedecendo às restrições impostas pelos senhores, plantava pequenos roçados de mandioca, batata-doce, feijão, milho e banana, melhorando, assim, as condições alimentares nos engenhos onde a desobediência era possível. Infelizmente, não eram muitas essas possibilidades, como lembra Castro. Desse modo, a faixa úmida do Nordeste foi, desde o início da colonização, uma das áreas de mais acentuada subalimentação do país, caracterizada pelos baixos teores calóricos, protéicos, de gorduras, sais minerais e vitaminas hidrossolúveis (CASTRO, 2004). Por isso, a fome crônica tomou-se a principal causa de mortes naquela sub-região do Nordeste.

Castro (2004) menciona ainda uma característica do regime de trabalho na indústria açucareira, a periodicidade da entressafra, quando os trabalhadores ficam desempregados e ainda mais despossuídos, visto não terem condições de acumular reservas na época da produção. A pobreza alimentar da população da área açucareira é acentuada, segundo Castro, pelo despejo das caldas das usinas nos cursos d' água, matando o que há de vivo naqueles mananciais. Embora volte a sua atenção quase exclusivamente para a zona canvieira da mata atlântica, Castro afirma que, no aspecto da alimentação, a área de domínio do cacau, no sudeste baiano, constituía um tipo de área alimentar semelhante à zona do açúcar. No seu minucioso estudo, Josué de Castro não deixou de registrar alguns fatores explicativos para que a população do litoral oriental do Nordeste tivesse melhor alimentação que a da zona açucareira: a existência de peixes e crustáceos de águas salgadas ou doces, que proporcionam dietas ricas em proteínas e a abundância do coco e do caju, dois vegetais de grande valor nutritivo. As conseqüências da desnutrição no Nordeste açucareiro são vistas por Josué de Castro como uma "verdadeira hecatombe demográfica", manifestada pelos dos elevados índices de mortalidade infantil e de mortalidade global causada pela tuberculose (Fig. 04) e por outras doenças da fome.

Josué de Castro considera sertão nordestino, a área que se estende do Piauí à Bahia, em uma extensão de 670 mil quilômetros, onde viviam, em meados da década de 1940, cerca de 7 milhões de pessoas. Trata-se de uma zona sujeita a secas periódicas, que tem o milho como alimento básico. Essa extensa área se caracteriza, segundo aquele pesquisador, por não ser, contrariamente a outras partes do mundo que têm no milho a base alimentar das suas populações, uma área de graves deficiências alimentares, mesmo estando sujeita ao desastre natural das secas.

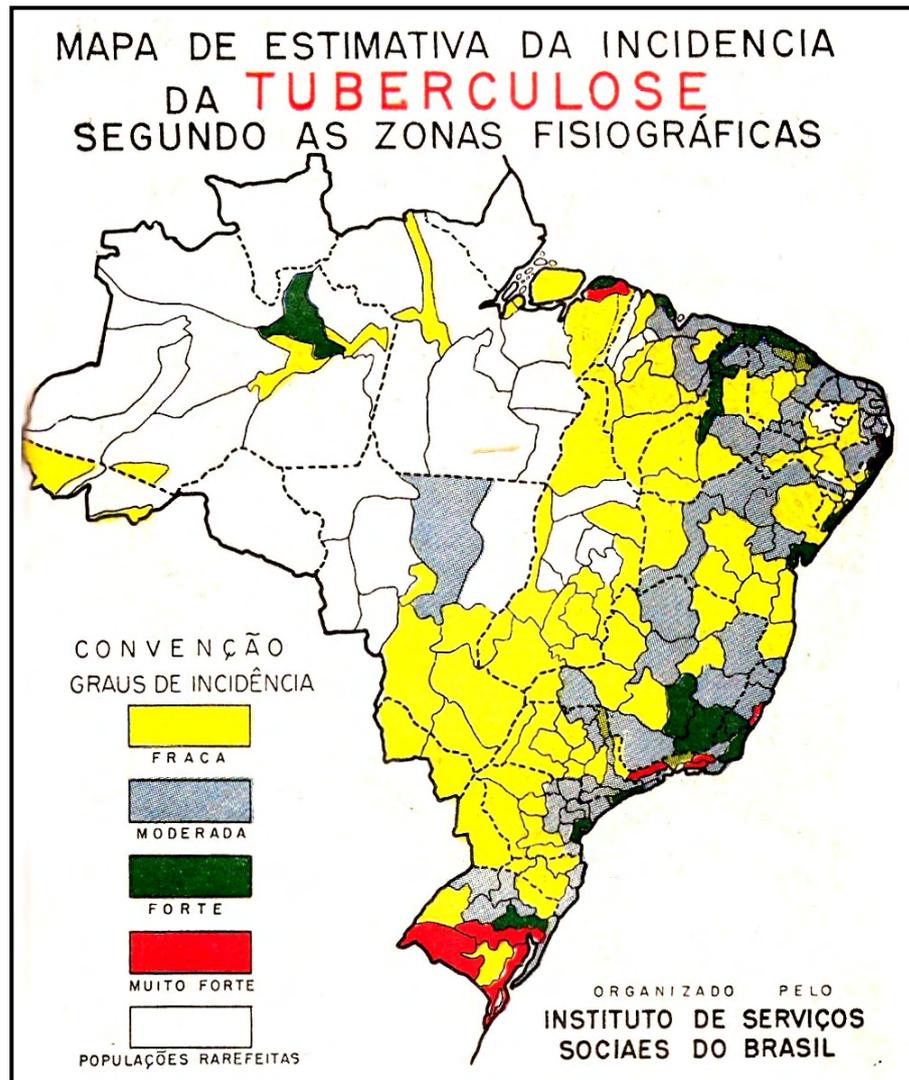


Fig. 04 Fonte: Instituto de Serviços Sociaes do Brasil, 1946 (APUD Castro)

A síntese feita por Castro das condições físico-climáticas do sertão nordestino é um modelo de conciliação entre rigor científico e concisão estilística. Ele se detém na descrição das subáreas fisiográficas que constituem o sertão - o agreste, a caatinga, o alto sertão e as manchas férteis, cujas características diferenciadoras foram, posteriormente, amplamente estudadas e descritas em diversos trabalhos de outros autores. No entanto, Josué de Castro afirma que a flora e a fauna do sertão são pobres em recursos alimentares. Devido à evaporação e à variação na salinidade, os rios, e mesmo os açudes da sub-região, não são piscosos, exceção feita ao rio São Francisco.

Para enfrentar a relativa pobreza natural do sertão, a ocupação econômica daquela sub-região se deu por meio da pecuária extensiva, iniciada em fins do século XVI,

impulsionada pelo mercado que se formava nas zonas açucareira, cada vez mais carente de animais para utilização como força de tração e para atender ao mercado consumidor de carne, e de mineração, na área central da colônia. Os rebanhos caprinos, rústicos e resistentes aos rigores climáticos, também se adaptaram às condições ambientais do sertão, contribuindo para aumentar a oferta local de carne e leite. Aos poucos, foi se definindo uma organização econômica que associava a policultura alimentar à pecuária extensiva e à lavoura do algodão.

Desse modo, estabeleceu-se no sertão, a despeito da pobreza de recursos ambientais, um padrão alimentar equilibrado, como demonstra Josué de Castro. O milho, o leite, a carne, a farinha de mandioca, o feijão, a batata-doce, o inhame, a rapadura e o café constituem a dieta básica do sertanejo. É notável, a ausência de frutas e verduras, salvo de algumas frutas silvestres e de umas poucas verduras que, no entanto, costumam ser misturadas em "combinações de admirável primitivismo", como lembra Castro. Na sua opinião, o regime alimentar do sertanejo contém um elevado poder energético, suficiente para atender às necessidades impostas pelas adversidades climáticas e pelo dispêndio de energia característico da faina diária do agricultor sertanejo. A dieta equilibrada explica, na opinião de Castro, a resistência do povo sertanejo às doenças infecciosas e, também, a ausência, em grandes proporções, de avitaminoses e de carências minerais. A esses traços peculiares das práticas alimentares no sertão, soma-se a influência benéfica da luz solar na absorção pelo organismo dos seus habitantes das vitaminas C e D; os raios ultravioleta, por sua vez, contribuem para a salubridade climática da região, ao proporcionar a esterilização do meio ambiente (CASTRO, 2004).

Assim como vários escritores por ele citados, Josué de Castro atém-se no seu livro à narrativa das conseqüências trágicas das secas que periodicamente castigam o semi-árido nordestino. Com grande força estilística e riqueza de detalhes, aquele autor demonstra como o desastre natural da escassez ou da irregularidade pluviométrica pode destruir a agricultura, dizimar os rebanhos e levar o povo sertanejo à situação de indigência. Aí reside o caráter epidêmico da fome no sertão Nordeste. A situação alcança tal magnitude e gravidade que muitos sertanejos, para sobreviverem, recorrem à ingestão de alimentos incomuns (mucunã - *Dioclea grandiflora* - (Fig. 05), macambira - *Encholirium spectabile* - (Fig. 06), xique-xique - *Pilosocereus gounellei* (Fig 07), e o cerne do catulezeiro conhecido como bró - *Syagrus oleracea*) e, via de regra, impróprios à

saúde; os que têm disposição e coragem emigram, sozinhos ou acompanhados das famílias. Castro, embora admitindo serem ainda incompletos os conhecimentos sobre o valor nutritivo daqueles alimentos selvagens, faz uma análise do teor nutricional dos mais utilizados pelo sertanejo para aplacar a fome. Ao narrar a triste odisséia do êxodo, Josué de Castro se vale da sua formação médica para analisar as diversas patologias que acometem as hordas de migrantes desnutridos e famintos. A debilidade orgânica das vítimas da seca anula por completo aquela benesse climática do sertão, que, em períodos normais, torna os seus habitantes resistentes aos efeitos dos agentes mórbidos.



Fig. 05: Mucunã



Fig. 06: Macambira



Fig 07:: Xique-Xique

Quando Josué de Castro escreveu o seu celebrado livro, a população dos oito estados nordestinos somava 15 milhões de pessoas. Em 2002, ela alcança a casa dos 42 milhões. No decorrer desses 56 anos, a população do Nordeste açucareiro e cacauero e a do Nordeste semi-árido também cresceram, não obstante os fluxos emigratórios intensos verificados até a década de 1970, porém atenuados a partir de então. No entanto, as estruturas fundiárias da faixa úmida e do interior semi-árido permaneceram intocadas. Os problemas sociais, como era previsível, se agravaram. No caso do açúcar, o esgotamento dos solos, as práticas agrícolas predatórias, a concorrência por parte de outros países ou regiões e o aumento da produção de sucedâneos levaram aquele produto a um ciclo, já prolongado, de decadência. Essa situação se soma às causas ancestrais apontadas por Josué de Castro para a existência de fome endêmica no Nordeste Açucareiro; no Nordeste cacauero, problemas semelhantes têm provocado uma crise econômico-social também duradoura. Na zona semi-árida, além do problema representado pela distribuição desigual das terras que leva milhares de famílias a sobreviverem em propriedades de tamanho incompatível com as condições climáticas, ocorrem diminuições dos rendimentos físicos da terra, em decorrência da degradação ambiental (inclusive de áreas atingidas pelo processo de desertificação), da utilização de métodos predatórios seculares, como a queimada e o desmatamento da mata nativa.

Como potencialidades de que a Região se pode valer para a superação desses entraves devem ser mencionadas a reconhecida criatividade da população nordestina, a existência de diversas experiências exitosas de formas mais participativas de formulação e implementação de políticas públicas, na área social, e a cultura regional como elemento com possibilidade de agregar e impulsionar processos de mobilização social.

3. GLOBALIZAÇÃO, ESTADO-NAÇÃO E OS NOVOS ARRANJOS TERRITORIAIS DA FOME. O NORDESTE COMO REFERÊNCIA

A globalização pode ser entendida como um processo de integração dos mercados econômicos em nível mundial, pois não há na atualidade fronteira na questão econômica, distanciando dos modelos econômicos de controle estatal e de definições de relações produtivas. Mas ainda, com as crises que afetaram o consumo de produtos manufaturados e matérias-primas, a partir da década de 1950 os países vêm como forma de manter sua sustentabilidade produtiva a ampliação de relações comerciais entre diversos países com interesses comuns, onde as inovações tecnológicas são fundamentais (novas técnicas, produtos e materiais). E conforme Batisti (2003), o fenômeno implica maior abertura das economias ao comércio internacional, e assim redução da proteção das indústrias e comércio local, absorção de tecnologias de produção e administração, condicionando a produção a ter custos menores e com maior produtividade, visando a Lei das Vantagens Comparativas/Competitivos, ou seja, consegue mercado quem vende produtos melhores e mais baratos.

Segundo Bourdieu (1998), a globalização não é um simples processo de homogeneização, nem de harmonização, mas sim a expansão de um neocolonialismo patrocinado por grupos restritos de países ricos e de empresas que dominam o capital, tanto produtivo quanto financeiro. Confirma esta linha de pensamento Chomsky (2000), para quem a globalização reflete a escalada das chamadas políticas neoliberais que se caracterizam pelos ajustes estruturais e as reformas do Estado, sendo descrita de forma enganosa, como a expansão do “livre comércio”, pois é realizada pelos oligopólios e pelas alianças estratégicas entre grandes empresas, em vários setores da economia.

As discussões da formação de uma economia global iniciaram há séculos com a expansão marítima (XV) e retomada há algumas décadas no século XX com o Pós-Guerra Fria, mas desde 1996 com a incentivo do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) objetivando facilitar o máximo o movimento de capitais através das fronteiras, impedindo que os países estabeleçam qualquer tipo de legislação, políticas ou programas que tenham características restritivas, defendendo o interesse do grande capital e não das populações envolvidas dos países membros. Conforme o pensamento de Roque: não previa a AMI criação de qualquer mecanismo que garantisse aos cidadãos, diretamente ou através

das suas instâncias de representação, como por exemplo: o Congresso Nacional, o direito de questionar ou criar restrições, às ações de empresas transnacionais.

Atualmente, a globalização econômica refere-se às enormes transformações ocorridas no mundo capitalista, mudando a organização dos bens e serviços, calcada na busca da redução de custos nas grandes empresas transnacionais, tendo os seguintes efeitos: transformação na organização produtiva e maximização da produção em larga escala; formação de blocos econômicos que assegurem seus mercados e a hegemonia política; utilização de novas tecnologias combinadas com a informática; modificação no campo de trabalho; sistema capitalista baseado na hegemonia do capital financeiro. Esta combinação provoca a formação de grandes monopólios, concentração de renda e uma circulação de capital especulativo de curto prazo, limitando a capacidade dos governos de planejar e como consequência restringindo a soberania popular dentro dos sistemas democráticos (PIETRICOVSKY, 2001). Estas características são visíveis nos países em desenvolvimento, onde as potências econômicas efetuam claramente suas políticas protecionistas internamente.

3.1 AS REDES GLOBAIS DO COMÉRCIO E OS IMPACTOS SÓCIO-ESPACIAIS NA PRODUÇÃO RURAL NO NORDESTE

Segundo Rodrigues e Evangelista (2000), o setor agropecuário pode contribuir com o processo de desenvolvimento econômico, ofertando os alimentos e as matérias-primas necessários ao setor não-agrícola; adquirindo produtos manufaturados pela indústria doméstica; fornecendo mão-de-obra e capital ao setor não-agrícola e gerando divisas, seja pela exportação, seja pela substituição de importações de produtos primários, de forma a permitir a aquisição dos bens de capital exigidos pelo processo de desenvolvimento.

Dos nove Estados que compõem a região Nordeste, cinco, Alagoas (U\$ 255.146 (A) e U\$ 227.613 (B)), Bahia (U\$ 464.712 (A); U\$ 364.011 (B)), Maranhão (U\$ 54.547 (A); U\$ 316.192 (B)), Piauí (U\$ 35.823 (A); U\$ 35.352 (B)) e Rio Grande do Norte (U\$ 45.353 (A); U\$ 20.649 (B)) apresentaram saldo superavitário tanto na balança comercial (A) total como na do *agribusiness* (Fig. 08, 09), (B). Os demais, Ceará (U\$ -107.782 (A); U\$ -298.000 (B)), Paraíba (U\$ -73.489 (A); U\$ -101.361 (B)), Pernambuco (U\$ -65.981 (A); U\$ -552.574 (B)) e Sergipe (U\$ -43.713 (A); U\$ -73.175 (B)) apresentaram déficit nas duas balanças. Em todos os casos, é importante ressaltar a

participação do *agribusiness*, seja para gerar o superávit, seja para reduzir o déficit da balança comercial total (RODRIGUES E EVANGELISTA, 2000).



Fig. 08: Manga



Fig. 09: Uva

De uma maneira geral, merecem destaque, como exemplos positivos, os casos dos estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Alagoas, e Piauí, nos quais o saldo da balança comercial do *agribusiness* superou com folga o da balança comercial global. Nesse grupo, é emblemática a expressiva participação do *agribusiness* na balança comercial da Bahia (127%), haja vista ser o estado nordestino que detém as mais diversificadas pautas de exportação e importação. No outro extremo, situam-se os Estados de Pernambuco (11,94%) e do Maranhão (17,25%), onde se verificaram as menores participações das atividades inseridas no *agribusiness* na composição do saldo das respectivas balanças

comerciais. Quanto aos estados que apresentaram déficit comercial, é interessante frisar que, na totalidade dos casos, o saldo negativo da balança foi gerado pelo excesso de importação de produtos agropecuários (RODRIGUES E EVANGELISTA, 2000).

De acordo com os estudos de Rodrigues e Evangelista (2000), a exportação dos produtos do *agribusiness* regional alcançou R\$ 1,57 bilhão em 1998, representando 42,5% do total exportado pelo Nordeste. Daquele montante, aproximadamente 63% foram gerados pela exportação de produtos processados e semi-processados. Nesse grupo, destacam-se os derivados de cana-de-açúcar, de longe os mais importantes na pauta regional de exportações, responsáveis por 30,4% do resultado obtido. Os derivados de madeira, com 10,0%, e os derivados de amêndoas, especialmente de cacau, com 8,8%, vêm a seguir. O Estado da Bahia, em 1998, exportou quase US\$ 20 milhões a mais em derivados de madeira do que em derivados de amêndoas. Os produtos agropecuários (não processados) geraram 34,2% do valor das exportações, com destaque para os grãos (12,6%), as amêndoas (9,6%) e as frutas e olerícolas (4,2%), sendo que, nestes últimos, a participação do Nordeste correspondeu a aproximadamente 56% do valor exportado pelo Brasil, em 1998. Em quarto lugar vêm os peixes, moluscos e crustáceos, com 3,2%.

À primeira vista, pode parecer surpreendente a participação dos grãos, quando se consideram as limitações climáticas do semi-árido. Rodrigues e Evangelista (2000), entretanto, lembram a crescente participação dos cerrados (da Bahia, do Maranhão e do Piauí) na produção regional. De 1990 a 1998, somente a produção de soja no Nordeste passou de 226 mil para 1.529 mil toneladas, o que explica em parte o resultado encontrado. A castanha de caju é praticamente a única amêndoa exportada pelo Nordeste (US\$ 150 milhões) e, sozinha, superou a receita gerada por toda a fruticultura brasileira de exportação (US\$ 119 milhões em 1998).

É importante destacar que, não obstante o direcionamento da fruticultura regional para o consumo “in natura”, se forem consideradas as frutas e olerícolas sob todas as suas formas, esse conjunto respondeu por exportações da ordem de quase US\$ 110 milhões, ou 7,0% das exportações do *agribusiness* regional em 1998. Dentro do segmento dos insumos, destacam-se apenas os adubos, fertilizantes e defensivos, responsáveis por 2,4% do total exportado. Cabe registrar que as condições de umidade relativa do ar do

Nordeste, associadas à prática da irrigação, credenciam a região para ser uma zona produtora / exportadora de sementes, potencial pouquíssimo explorado (RODRIGUES E EVANGELISTA, 2000).

Santos e Brainer (2007) ressaltam que, no Nordeste, os Estados da Bahia e Sergipe, produzem e exportam suco de laranja. Sergipe destaca-se por ser o principal exportador deste suco na região. Atualmente, o Estado exporta, além desse suco, os de abacaxi e maracujá. Os países importadores são Holanda, Bélgica e Estados Unidos, sendo o primeiro, responsável por 80% do total. Em termos de Brasil, o suco de maracujá também é destaque na pauta de exportações, ocupando a segunda colocação no ranking de sucos. O Nordeste evoluiu sua exportação de suco de maracujá concentrado, no triênio 2003/2005, com 117% de incremento. Destaca-se que a Cooperativa de Colonização de Pindorama, no Estado de Alagoas, foi pioneira na produção de suco de maracujá, tendo ao longo dos últimos quarenta anos, trabalhado a diversificação de sua produção. Atualmente, processa maracujá, acerola, abacaxi, uva, caju, manga, goiaba e derivados de coco (leite e doce), todos com marca própria. Esta Cooperativa atua junto aos mercados brasileiros do Nordeste e Sudeste, por meio de grandes redes de supermercado.

Os Estados da Paraíba e Sergipe são os destaques na exportação do suco de abacaxi, outro alimento importante na pauta de exportações brasileiras, tendo crescido em torno de 280% entre 2001 e 2005, cujos principais compradores nesse período foram os países Baixos, tendo importado cerca de 68% do volume total em 2005. Com relação à água de coco, no momento, o Nordeste (com destaque para o Estado de Alagoas) figura como o único produtor e exportador brasileiro. O processamento da água de coco surgiu para solucionar a inviabilidade do transporte do coco verde dos tradicionais produtores nordestinos (Ceará, Paraíba e Pernambuco) para os principais centros consumidores (SANTOS E BRAINER, 2007).

Relativamente aos derivados do cacau (amêndoa, manteiga, licor, torta e pó), a Bahia figura como o maior produtor e exportador brasileiro, com vendas externas evoluindo de 24 mil toneladas (em 2001) para 39 mil toneladas (em 2005). Nos últimos dez anos, observou-se um declínio no volume das exportações da amêndoa, acompanhado de um incremento das exportações de produtos mais elaborados (manteiga, licor e pó). A exportação de manteiga, gorduras e óleo de cacau resultou no ingresso médio de US\$ 96,7

mil no período de 2001/2005, sendo que somente nos dois últimos anos as receitas superaram essa média (SANTOS E BRAINER, 2007).

A amêndoa da castanha de caju, que tem no Brasil o seu terceiro maior exportador mundial, é um produto que possui demanda externa em expansão. Toda a produção de amêndoa brasileira é originária do Nordeste, tendo como maior exportador o Estado do Ceará, onde a matéria-prima ocupa o segundo lugar em sua pauta de exportações. Entre os anos de 1992 e 2004, observou-se um crescimento em torno de 25% nas exportações do produto, passando de 38 milhões de toneladas para 47,4 milhões toneladas. No entanto, essa exportação é concentrada em poucos países, principalmente Estados Unidos, com uma tendência de crescimento de importação por parte dos chineses (SANTOS E BRAINER, 2007).

Importante observar que o processamento do pedúnculo do caju não é mais exclusivo dos tradicionais produtores nordestinos. Atualmente, diversas empresas localizadas em outros Estados do Nordeste, do Sudeste e Norte do país, estão produzindo e exportando (ainda em pequena escala) polpas, sucos e cajuína, a partir do processamento do pedúnculo. Como exemplos, pode-se citar a Brasfrut (Frutos do Brasil Ltda), em Feira de Santana (BA); a Brassuco (Indústria de Produtos Alimentícios Ltda), em Itu (SP); Pontal Fruit Ltda, em Linhares (ES); Realimentos (Reengenharia Alimentos Indústria e Comércio Ltda), em Santarém (PA); Dafruta (Indústria e Comércio S.A), em Recife (PE); Global Sucos, localizada em Matão (SP) e Parmalat Brasil, no município de Itamonte (MG) (SANTOS E BRAINER, 2007).

As expectativas de crescimento da economia nordestina para 2007, segundo o Banco do Nordeste do Brasil, são de que o Nordeste deverá continuar a crescer acima da média nacional. Segundo a revista 'Carta Capital', divulgando a pesquisa do Instituto Cetelem – Ipsos, o Nordeste foi a região com maior crescimento da renda familiar média (12%), na comparação entre 2005 (R\$ 676,64) e 2006 (R\$ 761,16). A intenção de compra de computador entre os nordestinos mais do que dobrou em um ano e, em 2007, os habitantes da região têm a intenção de gastar com móveis, eletrodomésticos, lazer/viagem, telefone celular e eletroeletrônicos, de modo que, estimativas iniciais indicam boa possibilidade de crescimento da economia nordestina, em torno de 4,1% em 2006 e 4,9%, em 2007, desde que a economia brasileira, no agregado, cresça entre 4,2% a 4,5%, sendo esta última taxa prevista pelo Governo Federal.

Em relação à indústria nordestina, a região Nordeste assinalou, no acumulado do ano de 2006, expansão industrial de 3,3% acima da média nacional. Esse índice regional é superior ao observado em 2005 (2,4%), porém ficou abaixo do registrado em 2004, quando atingiu 7,7%. O bom desempenho da indústria nordestina decorreu do incremento verificado em nove das onze atividades pesquisadas. Registraram aumentos importantes os segmentos de celulose e papel (16,6%), metalurgia básica (10,9%), têxtil (5,5%) e alimentos e bebidas (3,7%). Os maiores decréscimos foram constatados na indústria extrativa (4,4%) e vestuário (14,5%) (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2007).

A indústria manufatureira nordestina assinalou um aumento das vendas de 4,0% no período janeiro-dezembro. Contribuiu para esse crescimento o dinamismo do setor exportador que registrou expansão de 19,7% em 2006, comparativamente a 2005. Setorialmente, vale destacar os acréscimos nos setores de minerais não metálicos (34,9%), têxtil (27,4%) e metalurgia básica (9,0%). Por outro lado, o segmento de vestuário, calçados e artigos de couro assinalou uma queda expressiva de 11,7% do faturamento (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2007).

Destaca-se que o Ceará foi o Estado com a segunda maior taxa de crescimento entre as regiões metropolitanas pesquisadas (8,2%). Bahia (3,2%) e Pernambuco (4,8%) também assinalaram bom desempenho, com incrementos superiores à média nacional. As maiores contribuições para crescimento da indústria cearense vieram de produtos químicos (31,8%), aparelhos e materiais elétricos (71,9%), têxtil (11,5%) e calçados (4,0%). Vale destacar a retomada do crescimento do setor têxtil, após registrar um recuo de 5,2% em 2005. Apesar dessa recuperação, o emprego industrial decresceu 2,6% nesse segmento. Os destaques negativos ficaram por conta do ramo de vestuário, que apresentou uma queda de 16,4% e minerais não metálicos -3,6% (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2007).

Na indústria pernambucana, oito das onze atividades fabris pesquisadas contribuíram para o crescimento de 4,8% em 2006, com ênfase para alimentos e bebidas (8,6%), metalurgia básica (9,2%) e borracha e plástico (27,7%). Em contrapartida, as maiores quedas foram registradas em produtos químicos (-6,9%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-8,8%). Na Bahia, cinco das nove atividades investigadas apresentaram taxas de crescimento positivas em 2006. As maiores contribuições vieram de celulose e papel (18,6%), de refino de petróleo e produção de álcool (4,6%) e metalurgia básica

(9,7%). Os destaques negativos ficaram por conta das atividades de alimentos e bebidas (1,2%) e veículos automotores (6,4%) (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2007).

3.2 AS REDES GLOBAIS DO COMÉRCIO E OS IMPACTOS SÓCIO-ESPACIAIS NO COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA NO NORDESTE

Em relação ao Comércio, o Banco do Nordeste do Brasil (2007) destaca que todos os Estados da região obtiveram desempenhos superiores ao apresentado pelo Brasil, tanto considerando o volume de vendas quanto a receita nominal. O Maranhão foi destaque, com elevação de 25,7% no volume de vendas e ampliação de 28,2% na receita nominal. Em janeiro de 2007, comparado ao mesmo período do ano anterior e observadas as variações de volume de vendas, sete Estados nordestinos obtiveram ampliações acima da média nacional. Alagoas (34,6% de expansão), foi o destaque, seguido por Maranhão (31,6%), Ceará (19,8%), Sergipe (16,6%), Paraíba (16,4%), Bahia (14,1%) e Pernambuco (11,1%). Considerada a receita nominal, sete, dos nove Estados nordestinos, obtiveram desempenhos acima da média nacional: Maranhão, acréscimo de 31,5%; Ceará, elevação de 19,8%; Paraíba, ampliação de 17,7%; Pernambuco, expansão de 11,7%; Alagoas, 34,9% de crescimento; Bahia acréscimo de 15,1% e Sergipe, expansão de 18,0% (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2007).

A Pesquisa Mensal de Comércio permite, ainda, a análise do desempenho do comércio nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, por atividade, tanto para o acumulado do ano de 2006, quanto para janeiro de 2007. No acumulado do ano de 2006, o setor combustíveis e lubrificantes destacou-se por apresentar, para o país como um todo, desempenho abaixo do registrado no comércio varejista ampliado, entretanto, as situações nos Estados do Nordeste apresentaram-se diferenciadas (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2007).

As vendas de álcool hidratado no Nordeste (em metros cúbicos), pelas distribuidoras, cresceram (de 2005 para 2006) 27,1%, enquanto as vendas da gasolina tipo “C” obtiveram crescimento de apenas 3,3%. Na Bahia houve crescimento de 1,3% nas vendas de gasolina e de 42,3% nas vendas de álcool. Os dados demonstram o impacto que a popularização dos carros bi-combustíveis teve na demanda por estes produtos na receita nominal, já na Bahia, a atividade apresentou crescimento de 10,6% na receita e redução de 1,6% no volume comercializado (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2007).

Em janeiro de 2007 esta tendência manteve-se: no Ceará e em Pernambuco o setor apresentou índices negativos de volume de vendas e receita nominal, ao passo que, na Bahia, obteve crescimento tanto no volume de vendas (3,6%) quanto na receita nominal (8,6%). Destacaram-se, ainda, positivamente, na comparação 2006 a 2005, com as maiores expansões do volume de vendas as atividades: hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, (10,4%) em Pernambuco; móveis e eletrodomésticos, (27,7%) no Ceará e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 77,3% em Pernambuco, no Ceará (66,5%) e (20,6%) na Bahia (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2007).

As performances negativas, além do segmento de combustíveis, ficaram por conta das atividades tecidos, vestuário e calçados, no Estado de Pernambuco, (queda de 3,7% no volume vendido) e livros, jornais, revistas e papelaria (queda do volume de vendas de 26,7% em Pernambuco e 29,2% na Bahia). O bom desempenho dos segmentos hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, não somente em Pernambuco, como em todo o resto do país, reflete a estabilidade de preços, manutenção dos níveis de emprego, ampliação da massa salarial e os programas de transferência de renda (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2007).

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social, referentes ao mês de janeiro de 2007, indicam que somente no programa bolsa-família foram beneficiadas, na região nordestina, mais de 5 milhões de famílias (o correspondente a quase metade das famílias beneficiadas em todo Brasil). (BRASIL, 2007b). Estes fatores aliados ao barateamento dos insumos importados e às condições de crédito também favoreceram a expansão da atividade móveis e eletrodomésticos no Ceará.

No caso de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, assim como no Brasil, a expansão no Nordeste, principalmente no que se refere ao volume de vendas, ocorreu devido a um conjunto de fatores: condições de crédito; implementação de políticas federais de incentivo e reduções de preços (barateamento de insumos importados) (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2007).

Duas tendências que vinham se delineando no final de 2006 confirmaram-se em janeiro de 2007: o arrefecimento do desempenho da atividade equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação na Bahia (decréscimo de 6,2% no volume de

vendas e redução de 15,8% na receita nominal) e a expansão das atividades veículos e motos, partes e peças e materiais de construção, particularmente no Estado do Ceará (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2007).

O segmento veículos e motos, partes e peças, nos três Estados nordestinos, cujos dados por atividades e unidades da federação são disponibilizados pela PMC, apresentou em 2006, desempenho acima da média nacional. Pernambuco obteve, no acumulado do ano, alta de 18,2% no volume de vendas, enquanto que, nacionalmente, houve expansão de 7,3%. Os Estados da Bahia, com alta de 19,5% e Ceará com elevação de 32,0% também obtiveram desempenhos excepcionais. Cabe ressaltar que, no mês de janeiro, apenas a Bahia, dos três Estados em questão, obteve desempenho abaixo da média do Brasil, no que diz respeito ao volume de vendas (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2007).

No caso da atividade material de construção, o Ceará destacou-se, mais uma vez, ao obter ampliações acima das médias nacionais, tanto consideradas as variações anuais (comparação 2006 a 2005) quanto as mensais (janeiro de 2007 confrontado ao mesmo período de 2006) do volume de vendas e da receita nominal. Entretanto, o bom desempenho deste setor se estendeu sobre outros Estados, além do Ceará. Os dados de consumo de cimento (2006 em comparação a 2005), indicam que o consumo deste insumo cresceu 21,8% em Pernambuco, 21,8% em Sergipe, 17,0% no Rio Grande do Norte e 19,7% no Maranhão, (sendo que a média de crescimento do Brasil foi de 8,2%) (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2007).

A trajetória de expansão do crédito tem sido influente no desempenho de atividades como material de construção e veículos e motos, partes e peças. Como mostram os dados do Banco Central referenciados pelo Banco do Nordeste do Brasil (2007), o volume destinado ao financiamento imobiliário, embora tenha decrescido 2,0%, se comparados 2005 e 2006, vem apresentando elevações mês a mês a partir de agosto de 2006 e, em janeiro de 2007 (se comparado ao mesmo período do ano anterior), apresentou elevação de 42,0%. Já os recursos das operações de crédito destinados à aquisição de veículos cresceram, de 2005 a 2006, 32,4% e, no mês de janeiro de 2007, em comparação ao mesmo período do ano anterior, acenderam 24,0% (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2007).

3.3 AS REDES GLOBAIS E A FORÇA DO MARKET

As pessoas costumam consumir menos do que desejam porque sua despesa está restringida pela renda. A restrição orçamentária mostra a combinação de bens que o consumidor pode adquirir dada sua renda e os preços dos produtos. Ao fazer suas escolhas de consumo, o consumidor toma como dado o preço relativo dos bens e escolhe um que sua taxa marginal de substituição seja igual ao preço relativo, que é a taxa à qual o mercado está disposto a trocar um bem pelo outro. A taxa marginal de substituição é a taxa à qual o consumidor está disposto a trocar um bem pelo outro (MANKIW, 2001).

Quando o consumidor tem sua renda aumentada, pode se permitir adquirir mais bens. O aumento da renda desloca a restrição orçamentária, que permite ao consumidor escolher melhor, enquanto o preço do produto não subir. O preço mais baixo aumenta a oportunidade de consumo do consumidor. O efeito renda é a alteração do consumo, quando o preço de um bem diminui e o efeito substituição é o resultado da alteração do consumo, quando o preço de um bem sobe. Ou seja, quando o preço de um bem cai, a tendência é o consumidor comprar maior quantidade de um determinado produto e quando esse preço aumenta, a tendência é substituir esse bem (MANKIW, 2001).

Segundo Wright (2000) nos últimos anos vem crescendo uma teoria funcional das comunicações de massa, a qual está presente, implícita ou explicitamente, em vários estudos. Para o autor, a análise funcional das comunicações de massa preocupa-se com o exame daquelas conseqüências dos fenômenos sociais que afetam a operação, a adaptação ou a ajustagem normal de um dado sistema (indivíduos, grupos, sociedade e cultura).

A globalização de praticamente todos os mercados industriais ocasionou um aumento de competitividade, fazendo com que as empresas fixassem suas metas na melhoria de qualidade de seus produtos e serviços. Dentro deste novo cenário, as empresas não conseguem repassar todos seus custos aos clientes, sendo necessária uma reestruturação dos processos, da organização e gestão da empresa, visando aumentar sua eficiência.

Essas conseqüências das comunicações de massa com relação aos indivíduos, aos subgrupos específicos, à sociedade e à cultura, Wright as chama de funções (se têm um valor positivo) ou de disfunções (se têm um valor indesejável), não passando estas últimas, também, de funções.

As conseqüências das comunicações de massa, tanto as funções como as disfunções, podem ser “intencionadas” ou “não-intencionadas”. As primeiras denominam-se “funções manifestas”; as segundas, “funções latentes”.

Seria o caso, talvez, de lembrar a conceituação de conteúdo manifesto e conteúdo latente da mensagem (MORIN, 1972) de significante e significado da mensagem transmissível e mensagem (BARTHES, 1977) de mensagem transmissível e mensagem significativa (BELTRÃO, 1972) de valor extencional intencional da mensagem (HAYAKAWA *apud* GARCIA, 1976) de estilo e significado da mensagem (LASSWELL, 1977) de denotação e conotação da mensagem (HJEMSLEW *apud* BARTHES, 1977).

Sem estender nessas colocações semiológicas, diga-se apenas o seguinte: o conteúdo manifesto (a função manifesta da comunicação) é aquilo que é intencionado por ela, claramente; e o conteúdo latente (a função latente) é aquilo que está para lá da intenção da comunicação, algo oculto, não captável a não ser por pessoas mais perspicazes e de olhos mais abertos, aquelas que sabem fazer uma leitura crítica da mensagem publicitária.

Este último seria o verdadeiro sentido da transintencionalidade da comunicação: no caso da mensagem publicitária, transintencional seria antes aquilo que chamamos de “segundas intenções” da propaganda e não tanto o “não intencional” (como no exemplo do *teaser* mencionado, com suas conseqüências não-intencionadas).

Para Rocha, “a função manifesta da publicidade é aquela de ‘vender um produto’, ‘aumentar o consumo’ e ‘abrir mercados’”. Mas, de acordo com ele, há mais coisas subjacentes a um anúncio. “Pode-se até pensar que o que menos se consome num anúncio é o produto. Em cada anúncio, vendem-se ‘estilos de vida’, ‘sensações’, ‘emoções’, ‘visões de mundo’, ‘relações humanas’, ‘sistemas de classificação’, ‘hierarquia’ em quantidades significativamente maiores que geladeiras, roupas ou cigarros” (ROCHA, 1985, p. 26-27). Assim, pode-se considerar como função latente da publicidade tudo o que ela procura vender que não seja concretamente o produto em si, mas sua magia, sua maneira de apresentar ideologicamente o sistema vigente etc.

Menna Barreto (1981) fala da importância da imagem (conjunto de impressões e opiniões subjetivas do consumidor sobre determinado produto ou serviço), como indispensável a qualquer mensagem publicitária.

Mesmo quando o anunciante ainda não tem imagem alguma, suas primeiras mensagens de venda já terão de vir carregadas de elementos subjacentes, que impressionem o consumidor. São elementos intrínsecos a toda propaganda, como tal: a força da riqueza, do investimento; a perfeição em todos os detalhes; a criatividade do “approach”, a magia hipnótica dos efeitos técnicos. (BARRETO, 1981,p. 98-99)

Todo esse aparato em torno da construção de uma “imagem”, como relata Menna Barreto, demonstra, mais uma vez, a função latente da publicidade, por conseguinte sua transintencionalidade, que nem sempre é captada pelo telespectador.

Pode-se, ainda, colocar um outro exemplo, apresentado por Lagneau (1981, p. 70). Para ele, há dois processos contrários que convergem, paradoxalmente, graças à publicidade. O primeiro refere-se aos produtores, que procuram tornar os bens econômicos menos onerosos, para poder vender mais. E o segundo diz respeito aos consumidores, que “são concitados a investir cada vez mais profundamente sua afetividade nos objetos oferecidos no mercado, até que o preço das mercadorias perca sua significação econômica e passe a medir essencialmente o valor de sacrifício de boa-mente a um desejo subconsciente ou a uma coerção social”.

A convergência desses dois processos se dá pelas funções exercidas pela publicidade: uma, pelo papel que desempenha, tentando democratizar a economia, e a outra, pela “alquimia subjetiva que sublima a mercadoria banalizada, transformando-a em tesouro ímpar”. (LAGNEAU, 1981, p. 72-73) Percebe-se que sempre, no pano de fundo, há algo “oculto” que a publicidade invisivelmente deixa transparecer e que só com a leitura crítica é possível desvendar.

Utilizando funções manifestas e latentes, a publicidade, na verdade, mediatiza os dois mundos opostos: o da produção e o do consumo. Em palavras de Rocha, “entre os dois domínios fundamentais do circuito econômico – o domínio da produção e o domínio do consumo – encontra-se um espaço que é ocupado pela publicidade” (ROCHA, op. cit., p. 62).

De acordo com Arruda (1984, p. 187), “como a publicidade torna menor a imponderabilidade do consumo, ela atua no sentido de tornar o momento da circulação o mais breve possível: ela abrevia o processo de reprodução e permite que ele seja retomado

num outro patamar”. E isso só é possível pela veiculação de suas mensagens nos meios de comunicação de massa, quando procura criar um elo entre a produção e o consumo.

Vê-se, a partir dessas breves colocações, que assim como há funções e disfunções manifestas e latentes na comunicação de massa (Charles Wright), elas também existem no sistema publicitário, nas mensagens veiculadas nessa mesma comunicação massiva.

Assim, faz-se necessário analisar criticamente o discurso publicitário para descobrir o que vai além do intencional. Muitas vezes a mensagem que vende “estilos de vida” e “emoções”, ao anunciar determinado produto, pode até ser decifrada com certa facilidade. Mas nem sempre isso ocorre. Há mensagens que, transintencionalmente, objetivam outras reações no receptor, que só depois de muita leitura crítica da publicidade terá condições de percebê-las.

3.3.1. PERSUASÃO NA PROPAGANDA

Por persuasão se entende “o emprego de argumentos verdadeiros ou falsos com o propósito de conseguir que outros indivíduos adotem certas crenças, teorias ou linhas de conduta” (ANDRADE, 1978).

Leduc (1977) fala dos mecanismos de persuasão, que podem ser divididos em três grupos: os automáticos, os de racionalização e os de sugestão. Os mecanismos automáticos são aqueles que se limitam a agir sobre a memória, com base numa das grandes leis da propaganda: a repetição. Os mecanismos de racionalização constroem-se sobre o raciocínio e a mensagem publicitária vale-se da dialética de preposição-prova-benefício para o consumidor. São mais utilizados para produtos industriais, sem excluir contudo a motivação afetiva.

O mecanismo de sugestão é um mecanismo de persuasão de poder acentuado. Consiste em suscitar o desejo do produto, criando uma atmosfera que corresponde às motivações, graças à utilização de uma linguagem mais poética, audiovisual, que apela mais para os sentidos, com roupagem mais sugestiva. Entretanto, se analisar-se o que ocorre freqüentemente, ver-se-á que os diferentes mecanismos sobre os quais a propaganda se apóia para persuadir, na prática, se superpõem. A repetição, quando possível, se faz

acompanhar de uma justificativa de caráter racional que se apresenta de forma sugestionável e colorida (LEDUC, 1977).

Nesse sentido, considera-se a propaganda sob o aspecto de influenciadora das opiniões (propaganda política) ou das atitudes (propaganda comercial ou publicidade). Em ambos os casos, para que os objetivos propostos sejam alcançados, é imprescindível a comunicação persuasiva, intencional; isto é, as mensagens não poderão conter apenas informações: é necessário que elas convençam e induzam o receptor à ação. Portanto, a mensagem precisa ter força de persuasão.

O consumidor moderno, mais consciente, torna-se cada dia mais exigente e com maior poder de escolha. Assim, as empresas além de oferecer um produto ou serviço considerado de qualidade, precisam atender e superar as expectativas de seus clientes.

Em síntese, para que se processe o diálogo anunciante/consumidor, é necessário que o objetivo do emissor seja percebido pelo intérprete – e daí a necessidade do uso do mesmo código, cuja significação de signos seja perceptível para ambas as partes – e que a mensagem vá de encontro à realidade do receptor. Quanto mais se conhece o consumidor, maiores são as possibilidades de persuadi-lo. Haja vista o número de pesquisas e estudos sobre o comportamento dos consumidores, que os profissionais persuasores cada vez mais realizam, à procura de significações ocultas.

A comunicação publicitária é sempre uma comunicação elaborada com objetivos bem definidos e que, além da intencionalidade, possui muitas vezes características de transintencionalidade, de forma consciente, tanto para o emissor quanto para o intérprete.

Pachard (1972) menciona o processo de profundidade, por meio do qual se tenta vender mercadorias, idéias, atitudes e candidatos mediante o uso de técnicas das mais engenhosas, para influenciar nossos hábitos cotidianos de consumo.

Esse processo de profundidade diz respeito à maneira como muitos indivíduos estão sendo influenciados e manipulados, muito além do que percebem, nos padrões da vida cotidiana. O que os analistas estão procurando são, naturalmente, os porquês do comportamento humano, para que possam, com mais eficiência, manipular em seu favor os hábitos e as escolhas dos indivíduos. Isso os levou a analisar por que se gosta de carros

grandes e largos, por que realmente compram casas, por que as donas de casa caem tipicamente num transe hipnótico quando entram num supermercado, por que as crianças gostam de alimentos que espocam, estalam e se quebram com ruído.

O estudo mais aprofundado, feito por psicólogos sociais, das necessidades e dos objetivos do indivíduo fornece base aos publicitários para canalizar os hábitos irrefletidos, as decisões de compra e os processos de pensamento. Tipicamente esses esforços se verificam abaixo do nível de consciência, de tal modo que os apelos que influenciam são, muitas vezes, em certo sentido, “ocultos”, portanto transintencionais, no sentido que apontávamos ao falar do conteúdo latente das mensagens.

Baran e Sweezy (1977) abordando a propaganda e o consumidor, citam considerações de outros autores acerca da influência da propaganda sobre os indivíduos. Afirmam eles que “estudos levados a efeito nos últimos doze anos demonstraram, de forma convincente, como os indivíduos são influenciados pela propaganda sem jamais se tornarem conscientes dessa influência. O indivíduo é levado pelo anúncio a comprar determinado produto, mas freqüentemente nem sabe por que o faz”.

Vale considerar também os mecanismos inconscientes que a propaganda explora, tendo em vista os inúmeros apelos subjetivos que são continuamente veiculados nos meios de comunicação de massa.

Lembrando aqui, a propósito, que a chamada “cultura de massas” é uma cultura que, mediante suas imagens e símbolos, diminui o hiato que separa o real do imaginário. A propaganda, por exemplo, lança um produto a partir de necessidades humanas, mas a exagera e aumenta, criando necessidades artificiais. Todo homem precisa proteger-se contra as intempéries e abrigar-se, mas nem todo homem precisa do máximo do conforto habitacional, térmico, acústico, plástico, artístico, conforme os anúncios de imobiliárias procuram impingir.

A importância da publicidade na promoção da cultura de consumo deve-se ao fato de que ela explicita os princípios desta cultura em seu projeto comunicativo, sendo uma interessante porta de entrada para a compreensão daquela como fenômeno mais inclusivo. A publicidade traduz em imagens e sons um processo mais profundo do que a difusão de textos publicitários particulares. Ela é um importante mecanismo cristizador e

difusor das formas simbólicas cujo sentido maior é a promoção de um consumo estetizado e estilizado.

A cultura de consumo define-se como o conjunto de práticas e representações que estabelecem uma relação estetizada e estilizada com os produtos. O seu nível de atuação mais decisivo é a difusão ampliada de um certo *modo* de consumo. Pode-se destacar dois princípios que definem o modo de consumo predominante nas sociedades contemporâneas. O primeiro deles é a dilatação da dimensão simbólica do consumo, que podemos chamar de *estilização* do consumo, tomando por base a definição de estilo de vida segundo Bourdieu. Para este autor, o estilo de vida é “um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem ou héxis corporal, a mesma intenção expressiva, (...)” (1982, p. 84). Guarde-se, então, a idéia de um consumo no qual os atributos simbólicos dos produtos são manipulados em função de uma intenção expressiva. Sob este aspecto, o consumo moderno caracteriza-se pela proeminência dos atributos simbólicos dos produtos em detrimento de suas qualidades estritamente funcionais e pela sua manipulação na composição de estilos de vida. O consumo foi assim convertido no espaço de articulação das distinções sociais, hierarquizadas em termos de uma distribuição diferencial de prestígio.

O segundo princípio do modo de consumo inerente à cultura de consumo é a dilatação da dimensão “imagética”¹ do consumo, que podemos tratar como *estetização* do consumo. Neste caso, destaca-se a construção de universos imagéticos em torno dos produtos, através da conversão dos ‘ambientes’ voltados para o consumo em lugares mágicos onde a experiência é envolvida por fantasias tecnologicamente produzidas (BORDIEU, 1982).

Porque, então, vincular a publicidade à cultura de consumo. A principal razão para isto é o próprio papel desempenhado pela publicidade na difusão dos princípios do consumo moderno, e na sua reconversão à modalidade propriamente contemporânea, massiva, de consumo. Nas *fantasias* dos consumidores, eles vão buscar o apelo para as mercadorias, inaugurando a exploração dos sonhos pelo mundo dos negócios de uma maneira tão intensa e explícita como nunca antes vista. A publicidade e o modo de

¹ Imaginária.

consumo a ela articulado inauguram também uma modalidade de interação nos ‘ambientes’ dedicados à exposição dos produtos. Os consumidores agora vagueiam mais livremente por estes ambientes, penetrando no ‘mundo dos sonhos’ sem se sentirem tão constrangidos a comprar. O contato *visual* com os produtos em seus entornos fantásticos passa a responder por uma parte substancial dos prazeres sensuais do consumo. O apelo concentra-se no *olho*, este órgão elevado à condição de principal elo de ligação entre os indivíduos e as fantasias, pelo movimento de estetização de que participou o consumo. Mas o peso da estetização na relação com o consumo não pára por aí. Ele se concretiza no próprio discurso publicitário, no qual impera o desfile de formas e ritmos, muito mais do que o modo argumentativo de produção do sentido. O discurso publicitário enuncia encenando, entranhado que está na esfera da estetização (BORDIEU, 1982).

Mas, e quanto à presença, no discurso publicitário, do outro princípio do modo de consumo moderno, a estilização do consumo? Não se pode esquecer que uma parte substancial das fantasias encenadas pela publicidade dizem respeito à composição de estilos de vida valorizados por segmentos sociais específicos. Nas Exposições de fins do século passado, o exotismo dos cenários chineses e indianos causava *frisson* nas camadas sociais impossibilitadas de transportarem-se fisicamente para a China ou para a Índia. Do mesmo modo, muitas fantasias hoje encenadas pela publicidade buscam fazer dos produtos um substituto convincente de todo um estilo de vida, em seu conjunto, inacessível para boa parte daqueles expostos aos anúncios. A estetização, ainda que contemple sonhos de teor mais individual, também os atrela a estilos de vida desejados como um todo (BORDIEU, 1982).

O longo percurso analítico que vincula a publicidade à cultura de consumo é uma tentativa de liberar-se de uma análise restrita à relação dos indivíduos com mensagens específicas, reinserindo a recepção numa perspectiva histórica e cultural, na qual a publicidade passa a ser tomada como um discurso que compartilha, explicita e potencializa elementos também presentes em outras dimensões da vida social.

A centralidade da publicidade na difusão da cultura de consumo é mais facilmente demonstrável em um plano geral. Quando se trata de pensá-la localmente, referida a uma população inscrita em um tempo e espaço físico circunscritos, este seu papel é difícil de ser apreendido. Isto se deve ao fato de que estamos lidando com um processo de duração e teor muito mais abrangentes do que mensagens específicas. A

publicidade é um fenômeno de repercussão infinitamente maior do que a promoção de marcas específicas.

Como foi decisiva na generalização do modo de consumo moderno, assim convertido em consumo de massa, é interessante tratar da publicidade quando se pretende analisar a “popularização” do consumo de bens industriais entre camadas pobres do Brasil. A promoção desse modo de consumo é o plano no qual a publicidade exerce os seus efeitos mais relevantes, segundo os objetivos deste trabalho. Uma vez que se busca a sua influência global, é frutífero deslocar-se de uma semântica textual particularizada, para uma semântica global do *discurso*². Sob este ponto de vista, a análise de textos particulares pode ser posta a serviço da compreensão dos elementos estruturais do discurso publicitário, tomando os textos como encarnações materiais de um sistema (o discurso), unidades com organização interna que os converte em um todo estruturado. Já o discurso é este ente abstrato que se atualiza nos diversos textos através de uma “escrita” determinada (TORNERO, 1982).

O discurso é um plano de análise bastante adequado a mensagens que se encenam como fluxo, como no caso da própria televisão. Este é, para Raymond Williams, o traço definidor da TV como tecnologia e como forma cultural, resultado de uma experiência social mais abrangente, de incremento da variabilidade e miscelânea na comunicação de massa (WILLIAMS, 1992). Os sistemas de comunicação anteriores promoviam eventos específicos, como peças musicais, livros, etc. O desenvolvimento do *broadcasting* marcou um deslocamento da seqüência como programação para a seqüência como fluxo. A primeira seria a seqüência temporal dentro da qual operariam a miscelânea, a proporção e o balanceamento entre os programas. Já a segunda seria uma nova forma de lidar com os meios de comunicação de massa: não tanto relacionando-se a programas específicos ou respondendo às diferentes combinações de programas, mas “vendo TV” ou “ouvindo rádio”³.

² ECO, Umberto. “Lo que no sabemos de la Publicidad televisiva”. In **Publicidad**, n. 23, set.-out. de 1972. Eco defende que este é o plano onde a publicidade exerce sua influência mais relevante, no qual promove o consumismo, que se define como as práticas e representações que fazem do consumo o lugar privilegiado das vivências mais significativas, nas sociedades contemporâneas. Assim definido, o consumismo é um aspecto importante do modo de consumo inerente à cultura de consumo.

³ Vale lembrar que a publicidade comercial foi a principal responsável por este processo, na medida em que impôs uma mudança na própria noção de “intervalo”. A inserção mais regular e freqüente de anúncios, inclusive interrompendo os programas, catalisou um novo tipo de comunicação, no qual os *trailers* dos

Para um estudo de recepção de publicidade, a primeira consequência dessa característica da TV incide sobre o recorte a ser dado para a análise. Admitindo-se que a TV organiza-se e é experimentada, antes de mais nada, como fluxo, qualquer análise que parta de um segmento específico da programação cometerá uma primeira violência face à maneira como os receptores lidam com as mensagens. Não se assiste a um “intervalo” de anúncios publicitários como um segmento específico da programação, tanto porque ele está inserido no fluxo total, como também porque não se constitui como uma unidade de programação mais extensa e demarcada, ao contrário de um capítulo de novela ou um programa de auditório. Um intervalo comercial é mais fragmentado do que qualquer segmento da programação. Os seus fragmentos, os anúncios, são mais curtos do que os programas e são menos conectados aos elementos anteriores e subseqüentes da série, o que favorece a sua diluição no fluxo. O recurso a recorrências como vinhetas e *jingles* busca conferir identidade a textos que são constantemente atraídos para a dissolução no intervalo. A medida do sucesso desta empreitada é “stopping power” dos anúncios, o poder de “brecar” uma recepção centrada no fluxo, para que se instaure uma relação centrada no texto.

Se o discurso publicitário é o mais segmentado dentro do fluxo televisivo, ele é também aquele no qual a repetição ocupa o lugar mais importante⁴. Por ser alvo de uma atenção ainda menos intensa do que a dos demais segmentos, a publicidade precisa reiterar-se constantemente para que, à custa de uma profusão de aparições, consiga finalmente estabelecer contato com os receptores (daí também o uso de várias mídias em algumas campanhas). Esta caracterização do discurso televisivo, em geral, e do publicitário, em particular, explica como a TV pode ser alvo de uma atenção extensa, fraca e entrecortada, que muitas vezes não ultrapassa o pouco engajamento da experiência do fluxo.

programas vêm de par com os anúncios e com os próprios programas, numa profusão de referências que busca capturar os telespectadores durante toda a seqüência do horário.

⁴ O gênero não parece uma categoria adequada para tratar da publicidade. Por estar fundado em um reconhecimento bastante imediato, o discurso publicitário pode utilizar-se de temas e figuras provenientes de diferentes gêneros televisivos. Dentro da publicidade, os formatos industriais (telejornal, dramatização de situações, vídeo clip, programa de auditório) são convertidos em embalagens que recobrem um significado comum: a incitação ao consumo de um dado produto. Este significado último é o que faz a publicidade ser mais estruturada do que os gêneros televisivos e lhe assegura unidade enquanto discurso.

A TV é o principal meio de comunicação de massa e atividade de lazer entre a população. Os hábitos de consumo da TV⁵, confirmam a suspeita de que boa parte de sua audiência é devida à escassez de alternativas de lazer para as populações pobres. A TV é geralmente referida como algo que serve para “passar o tempo”.

As matrizes culturais da maioria da população associam o lazer às festas e brincadeiras coletivas que marcam uma suspensão momentânea das atividades rotineiras de trabalho, a TV não é vista como verdadeira “diversão”, mas apenas como “distração”. Ao contrário, é uma tecnologia comunicacional que, assim como o rádio, pode preencher o espaço doméstico sem atrapalhar o curso das atividades do lar. O deslocamento da atenção das mensagens televisivas para outras atividades da vida também é facilitado porque se trata de duas temporalidades muito semelhantes, ambas repetitivas e fragmentadas⁶. A sobreposição e entrecruzamento do fluxo televisivo com o caminhar da vida cotidiana é a modo como esta população relaciona-se com a TV.

Um traço essencial do discurso publicitário deriva da necessidade de competir com este contexto de recepção tendencialmente *dispersivo*. O anúncio precisa, antes de mais nada, investir-se de um “stopping power”, um poder de chamar a atenção e de mantê-la ao longo da emissão. E desta necessidade deriva o apelo a elementos como, por exemplo, o uso do pronome pessoal “você” ou da interjeição “atenção”, numa tentativa de interpelar diretamente o receptor. Chamar a atenção é o principal desafio para um discurso *redundante*⁷. A publicidade, para Eco, é a manifestação de uma linguagem convencional, anterior às mensagens concretas, cujo substrato é a promoção global do consumismo. A sua recepção, portanto, estaria condicionada pelo caráter redundante, uma vez que o conteúdo último das mensagens refere-se à incitação ao consumo.

Esta interpretação é reforçada pelo pouco interesse despertado pelos anúncios, nas observações e discussões em grupo. O discurso publicitário não é alvo de uma *atenção*

⁵ Como ponto de partida para um estudo de recepção, David Morley sugere a análise dos hábitos de consumo cultivados em relação aos próprios MCM. MORLEY, David. **Televisión, Audiências y Estudios Culturales**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1996.

⁶ Esta semelhança entre o tempo da TV e o do cotidiano foi apontada por Barbero. MARTÍN-BARBERO, Jesús. **De los Medios a las Mediaciones - Comunicación, Cultura y Hegemonía**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1987, p. 236.

⁷ Como bem diz Umberto Eco, “a comunicação publicitária, em muitos casos, fala uma linguagem já dita antes, e (...) esta é a razão que a torna compreensível. Em definitivo, o anúncio diz de uma maneira esperada o que os leitores esperavam (como o esperavam de outros produtos)”. ECO, Umberto. Apud TORNERO, TORNERO, J. M. Perez. **Semiótica de la Publicidad**. Barcelona: Editorial Mitre, 1982, p 28 e ss.

mais detida. As conversas e as saídas do recinto onde localiza-se a TV são intensificadas durante os comerciais. Mas é possível pensar que este desinteresse provoca justamente o uso de algumas estratégias no sentido de dotar os anúncios de *apelo* junto ao público. Na primeira delas este apelo consiste nas informações que, real ou pretensamente, certos anúncios comportam. No Brasil, esta estratégia se faz presente sobretudo nos anúncios de casas comerciais, nos quais o preço e as formas de pagamento são o foco da mensagem. Aqui temos a assunção de que, uma vez que certos desejos de consumo já estão propagados, a ênfase deve recair nas formas de acesso aos bens pretensamente capazes de satisfazer aqueles desejos. Este artifício é o mais conveniente para as casas comerciais, já que não podem ser elas mesmas o alvo do desejo de consumo. A importância das redes de lojas, para os receptores, é derivada da capacidade que elas assumem ter na viabilização do acesso aos produtos.

A estratégia centrada na informação de preços e formas de pagamento, fartamente presente nos anúncios locais e regionais, indica também a segmentação do mercado publicitário brasileiro, e a forma que esta segmentação assume no interior do próprio discurso. José Mário Ortiz Ramos identificou uma grande diversidade no padrão de realização dos comerciais no Brasil, que vai dos anúncios de “varejão” até às “superproduções” (1995, p.84). Talvez seja possível apontar uma tendência à ênfase na “informação” nos comerciais do primeiro tipo, uma vez que eles não exigem as mesmas capacidades técnicas de concepção e realização do que aqueles centrados na mobilização de recursos mais complexos, cujo apelo reside na forma de apresentar o produto.

Raymond Williams atenta para esta diferença entre os anúncios do primeiro tipo, mais pobres do ponto de vista técnico, e os do segundo tipo, que mobilizam recursos segundo diferentes modalidades. Estas modalidades são, segundo Williams: 1) a dramatização de situações nas quais a resposta para uma necessidade é concentrada no produto; 2) o uso de técnicas de entretenimento, estilos correntes de dança e música, que são readequados para as associações e recomendações do produto; 3) o uso de seqüências de figuras do esporte, lazer e viagens, nas quais o produto é inserido; 4) o uso de pessoas famosas⁸. O interesse desta classificação reside no fato de que atenta para os elementos *subsidiários* utilizados para dotar o anúncio de apelo junto ao público. A partir destas modalidades de anúncios, podemos traçar uma correspondência entre estes elementos

⁸ WILLIAMS, Raymond. **Television - Technology and Cultural Form**. Op. cit., p. 63 e ss.

subsidiários e aqueles que permanecem como referência nas entrevistas ou nas discussões em grupo, após a exibição do intervalo.

Esta correspondência tem lugar porque o produto é secundário na memorização e interesse despertado pelo anúncio. Segundo Eco, isto faz com que o efeito mais significativo da publicidade não seja a promoção direta de certas marcas ou produtos, uma vez que a presença destes nos anúncios é, para o receptor, um *pretexto*, um veículo através do qual é possível assimilar ou lembrar outras coisas, como um personagem, uma canção etc. (p. 32). A memorização dos anúncios ancora-se primeiramente, nas pessoas famosas que os referendam. Os textos publicitários são, por isso, mencionados como “a propaganda do (a)”: Xuxa, Angélica, Ronaldinho, etc.. Figuras do *star system* cuja presença na TV extrapola o anúncio em questão, sendo esta profusão de aparições em diferentes âmbitos um dos fatores que reforça os liames entre os anúncios e os programas, drenando poder de atração e legitimidade de uns para outros.

Outros elementos, além de pessoas famosas, são utilizados para incrementar o apelo de um discurso fadado à redundância quanto ao seu significado último. A música, sendo central nas matrizes culturais desta população, é um dos suportes mais eficazes para os anúncios.

Mediante o aparato tecnológico da mídia, com suas propagandas sutis ou agressivas, percebemos mudanças nos padrões alimentares do sertanejo rural e urbano. A influencia da mídia, em especial a tv, que está presente em 91% das casas da população urbana e 39% da população rural, a força da propaganda e a facilidade de acesso aos bens e alimentos tidos como do gosto dos mais abastados, levou o sertanejo à mudanças alimentares incontestáveis, as substituições dos alimentos como coalhada pelo iogurte, leite de gado natural por leite em pó, o toucinho e banha de porco por óleo de soja e margarina, entre outros.

A mesa e o paladar do sertanejo mudaram bastante da época de Castro em relação aos nossos dias.

3.4 AS REDES GLOBAIS E AS FORÇAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE A FOME NO BRASIL E NO NORDESTE

A superação da pobreza é objeto de análise de variados setores das políticas sociais, com ênfase na universalização do acesso à educação através da implementação de uma política educacional adequada.

Um exemplo das dificuldades dessa superação é apresentado por Cohn (apud VELLOSO & ALBUQUERQUE, 1994), ao propor o cenário de expectativas para um brasileiro, nascido em unia família nordestina chefiada por uma mulher, negra, com baixo nível de escolaridade, com muitos irmãos menores de dez anos. Esse indivíduo apresenta probabilidade de 95% de ser pobre. Retirada a variável “residência no Nordeste”, essa probabilidade cai para 87%; mas somente a variável “maior nível de escolaridade“ reduz essa probabilidade para 86%.

Lobo (apud VELLOSO & ALBUQUERQUE, 1994), destaca o fato de que historicamente o que denomina de “lado atrasado do Estado brasileiro” sempre teve lugar na área social, enquanto a atualização técnica e metodológica se localizou e ainda se localiza no aparato do Estado voltado para a dotação de infra-estrutura econômica e/ou para a intervenção em setores estratégicos, não configurando, ainda, prioridade na modernização dos setores voltados para a área social. Quanto aos “pobres”, ainda segundo Lobo, eles foram deixados entregues à voracidade daqueles que sempre se aproveitaram dos espaços vazios e/ou obsoletos, abrindo campo fértil ao clientelismo, à corrupção, à alienação dos interesses coletivos, ou pelo menos dos excluídos.

Esse contexto configura uma constante negligência das políticas sociais em priorizar o combate á pobreza, o que se constata nas numerosas tentativas de ajuste macroeconômico até então encaminhadas pelo governo federal, em que políticas compensatórias tímidas não chegaram a se conformar em adequada segurança que pudesse proteger, ou pelo menos mitigar, os efeitos nocivos das intervenções econômicas para exatamente os historicamente desprotegidos (LOPES, 1995).

Apesar de o Brasil nunca ter implementado uma estratégia claramente definida de combate à pobreza, com espaços bem delimitados para programas dirigidos especialmente para a população em estado de miséria, é possível constatar que o país não gasta pouco em termos absolutos na área social, mas gasta muito mal (LOBO, 1994).

A participação do gasto social federal nesses programas, no período 1982-1992, é em média de 9,6% da despesa líquida do Tesouro e, no período 1986-1989, atinge 27%. Agregando-se o gasto federal com programas de alimentação e nutrição, habitação e benefícios assistenciais da previdência social, a despesa consolidada com essas ações manteve-se em aproximadamente 6,4% do gasto social total entre 1982 e 1988, representando 1% do PIB (LOBO apud VELLOSO & ALBUQUERQUE, 1994).

O cálculo pode ainda ser ampliado quando são somados a esse volume de recursos os gastos estaduais e municipais, considerados entre um terço e metade do gasto total com programas focalizados na população pobre. Identifica-se assim, que “o gasto social público dos três níveis de governo com programas focalizados variou, nos anos 80, entre 1,3% e 1,5% do PIB” (WORLD BANK apud VELLOSO & ALBUQUERQUE, 1994).

Em uma análise multi-setorial, em que a este conjunto de recursos sejam incorporadas estimativas do Banco Mundial” nas quais volumes elevados do gasto nas áreas de saúde e educação (60% e 80%, respectivamente) são direcionados à população pobre com renda familiar de até dois salários mínimos, pode-se considerar que “o gasto social dirigido à população de baixa renda pode ter representado, na década de 80, em média, algo como 5,5% do PIB, sendo 2,6% com saúde, 1,4% com educação e 1,5% com programas de alimentação e nutrição, habitação e assistência social” ((LOBO apud VELLOSO & ALBUQUERQUE, 1994).

O Programa Bolsa-Escola se constitui numa política social de complementação de renda familiar e garantia do direito à educação das crianças de sete a quatorze anos de idade. A proposta é uma ação do Estado no sentido de instituir uma renda mínima como um direito básico de cidadania, tornando possível eliminar qualquer relação de dependência e preservar a liberdade de escolha da população mais carente.

No cenário internacional, o estudo das experiências revela diversas formas de garantia de renda mínima e/ou imposto de renda negativo. Entre as experiências Suplicy (1995) relata o caso norte-americano de um trabalhador que tem família e ganha em torno de um salário mínimo —US\$ 4,25 por hora — e recebe, como um direito à cidadania, 40% a mais de rendimento. A forma de implementação dessa política é através do *Earned Income Tax Credit* ou EITC, que consiste de um crédito destinado às pessoas casadas,

trabalhadoras, que têm uma renda que não configura um mínimo suficiente para assegurar sua sobrevivência.

A análise histórica do debate norte-americano sobre a adoção de um imposto de renda negativo conduz, por um lado, à garantia de uma renda mínima a cada família ou cidadão, e por outro, à promoção da inserção dessas famílias nos processos produtivos da sociedade.

Nos últimos anos, a discussão nos EUA sobre o emprego e a remuneração dos trabalhadores de renda mais baixa incorpora o salário mínimo e o EITC, com peso cada vez maior para o EITC (SUPLICY & MARGARITO NETO, 1995)

Uma família composta *de* um homem com mulher e duas crianças, que tem rendimentos na faixa de zero a US\$ 8,425.00 por ano, a partir de 1994, recebe um complemento de 40% na forma do EITC. No exemplo, caso essa família receba US\$ 8,425.00, ela terá direito a mais US\$ 3,370.00 de EITC. Este é o teto máximo que recebem os trabalhadores que estão na faixa de US\$ 8,425.00 a US\$ 11,000.00 anuais.

Para rendas superiores a US\$ 11,000.00, o EITC vai reduzindo à taxa de 21% por dólar adicional além deste valor, até que, aos US\$ 27,000.00., o EITC desaparece e a pessoa se torna contribuinte do imposto de renda. O benefício a 15 milhões de famílias norte-americanas indica o EITC como o maior programa social do governo dos Estados Unidos da América.

Na Europa, é válido destacar o programa de Renda Mínima de Inserção francês em que todo cidadão com 25 anos ou mais, cuja renda seja inferior a 2.200 francos, tem direito a um complemento até aquele montante. O diferencial desse modelo é que esse direito é ampliado ao cônjuge e dependentes com acréscimo de 1.000 francos pagos ao cônjuge e 600 francos por dependente. O prazo de vigência do benefício é de três meses, prorrogáveis por mais doze meses. Em contrapartida, o beneficiário deve procurar se inserir no mercado de trabalho durante esse prazo.

Em meio a essa discussão, Suplicy (1994) cita Thomas More (1986) e sua justificativa da necessidade de uma renda mínima no diálogo entre o cardeal-arcebispo e o viajante português Rafael sobre a pena de morte, em que apresentava o argumento de que

seria preferível assegurar a subsistência de cada um, de maneira que ninguém se encontrasse na necessidade de roubar para ser, em seguida, executado.

No âmbito dos programas brasileiros, cabe destacar, entre as ações de política social voltada para a efetivação do direito à educação, o Programa Bolsa Familiar para a Educação, do Distrito Federal, instituído pelo Decreto-Lei nº 16.270, de 11 de janeiro de 1995.

A concepção da Bolsa-Escola foi esboçada pelo Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo da Universidade de Brasília (UnB), em 1987, sob a coordenação do professor Cristovam Buarque. A idéia do grupo era elaborar uma proposta capaz de combater o trabalho infantil e garantir a universalização da educação fundamental entre as crianças brasileiras. A primeira versão foi registrada em um documento mimeografado denominado “Uma Agenda para o Brasil – Cem medidas para mudar o Brasil” (STAL, 2002).

Em 1994, foi lançado o livro “A Revolução nas Prioridades”, com alternativas para a reorientação do modelo de desenvolvimento brasileiro. A publicação apresentava 103 medidas para reformar o país, entre elas a Bolsa-Escola, que ainda não tinha recebido essa designação. O projeto foi implantado, na prática, em 1995, pelo então governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque. No final de sua gestão à frente do Governo, em 1998, 25.680 famílias eram atendidas pelo Programa, representando um total de 50.673 crianças beneficiadas.

O custo total de sua execução, que consistia no pagamento de um salário mínimo para cada família que mantinha seus filhos na escola, não ultrapassou 1% do total do orçamento do Distrito Federal. Na mesma época, o então prefeito de Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira, realizou uma experiência piloto de renda mínima vinculada à educação. O projeto não previa, no entanto, o acompanhamento escolar. Também naquele ano, o programa foi implantado na cidade de Ribeirão Preto (SP), na primeira gestão do prefeito Antônio Palocci.

Durante sua implementação no Distrito Federal, o Programa obteve adesões e atraiu a atenção da imprensa nacional e internacional. Em novembro de 1995, a Bolsa-Escola foi matéria da revista *Time*. Em 1996, recebeu o prêmio Criança e Paz do Unicef.

De novembro de 1997 a fevereiro de 1998, o Programa implantado por Buarque foi objeto de avaliação pela Unesco, que reuniu técnicos para medir seus resultados e seu impacto entre as famílias atendidas.

Quebrar o círculo vicioso da pobreza significa oferecer oportunidades para as camadas de renda mais baixa da população, sobretudo por meio da educação de qualidade. O Governo Federal vem perseguindo, desde 1995, combater a pobreza estrutural e promover a inclusão social. Após ampliar a oferta de vagas no ensino fundamental, optou por adotar novas medidas de transferência de renda que incentivassem as matrículas e a permanência na escola. Desenvolvido a partir de iniciativas bem sucedidas de alguns municípios brasileiros, o *Programa Nacional do Bolsa Escola* foi criado em 2001 com a proposta de conceder benefício monetário mensal a milhares de famílias brasileiras em troca da manutenção de suas crianças nas escolas.

A população a ser atendida foi definida segundo dois parâmetros e um requisito: faixa etária, renda e frequência à escola. Assim, todas as famílias com renda per capita mensal inferior a R\$ 90,00, cujas crianças de 6 a 15 anos estiverem frequentando o Ensino Fundamental regular, podem ser beneficiadas pelo *Bolsa Escola Federal*. Uma vez beneficiária, a família passa a receber R\$ 15,00 mensais, por aluno, limitado a R\$ 45,00, ou três crianças por família. O dinheiro é pago diretamente à população por meio de cartões magnéticos, nas agências da Caixa Econômica Federal, postos de atendimento do Caixa Aqui ou lotéricas.

A cada três meses, a frequência das crianças bolsistas é analisada e o pagamento do benefício a seus pais ou responsáveis pode ser suspenso quando houver mais de 15% de faltas em um dos meses do período apurado.

Os municípios que adotam o Bolsa Escola assinam um termo de adesão; instituem um programa de renda mínima por meio de lei municipal; cadastram e selecionam, conforme os critérios citados anteriormente, as famílias beneficiárias. Como contrapartida à entrada no programa, devem desenvolver ações socioeducativas para todas as crianças de Ensino Fundamental na localidade; criar o Conselho de Controle Social do Bolsa Escola e controlar a frequência escolar dos alunos bolsistas.

Embora não haja exigência para isso, os benefícios do Bolsa Escola podem ainda ser ampliados pelas administrações municipais.

Todo o processo de acompanhamento e supervisão do programa é feito pelo Conselho de Controle Social, criado especificamente para esse fim. Entre os seus integrantes, é exigido que pelo menos 50% sejam representantes da sociedade, sem vínculos com a administração municipal. A Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola realiza também, de forma permanente, por amostragem ou mediante denúncia, auditoria nos municípios participantes do programa.

A missão do programa é “promover a educação das crianças de famílias de baixa renda assegurando sua permanência na escola, por meio de incentivo financeiro, contribuindo para a melhoria das condições de vida no país. Estimular a criação de uma cultura escolar positiva entre as camadas sociais menos favorecidas e recuperar a dignidade e a auto-estima da população excluída, com a esperança de garantir um futuro melhor para seus filhos por meio da educação”.

Os resultados positivos, as repercussões e os prêmios recebidos fizeram com que a Bolsa-Escola fosse adotada por diversos municípios governados por diferentes partidos políticos. Vários estados brasileiros implementaram uma variação do programa criado para o Distrito Federal entre 1995 e 1999: Amapá, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás e Acre.

Todos preservavam o eixo central do projeto original, ou seja, o acesso à educação fundamental e o combate à evasão escolar como estratégias de desenvolvimento. Embora a idéia da Bolsa-Escola estivesse disseminada em todo o país, faltava ainda a sua consolidação nacional. Por essa razão, o ex-governador Cristovam Buarque criou a organização não-governamental Missão Criança. A instituição iniciou um processo de divulgação e cooperação técnica com municípios e estados brasileiros e outros países na elaboração de programas de combate à exclusão, tendo a Bolsa-Escola como carro-chefe.

A Missão Criança colaborou na implementação do Programa no Equador (1999), atendendo a convite do Unicef e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e também em países africanos, como São Tomé e Príncipe e Moçambique. Outra cooperação técnica aconteceu com a implantação da Bolsa-Escola em El Salvador e na

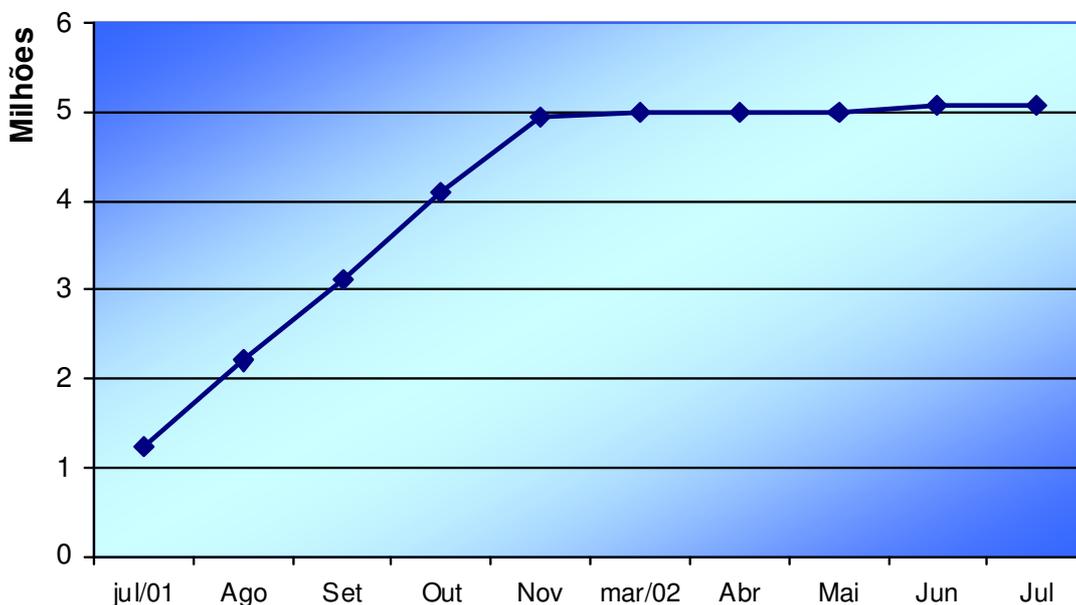
Guatemala. A Bolsa-Escola se transformou no mais amplo programa social do mundo em abril de 2001, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso lançou o Programa Bolsa-Escola Federal. Atualmente, mais de 5.500 municípios contam com recursos federais para que cerca de 5,1 milhões de famílias pobres recebam auxílio financeiro e, como contrapartida, mantenham seus filhos na escola.

O principal desafio para a construção de uma democracia social – “assegurar condições de igualdade para os indivíduos”, encontra no Bolsa Escola Federal um grande aliado. O programa foi idealizado para que possa “sedimentar” um dos direitos mais essenciais para a promoção da igualdade - a educação. A implantação do programa em um modelo universal somente foi possível graças a uma melhoria significativa dos indicadores de educação ocorrida nos últimos anos, em especial, no ensino fundamental.

Os resultados diretos da política educacional já eram percebidos pela sociedade brasileira antes da implantação do Bolsa Escola Federal. Em 2001, 97% das crianças freqüentavam a escola, contando com uma estrutura educacional preparada para dar respostas positivas e de qualidade e ainda receber os 3% que ainda estavam fora das salas de aula. O programa foi criado para surtir efeitos em curto prazo na permanência das crianças de baixa renda na escola.

Em todo o país, cerca de 5,1 milhões de famílias (Gráfico 1) receberam o cartão Bolsa Escola, muito mais que apenas um cartão magnético, *cuja posse com freqüência é prosperidade e status em uma sociedade de economia de mercado*, simbolizando construção de uma agenda familiar pela educação.

A Figura 10 revela em dados a evolução da concessão do benefício por família. Em julho de 2001, o total de famílias que recebiam o benefício era de 1.234.744; em agosto, 2.201.915 famílias recebiam o benefício; em setembro, 3.099.071 famílias recebiam o benefício; em outubro, 4.082.377 famílias recebiam o benefício; em novembro, 4.846.680 famílias recebiam o benefício. Em março de 2002, 4.998.438 famílias recebiam o benefício; em abril, 4.996.634 famílias recebiam o benefício; em maio, 5.003.547 famílias recebiam o benefício; em junho e julho de 2002, 5.062.190 famílias recebiam o benefício. De julho de 2001 para julho de 2002, houve um aumento de 3.827.446 famílias a mais.

Fig 10: Evolução da concessão de benefícios por família.

Eixo Y – Benefícios (milhões em reais). Eixo X – mês/ano.

Fonte: IBGE, 2002.

Outro aspecto que marca a importância da tecnologia é a fiscalização do Programa, já que, por meio de um sistema que proporciona a informatização e o fácil acesso aos dados é possível averiguar a situação das famílias e crianças beneficiárias de maneira prática, eficiente e segura. O sistema utilizado pelo Programa contribui de maneira vital para evitar a ocorrência de irregularidades ao longo do processo de execução, como o recebimento de bolsas ou a inclusão de crianças que não preencham os requisitos necessários para compor a lista de beneficiários. (STAL, 2002)

A tecnologia, portanto, figura como elemento fundamental para o sucesso do Programa Nacional de Bolsa Escola, à medida que otimiza inquestionavelmente a sua operacionalização e confere aos beneficiários um grande incentivo para continuar participando do Programa - a autonomia para receber, sem quaisquer tipos de intermediários, sua bolsa mensalmente.

Os dados da Tabela 1 revelam que o Bolsa Escola Federal cobre 87,1% de todo o território nacional e 88,5% do Nordeste.

Tabela 1: Total de famílias e crianças atendidas pelo Bolsa Escola Federal %, por unidade da Federação – Valores em mil – 2002.

	Total de famílias atendidas	Grau de cobertura	Total de crianças atendidas	Grau de cobertura	Valor
Brasil	4.972.781	87,1	8.484.134	78,9	127.262
N+NE+CO	3.229.478	86,6	5.566.349	77,2	83.495
S+SE	1.743.303	88,1	2.917.785	82,4	43.767
NORTE	445.202	78,8	822.957	72,6	12.344
NORDESTE	2.507.528	88,5	4.294.387	78,2	64.416
SUDESTE	1.173.692	85,4	1.992.883	79,8	29.893
SUL	569.611	94,1	924.902	88,8	13.874
CENTRO-OESTE	276.748	84,3	449.005	76,3	6.735

Fonte: Ministério da Educação, Fevereiro de 2002.

4- GEOGRAFIA DA FOME NO NORDESTE, EM JOSUÉ DE CASTRO, NO PERÍODO HISTÓRICO ATUAL: O VELHO NO NOVO, TENDO COMO REFERÊNCIA O MUNICÍPIO DE FLORESTA

4.1 UM POUCO DE HISTÓRIA

A cidade de Floresta teve sua origem a partir de uma propriedade rural denominada Fazenda Grande, localizada às margens do rio Pajeú. Em 1777 o seu proprietário, capitão José Pereira Maciel, mandou erigir um oratório particular que, em 1792, foi transformado em capela, sob a invocação do Senhor Bom Jesus dos Aflitos. Em torno do pequeno templo foram construídas residências e, em poucos anos, formou-se o povoado de Fazenda Grande.

Em 1º de abril de 1846 a Lei Provincial nº 153 elevou Fazenda Grande à categoria de vila, com a denominação de Vila da Floresta. Em 30 de julho do mesmo ano instalou-se a primeira Câmara Municipal, marcando a sua emancipação política. A sede do termo de Floresta foi transferida para a povoação de Tacaratu, pela Lei Provincial nº 248, de 16 de junho de 1849.

A vila de Floresta foi restaurada pela Lei Provincial nº 579, de 30 de abril de 1864; em 13 de janeiro do ano seguinte foi reinstalada a Câmara. A comarca foi criada em 26 de maio de 1877, através da Lei Provincial nº 1.260. Em 22 de janeiro de 1893 foi constituído o município, com base no art. 2º das disposições gerais da Lei nº 52, de 03 de agosto de 1892. A Lei Estadual nº 867, de 20 de junho de 1907, elevou a vila à categoria de cidade. Em 1911 foi criada a Diocese, cujo primeiro bispo foi D. Augusto Álvares da Silva; foi transferida para Pesqueira em 1918 e restaurada em 1964.

4.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O município de Floresta – PE (Fig. 11 - anexo) pertence à zona fisiográfica do Sertão do São Francisco, Microregião de Itaparica (Fig. 12), com área de 4.096 km², distante da capital 433,6 km. O município está dividido em três distritos, sendo Floresta, Airi e Nazaré do Pico. A Bacia hidrográfica é a do Rio Pajeú, com clima Semi-árido, cuja temperatura média anual é de 26,1°C, vegetação caracterizada como Caatinga hiperxerófila. Possui como vias de acesso as estradas BR-232, BR-110 e PE-360.

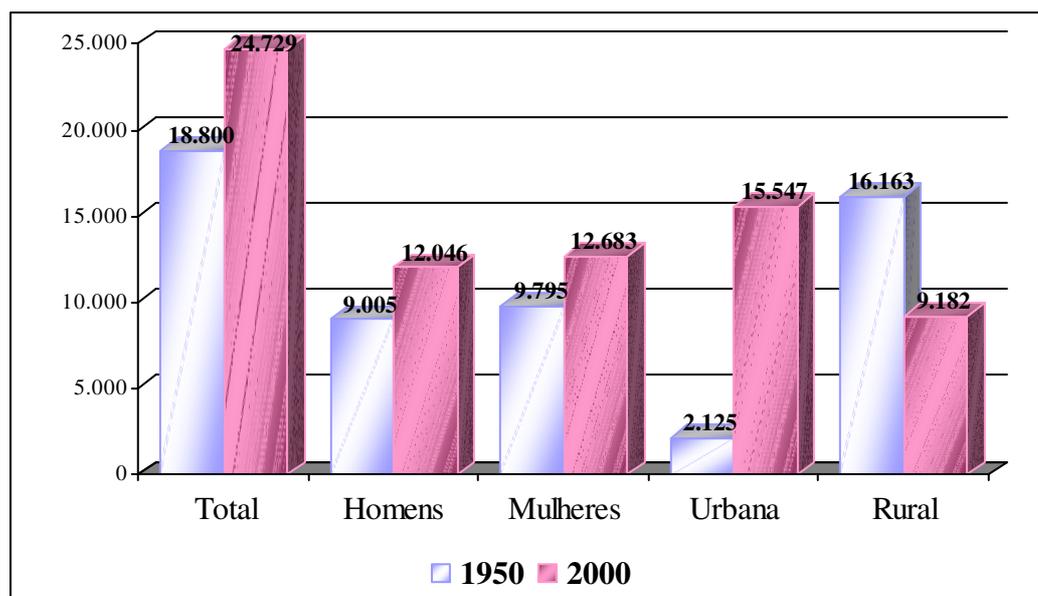


Fig. 12 – Fonte Atlas de Pernambuco, 2000.

4.3 ASPECTOS POPULACIONAIS

De acordo com os escritos de Ferraz (2002), a população do município de Floresta-PE, em 1950 do século XX e na atualidade, pode ser observada no gráfico 1.

Fig. 13 Comparativo da população de homens e mulheres, urbana e rural de Floresta-PE, em 1950 e em 2000. (Milhares)



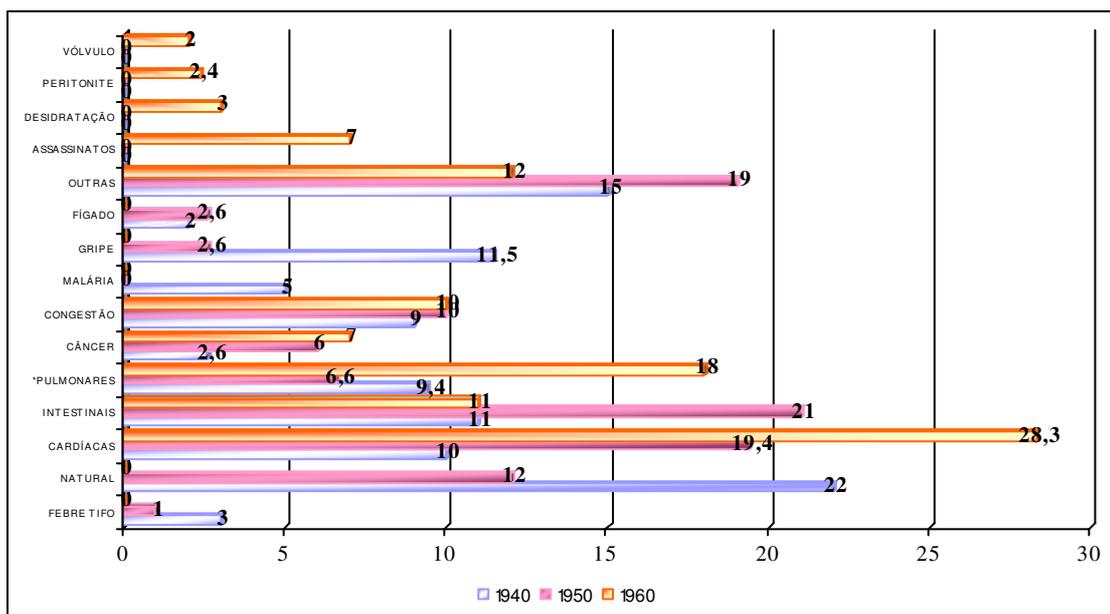
Fonte: Ferraz (2002); Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM, 2007.

Observa-se que a população aumentou cerca de 62% desde 1950 aos dias atuais. O número de mulheres continua maior que o de homens. A grande mudança foi na população urbana e rural. Em 1950, a população urbana era de 2.125 pessoas, passando para 15.547 pessoas em 2000; a população rural, que era de 16.163 em 1950, passou para 9.182 no ano de 2000.

A explicação para essa grande diferença pode ser encontrada nas palavras de Ferraz (1999), o qual conta que, a partir de 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial, inaugurou-se a Hidrelétrica de Paulo Afonso, o que trouxe um aumento no número de pessoas para a zona urbana, atraídas pela oferta de empregos e melhor qualidade de vida. Em 1956 houve a terraplanagem e o traçado técnico das estradas, o que reduziu as distâncias. A partir da inauguração da agência do Banco do Nordeste, em 1964, a ajuda política do governo federal, com orçamento e apoio técnico e a instalação da agência do Banco do Brasil em 1980, houve um incremento na Educação, na saúde e na política. A implantação dos cursos técnicos profissionalizantes, o asfaltamento das estradas, construção de barragens como a da Barra do Juá, Barra de Itaparica e a barragem de Serrinha, foram obras que muito beneficiaram o município de Floresta-PE.

As questões sobre a saúde da população, também sofreram alterações, desde o século XIX aos dias atuais. Inicialmente, as doenças eram tratadas por curandeiros, curiosos, rezadores, que utilizavam-se dos recursos da natureza para tratar os doentes, como as raízes, cascas, entrecascas, sementes, folhas e flores. No início do século XX, o Dr. Sampaio fixou residência, no intuito de exercer a medicina e o magistério; na mesma época surgiram duas farmácias, que atendiam e despachavam remédios, além de realizar manipulação de fórmulas. Em 1940, o Dr. Ferraz voltou à Floresta, onde ficou até 1952, quando então voltou à Minas Gerais, onde fixara residência. Em 1950 foi inaugurado o Hospital Regional de Floresta com 81 leitos, até hoje prestando assistência à saúde no município.

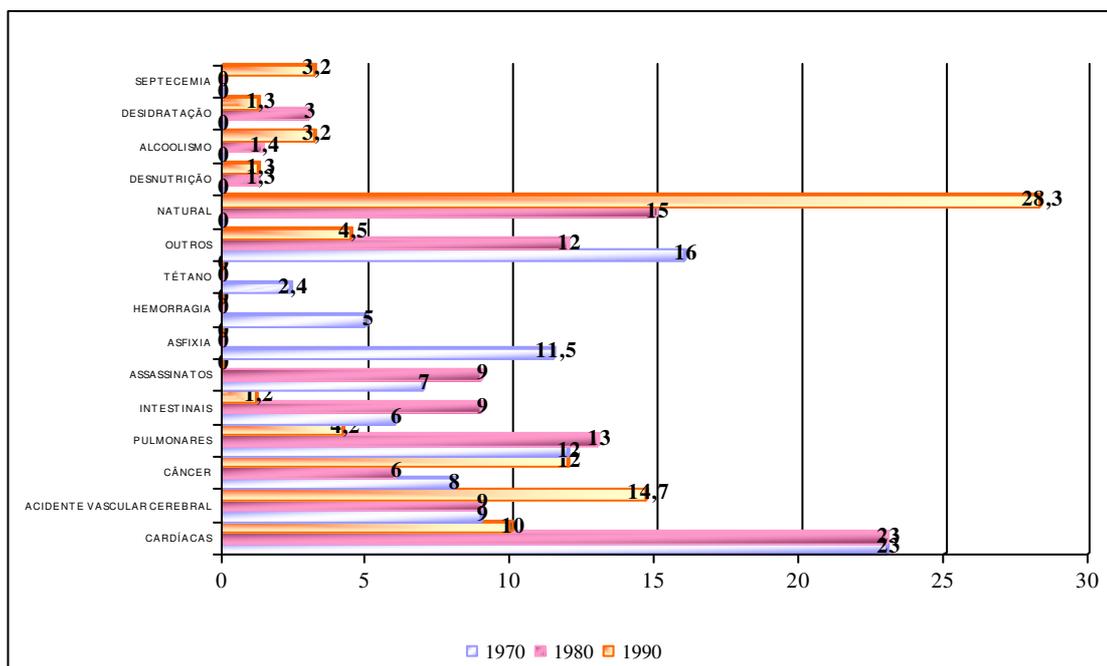
Fig. 14: Evolução das causas mortis no município de Floresta-PE, 1940 a 1960. (%)



Fonte: Ministério da Saúde / Datasus, 2007.

Observando o Figura 14, percebe-se que na década de 40 do século XX as pessoas do município de Floresta-PE morriam mais de causas naturais, seguidas de doenças no intestino, gripe, doenças pulmonares (cujas causas não estão, nessa época, ligadas à fome), doenças cardíacas, congestão e outras. Na década de 50 do século XX, as mortes eram causadas por doenças intestinais, outras causas, doenças cardíacas e causas naturais. Na década de 60 do século XX, esse perfil muda e as causas mortis são as doenças cardíacas, doenças pulmonares, congestão, intestinais e outras causas.

Fig. 15: Evolução das causas mortis no município de Floresta-PE, 1970 a 1990, (%)

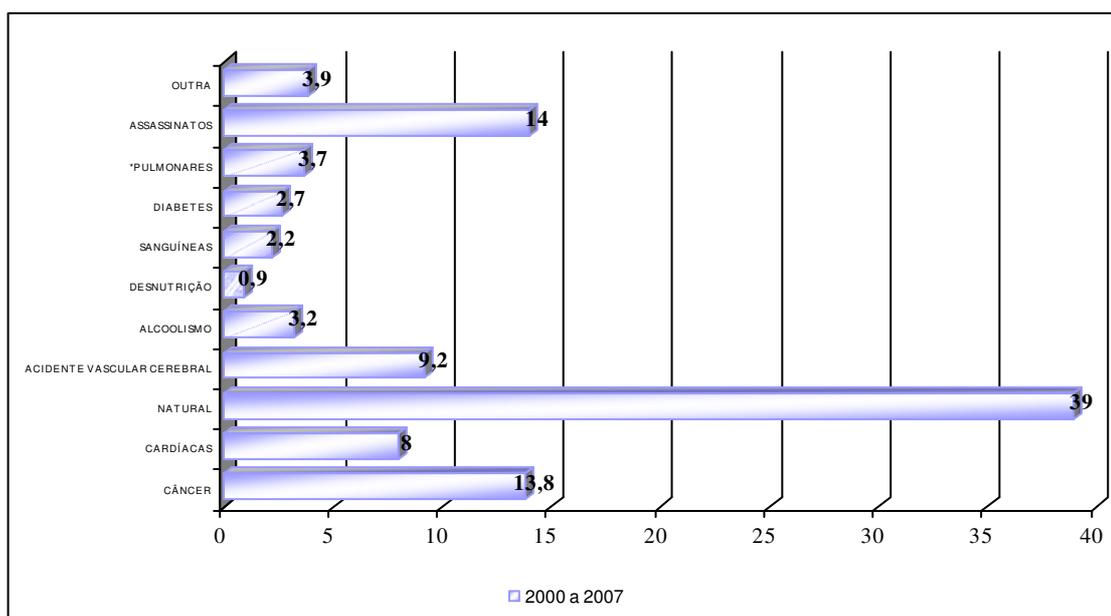


Fonte: Ministério da Saúde / Datasus, 2007.

A Figura 15 mostra que, na década de 70 do século XX tinha-se como causas mortis as hemorragias, asfixias e outras causas, além de doenças pulmonares, assassinatos, câncer e acidente vascular cerebral, sendo a causa maior, as doenças cardíacas. Observam-se poucas mortes por causas naturais nessa época. Já na década de 80, as doenças cardíacas continuaram a ser a maior causa de mortes, seguida por causa natural e outras causas, além das mortes causadas por doenças pulmonares, assassinatos —sendo que destas, 08 são causadas por tuberculose, não motivada pela fome—, doenças intestinais, pulmonares, câncer e alcoolismo, observando-se poucas mortes por desnutrição e desidratação.

De acordo com o Ministério da Saúde, o município possui dois hospitais, com um total de 119 leitos, sendo 4,6 leitos por cada 1000 habitantes, com mortalidade infantil por 1.000 nascidos de 26,7. Possui ainda, 4 equipes do PSF e 61 agentes de saúde.

Figura 16: Número das causas mortis no município de Floresta-PE, 2000 a 2007, (%)



Fonte: Ministério da Saúde / Datasus, 2007

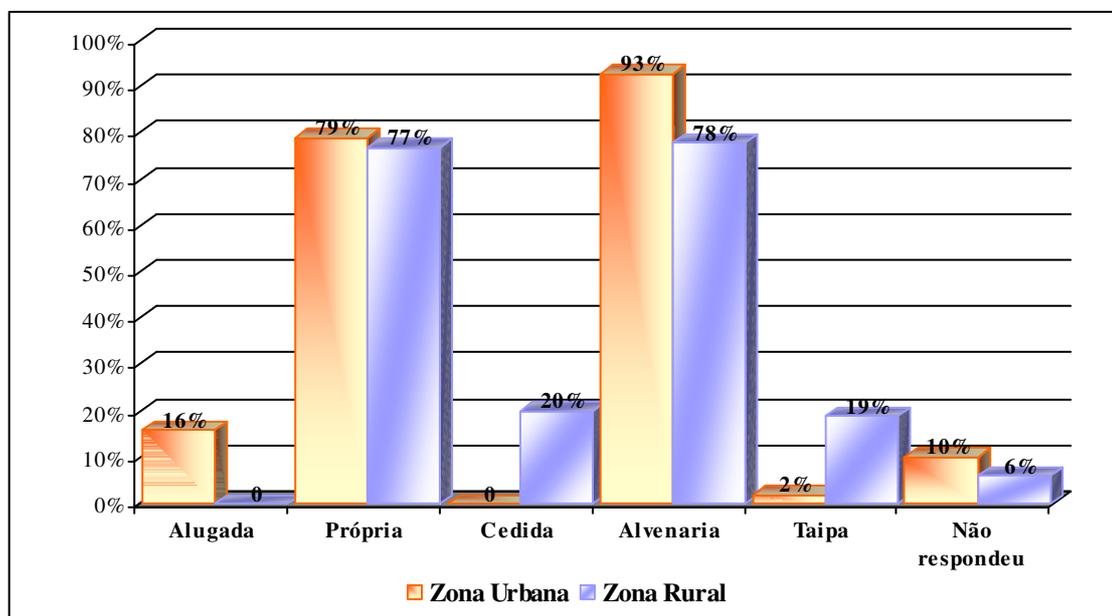
No período de 2000 a 2007, as doenças que mais levavam a população de Floresta-PE à óbito foram as causas naturais, os assassinatos, o câncer, acidente vascular cerebral e doenças cardíacas, seguida das outras causas.

De acordo com Ferraz (1999), o município de Floresta-PE possui dois centros de saúde, uma agência do IPSEP, três postos de saúde municipal na zona rural, o Conselho

Municipal de Saúde criado em 1991 e o Fundo Municipal de Saúde criado em 1995. Com todo esse aparato, a saúde no município tem alcançado bons resultados, diminuindo os casos de mortes por desnutrição e desidratação, além de gripe, malária e outras doenças.

As mudanças ocorridas na saúde da população, durante todo o século XX e nesse início do século XXI, podem ter ocorrido devido às melhorias nas condições de vida da população de Floresta-PE. As transformações na forma de habitação da população, de casa de taipa para casas de alvenaria, a energia a querosene ou carvão para energia elétrica, a água proveniente dos rios da região ou de cacimbas, sem qualquer tipo de tratamento para água encanada, os banheiros que não tinham qualquer tipo de higiene para banheiros com privada e esgoto, além da coleta de lixo, foram fatores que ajudaram a combater as doenças mais corriqueiras como as doenças intestinais, o tifo, a malária, a gripe, entre outras (FERRAZ, 1999). Observa-se na Figura 17, as características das moradias da população de Floresta-PE, em pesquisa realizada com 100 famílias na zona urbana e 100 famílias na zona rural.

Fig. 17: Tipo e características das moradias de 100 famílias da zona urbana e 100 famílias da zona rural – Floresta-PE

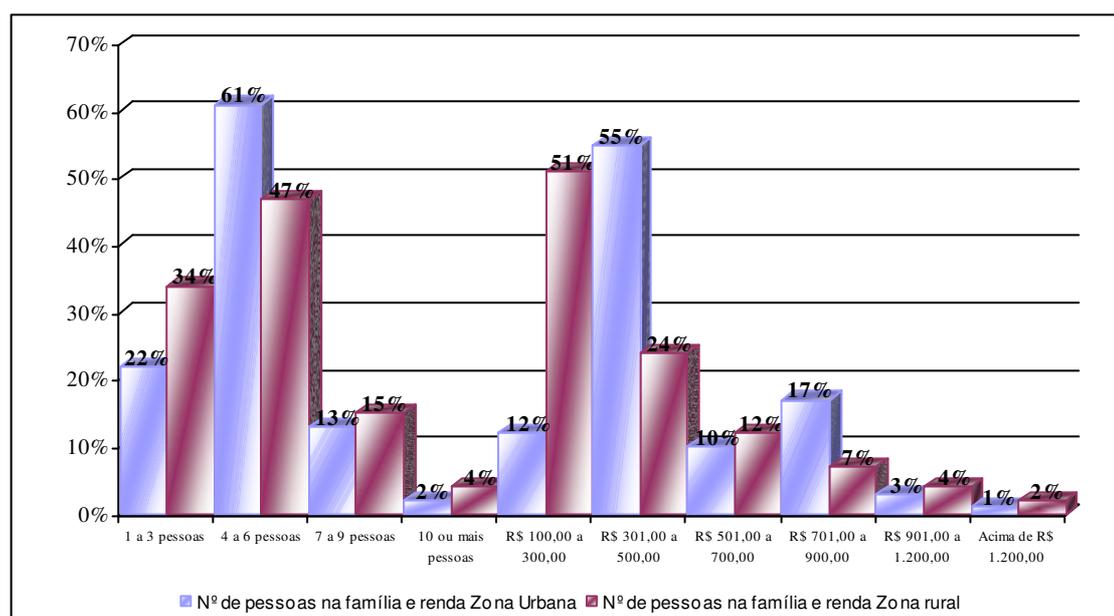


Fonte: Pesquisa realizada com 100 famílias em Floresta-PE, 2007.

Confirmando as palavras de Ferraz (1999), observa-se que, de acordo com a pesquisa realizada, 79% das pessoas entrevistadas na zona urbana e 77% das pessoas entrevistadas na zona rural moram em casa própria; 16% das pessoas da zona urbana moram em casa alugada e 20% das pessoas da zona rural moram em casa cedida, sendo

que 93% dos entrevistados da zona urbana e 78% dos entrevistados da zona rural moram em casas de alvenaria e somente 2% dos entrevistados da zona urbana e 19% dos entrevistados da zona rural em casas feitas de taipa; 10% dos entrevistados da zona urbana e 6% dos entrevistados da zona rural não responderam. Houve, portanto, grande mudança em relação à habitação da população, que em parte foi trazida pelas melhorias das condições econômicas da região, como pode se observar no Figura 18.

Fig. 18: Total de pessoas na família e renda familiar de 200 famílias – Floresta-PE



Fonte: Pesquisa realizada com 100 famílias em Floresta-PE, 2007.

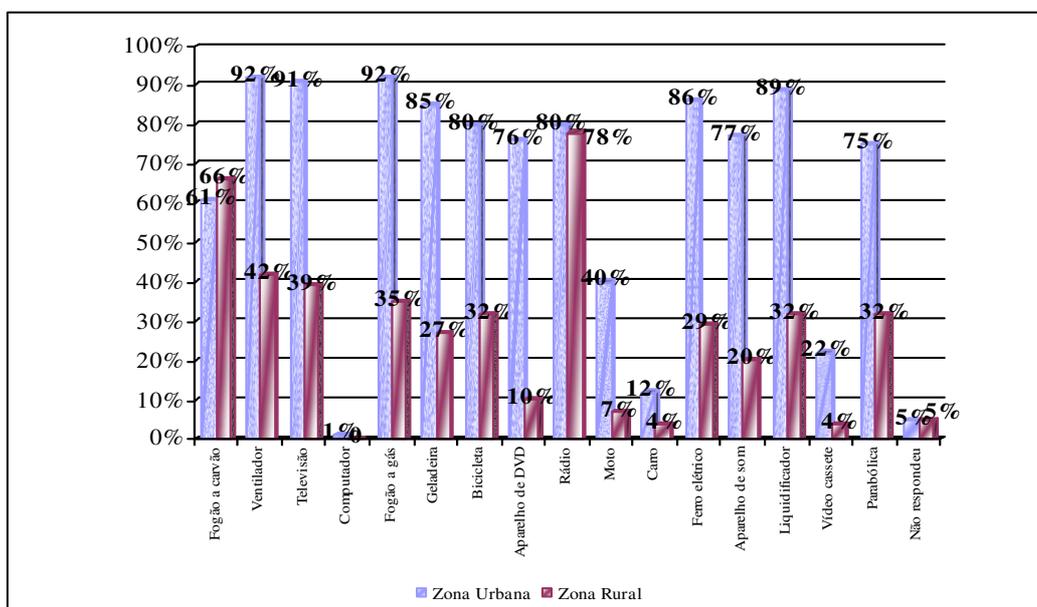
Observa-se que 22% dos entrevistados da zona urbana possuem de 1 a 3 pessoas na família, contra 34% dos entrevistados da zona rural; 61% dos entrevistados da zona urbana e 47% dos entrevistados da zona rural afirmaram possuir de 4 a 6 pessoas na família; 13% dos entrevistados da zona urbana e 15% dos entrevistados da zona rural afirmaram que a família possui de 7 a 9 pessoas; 2% dos entrevistados da zona rural e 4% dos entrevistados da zona urbana possuem 10 ou mais pessoas na família. A renda familiar de 12% dos entrevistados da zona urbana e 51% dos entrevistados da zona rural é de R\$ 100,00 a R\$ 300,00 reais mensais; para 55% dos entrevistados da zona urbana e 24% dos entrevistados da zona rural, a renda familiar varia entre R\$ 301,00 a R\$ 500,00 mensais; para 10% dos entrevistados da zona rural e 12% dos entrevistados da zona urbana, a renda familiar mensal varia entre R\$ 501,00 a R\$ 700,00; para 17% dos entrevistados da zona rural e 7% dos entrevistados da zona urbana, a renda familiar mensal varia entre R\$ 701,00 a R\$ 900,00; para 3% dos entrevistados da zona rural e 4% dos entrevistados da zona urbana, a renda familiar mensal varia entre R\$ 901,00 a R\$ 1.200,00; para 1% dos

entrevistados da zona rural e 2% dos entrevistados da zona urbana, a renda familiar mensal está acima de R\$ 1.200,00.

Assim, conclui-se que a maioria das famílias da zona urbana possuem de 4 a 6 pessoas, com uma renda mensal de R\$ 301,00 a R\$ 500,00 mensais. Na zona rural, a maioria das famílias, também possuem de 4 a 6 pessoas, porém com uma renda menor, de R\$ 100,00 a R\$ 300,00 mensais.

Segundo a revista ‘Carta Capital’, divulgando a pesquisa do Instituto Cetelem – Ipsos, o Nordeste foi a região com maior crescimento da renda familiar média (12%), na comparação entre 2005 (R\$ 676,64) e 2006 (R\$ 761,16). A intenção de compra de computador entre os nordestinos mais do que dobrou em um ano e, em 2007, os habitantes da região têm a intenção de gastar com móveis, eletrodomésticos, lazer/viagem, telefone celular e eletroeletrônicos, de modo que, estimativas iniciais indicam boa possibilidade de crescimento da economia nordestina, em torno de 4,1% em 2006 e 4,9%, em 2007, desde que a economia brasileira, no agregado, cresça entre 4,2% a 4,5%, sendo esta última taxa prevista pelo Governo Federal.

Fig. 19: Bens de propriedade da família, de 200 famílias – Floresta-PE.



Fonte: Pesquisa realizada com 200 famílias em Floresta-PE, 2007.

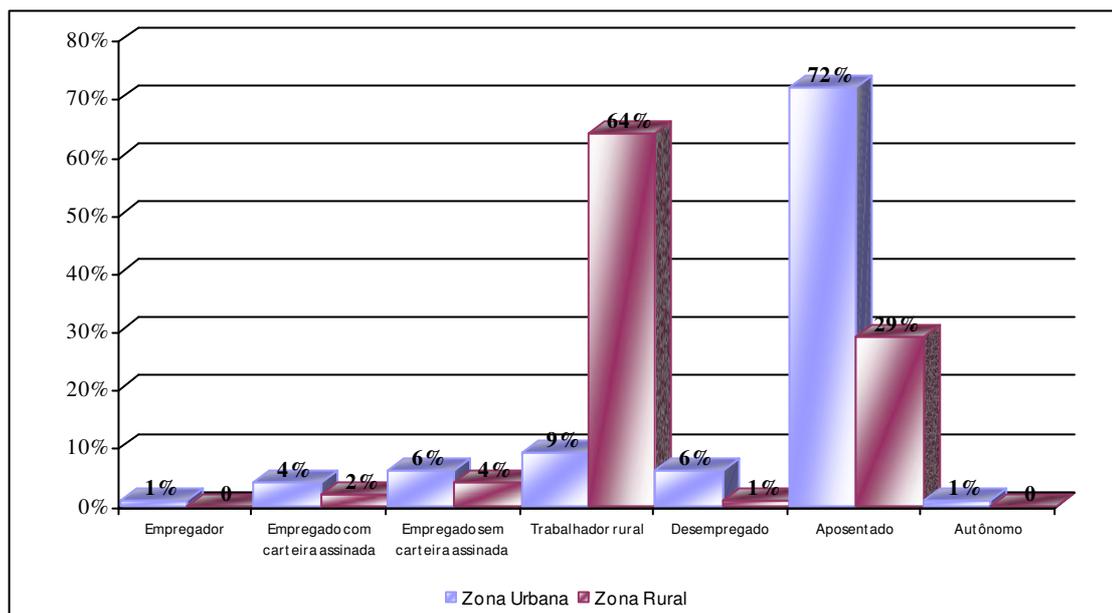
As 100 famílias entrevistadas na zona urbana possuem: Fogão a carvão - 61%; Ventilador - 92%; Televisão - 91%; Computador - 1%; Fogão a gás - 92%; Geladeira - 85%; Bicicleta - 80%; Aparelho de DVD - 76%; Rádio - 80%; Moto - 40%; Carro - 12%; Ferro elétrico - 86%; Aparelho de som - 77%; Liquidificador - 89%; Vídeo cassete - 22%; Parabólica - 75%; Não respondeu - 5%.

As 100 famílias entrevistadas na zona rural possuem: Fogão a carvão - 66%; Ventilador - 42%; televisão - 39%; Fogão a gás - 35%; Geladeira - 27%; Bicicleta - 32%; Aparelho de DVD - 10%; Rádio - 78%; Moto - 7%; Carro - 4%; Ferro elétrico - 29%; Aparelho de som - 20%; Liquidificador - 32%; Vídeo cassete - 4%; Parabólica - 32%; Não respondeu - 5%.

Portanto, as únicas propriedades, cujo percentual são iguais tanto para a zona urbana quanto para a zona rural são em relação ao fogão à carvão e rádio. De resto, observa-se que as famílias da zona rural possuem menos bens que as famílias da zona urbana.

O comércio em Pernambuco, de acordo com o Banco do Nordeste do Brasil (2007), obteve desempenhos superiores ao apresentado pelo Brasil, tanto considerando o volume de vendas quanto a receita nominal. Em janeiro de 2007, comparado ao mesmo período do ano anterior e observadas as variações de volume de vendas, Pernambuco obteve ampliações acima da média nacional, com 11,1% e expansão de 11,7% (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2007).

Destacaram-se, ainda, positivamente, na comparação 2006 a 2005, com as maiores expansões do volume de vendas as atividades: hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, (10,4%) em Pernambuco (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2007).

Fig. 20: Condição de trabalho do chefe da família, de 200 famílias – Floresta-PE.

Fonte: Pesquisa realizada com 100 famílias em Floresta-PE, 2007.

As condições de trabalho do chefe da família pode ser observada na Figura 20. Na região urbana do município, destacam-se os aposentados (72%), os trabalhadores rurais (9%), empregados sem carteira assinada (6%), empregados com carteira assinada (4%), empregador (1%) e autônomo (1%). Na zona rural destacam-se os trabalhadores rurais (64%), os aposentados (29%), empregados sem carteira assinada (4%), empregados com carteira assinada (2%) e desempregado (1%).

Esses resultados estão de acordo com os divulgados pelo IBGE (2000), mostrando que 42,5% das pessoas estão nas atividades agropecuárias; 13,8% no comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos; 9,7% na administração pública, defesa e seguridade social e 34% em outras atividades.

No Município de Floresta, o comércio houve um crescimento considerável nos últimos anos, resultando em grande demanda de empregos e atraindo diversos investimentos. Destaca-se nesse cenário o Grupo Compare (Foto 07), que tem sua matriz em Floresta, atua na área de vendas no atacado, abrangendo os Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Paraíba. No varejo atende as cidades pernambucanas de Floresta, Itacuruba, Belém dos São Francisco e Carnaubeira da Penha.



Fig. 21: Supermercado Compare

A agricultura no Município de Floresta – PE, alcançou um grande avanço nas duas últimas décadas, em especial o cultivo irrigado do tomate, melão, melancia (Fotos 08, 09, 10 – anexo) e cebola. O setor da pecuária, principalmente a ovinocaprino cultura (Foto 11, 12 - anexo), tem alavancado a economia do município.



Fig 22 – Tomate



Fig. 23 – Melão



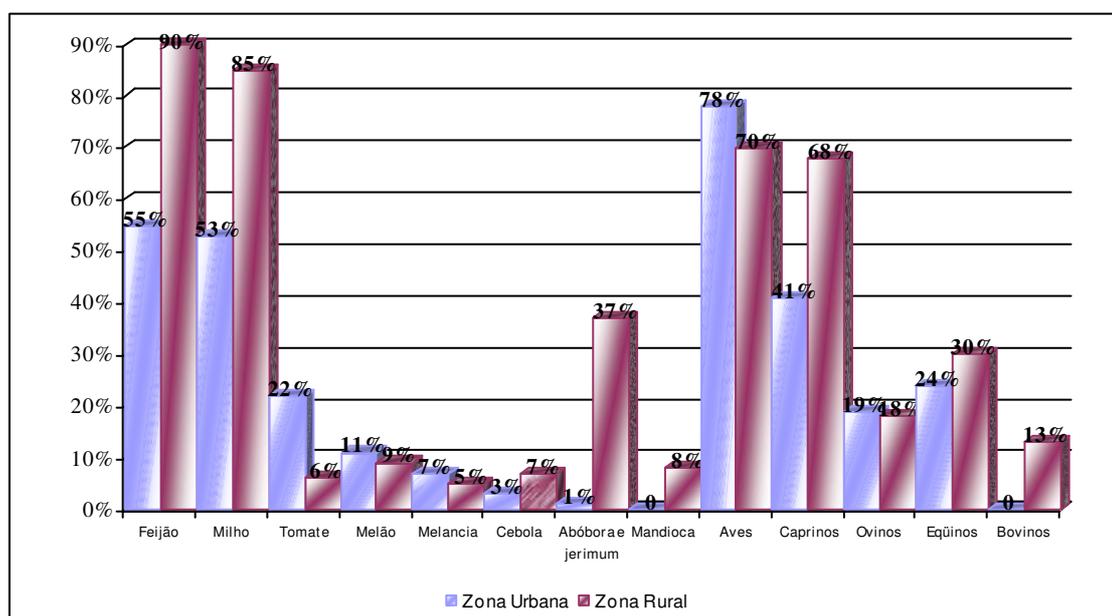
Fig. 24 – Melancia



Fig. 25– Ovino



Fig. 26 – Caprino

Figura 27: Produtos cultivados e animais criados de 200 famílias, Floresta-PE.

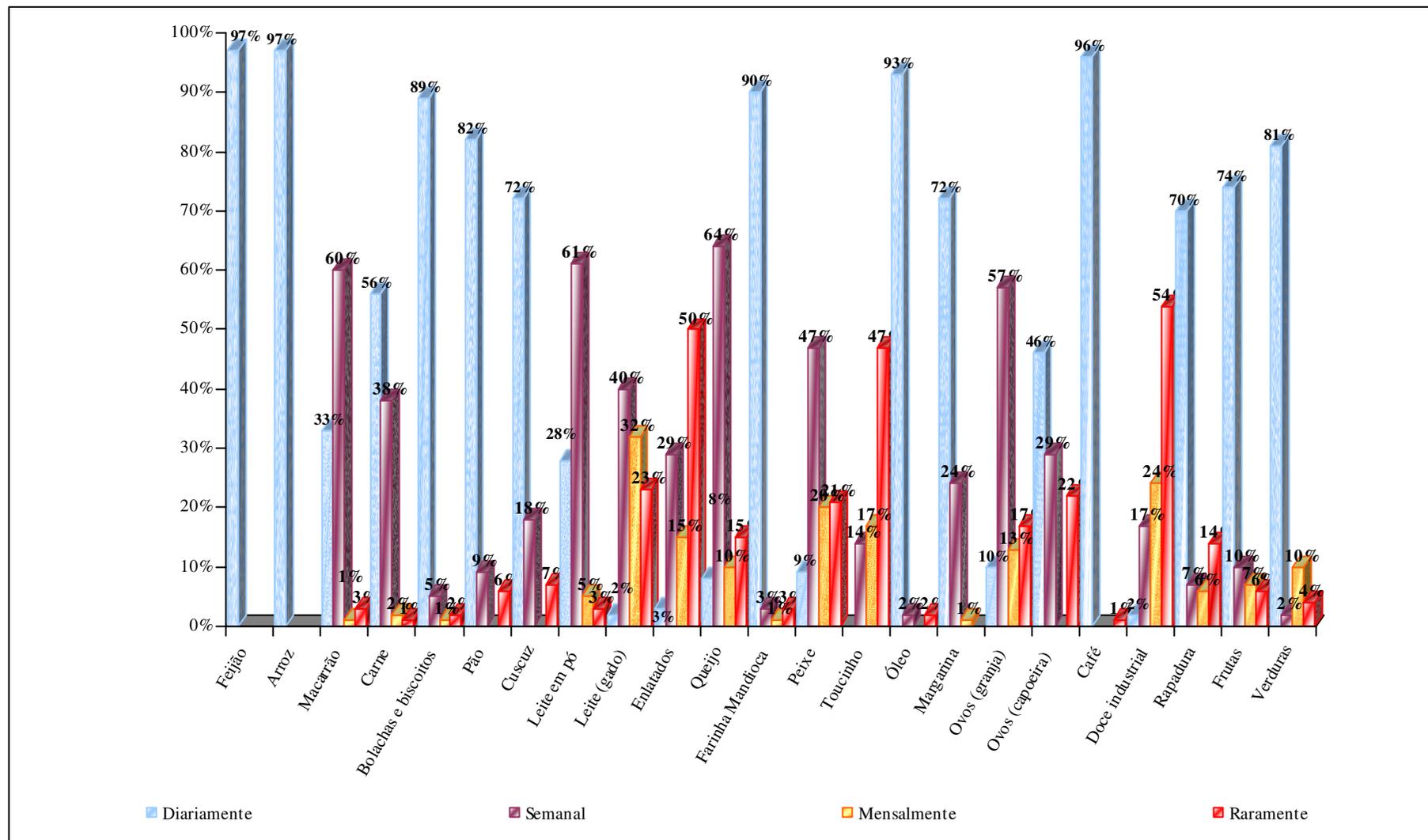
Fonte: Pesquisa realizada com 100 famílias em Floresta-PE, 2007.

Os alimentos produzidos pela população da zona urbana de Floresta-PE são: aves (78%), feijão (55%), milho (53%), caprinos (41%), tomate (22%), equinos (24%), ovinos (19%), melão (11%), melancia (7%), cebola (3%), abóbora e jerimum. Já a população da zona rural produz: feijão (90%), milho (85%), aves (70%), caprinos (68%), abóbora e jerimum (37%), equinos (30%), ovinos (18%), bovinos (13%), melão (9%), mandioca (8%) e cebola (7%). Alguns alimentos são produzidos em maior número pela população da zona rural, como feijão, milho, aves, caprinos, equinos e abóbora.

A agricultura contribui de forma considerável na melhoria da qualidade de vida da população de Floresta.

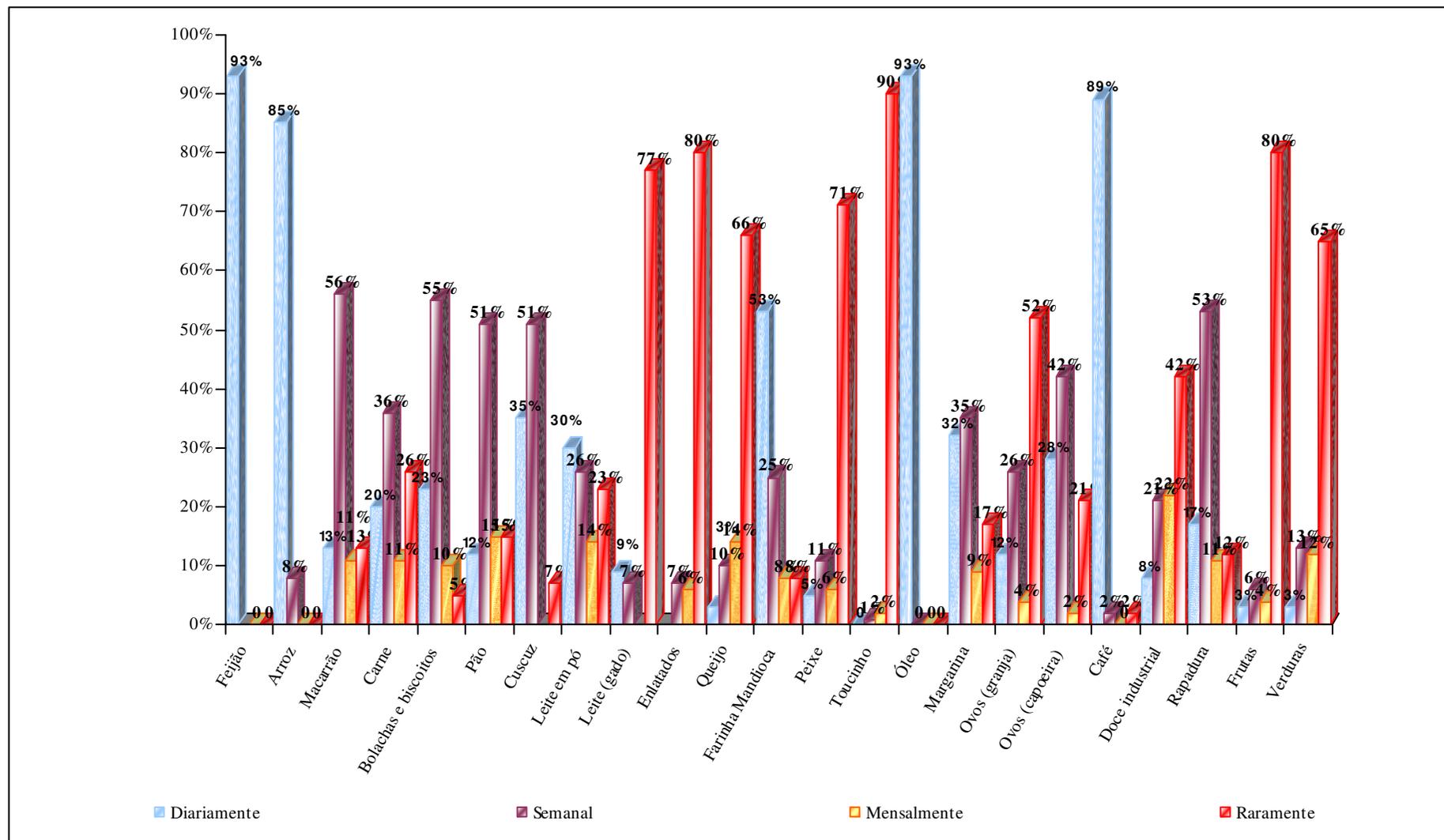
A agricultura irrigada emprega uma grande parcela da mão de obra economicamente ativa. Por outro lado, a falta de orientação e equipamentos apropriados, vem contribuindo com sérios acidentes de trabalho, principalmente no tocante ao uso dos agrotóxicos.

Fig. 28: Alimentos consumidos por 100 famílias, zona urbana, Floresta-PE.



Fonte: Pesquisa realizada com 100 famílias em Floresta-PE, 2007.

Fig. 29: Alimentos consumidos por 100 famílias, zona rural, Floresta-PE.



Fonte: Pesquisa realizada com 100 famílias em Floresta-PE, 2007.

A alimentação da população da zona urbana sofreu algumas modificações, desde a época de Castro. Josué de Castro considera que no sertão nordestino, uma zona sujeita a secas periódicas, o milho é o alimento básico, mas não é uma área de graves deficiências alimentares, mesmo estando sujeita ao desastre natural das secas.

O padrão alimentar tem certo equilíbrio, como demonstra Josué de Castro. O milho, o leite, a carne, a farinha de mandioca, o feijão, a batata-doce, o inhame, a rapadura e o café constituem a dieta básica do sertanejo. É notável, a ausência de frutas e verduras, salvo de algumas frutas silvestres e de umas poucas verduras que, no entanto, costumam ser misturadas em "combinações de admirável primitivismo", como lembra Castro. Mesmo como a falta de frutas e verduras, a dieta do sertanejo tinha certo equilíbrio nutricional, principalmente por suas combinações.

Porém, na atualidade e de acordo com a pesquisa realizada, a alimentação do sertanejo urbano inclui feijão, arroz, bolachas e biscoitos, farinha de mandioca, óleo, café, com destaque especial para a grande quantidade de verduras (81%) e frutas (74%), rapadura, margarina, leite em pó, carne, macarrão, pão, cuscuz, peixe e queijo. Porém, não é o que se pode observar na zona rural. A população da zona rural possui uma alimentação bem deficiente, sendo arroz, feijão, farinha de mandioca, cuscuz, óleo, café, pouca carne, macarrão, queijo, leite, quase nenhuma verdura e frutas. Houve uma modificação para menos qualidade nessa alimentação, apesar do crescimento da economia nordestina e a elevação da qualidade de vida das pessoas da região urbana.

Para Castro (2004), o regime alimentar do sertanejo contém um elevado poder energético, suficiente para atender às necessidades impostas pelas adversidades climáticas e pelo dispêndio de energia característico da faina diária do agricultor sertanejo. A dieta equilibrada explica, na opinião de Castro, a resistência do povo sertanejo às doenças infecciosas e, também, a ausência, em grandes proporções, de avitaminoses e de carências minerais. A esses traços peculiares das práticas alimentares no sertão, soma-se a influência benéfica da luz solar na absorção pelo organismo dos seus habitantes das vitaminas C e D; os raios ultravioleta, por sua vez, contribuem para a salubridade climática da região, ao proporcionar a esterilização do meio ambiente.

Mesmo no período das grandes estiagens o homem da área rural de Floresta – PE, não sofre tanto quanto no passado. Mesmo em secas de grandes proporções, mantém sua alimentação regular, não recorrendo a alimentos incomuns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza, medida pela insuficiência de renda, alcança mais de um quarto da população brasileira e dissemina-se por todas as regiões e áreas do país, afligindo, entretanto, em particular, as populações do Norte e Nordeste e, ainda mais particularmente, a população rural dessa última região.

A desnutrição, medida pelo retardo do crescimento infantil, alcança cerca de 10% das crianças do país e se distribui no território nacional de forma semelhante à pobreza, ainda que com diferenças regionais mais intensas.

Na região em situação mais favorável – as áreas urbanas do Centro-Sul – a ocorrência de crianças de baixa estatura é rara e sua frequência é apenas pouco superior à observada em países desenvolvidos, enquanto na região em situação menos favorável – o Nordeste rural – o problema alcança uma em cada quatro crianças, condição que aproxima essa região dos países mais pobres de mundo.

Diferenças regionais quanto ao poder aquisitivo das famílias não explicam inteiramente o excesso relativo de desnutrição infantil no Norte e Nordeste e nas áreas rurais dessa última região. A fome ou a deficiência energética crônica, medida pela depleção de reservas energéticas na população adulta, alcança frequências limitadas no país, compatíveis com virtual ausência de risco do problema.

A distribuição regional do indicador de deficiência energética crônica aponta ausência do problema nas áreas urbanas da região Sudeste e virtual ausência do problema nas áreas urbanas do Nordeste e nas áreas rurais do Sudeste. Risco baixo de deficiência energética crônica (muito distante da situação documentada em países que convivem endemicamente com a fome) é encontrado nas áreas rurais da região Nordeste.

Séries históricas de indicadores da pobreza indicam declínio intenso do problema nos anos de 1970, acompanhando o crescimento exuberante da economia nacional, e declínios muito modestos, ou mesmo estagnação, nos anos de 1980 e 1990, acompanhando o crescimento econômico medíocre do país. Indicadores da desnutrição apontam declínio substancial do problema nos anos de 1970 e 1980 e evolução ainda mais

favorável nos anos de 1990, a qual pode ser atribuída quase que inteiramente à ampliação de serviços básicos de saúde, rede pública de água potável e aumento da escolaridade das mães. Indicadores da fome ou da deficiência energética crônica apontam declínio intenso do problema nos anos de 1970 e 1980 e declínios de menor magnitude nos anos de 1990.

As diferenças identificadas na magnitude, distribuição e evolução da pobreza, da desnutrição e da fome confirmam a natureza distinta desses problemas, tal como sustentado na introdução deste trabalho, ao mesmo tempo em que determinam implicações importantes na definição de prioridades, conteúdos, escalas e alvos para políticas públicas.

Ações governamentais específicas de combate à pobreza deveriam ter máxima prioridade no país e devem perseguir essencialmente o aumento da renda dos mais pobres. Ações que resultem em maior crescimento econômico com melhor distribuição de renda e que levem à reativação da economia, à criação de empregos e ao aprofundamento da reforma agrária são vistas como soluções consensuais para o aumento da renda dos mais pobres no Brasil.

Mais recentemente, o mesmo acordo parece existir quanto a programas governamentais de transferência direta de renda acoplados a contrapartidas das famílias beneficiárias, seja com relação à manutenção de crianças nas escolas ("bolsa-escola"), seja com relação a controles preventivos de saúde ("bolsa-alimentação").

Constatou-se, com a análise realizada no presente trabalho que, a fome diminuiu no município de Floresta-PE, de forma considerável em função do melhor desenvolvimento da agricultura irrigada, do desenvolvimento da ovinocaprinocultura, do crescimento do comércio varejista, implantação de indústrias, aposentadorias, ação de ONGs (Organizações não Governamentais) e de algumas políticas públicas, estas últimas, apresenta-se de forma mais assistencialistas e não como políticas de reparação permanente.

Ações que combatam eficientemente a pobreza serão obviamente de enorme valia para a luta contra a desnutrição. Entretanto, a experiência brasileira e a de outros países em desenvolvimento indicam que a intensificação de investimentos em educação, saneamento do meio e cuidados básicos de saúde, incluindo o monitoramento do estado nutricional infantil e a detecção e correção precoces da desnutrição, será essencial para se alcançar a definitiva erradicação do problema.

A luta contra a fome, ou ao que resta desse problema no país, igualmente se beneficiará do combate à pobreza. Contudo, as evidências reunidas neste trabalho indicam que ações específicas de combate à fome, em particular ações de distribuição de alimentos (diretamente ou através de créditos ou cupons), deveriam ser empregadas no Brasil de modo focalizado, com atenção especial para segmentos da população rural da região Nordeste. A expansão desmedida de ações de distribuição de alimentos, ao contrário do que talvez indiquem o senso comum e a indignação justificada diante de uma sociedade tão injustiçada e plena de problemas como a brasileira, implicaria consumir recursos que poderiam faltar para ações sociais mais bem justificadas e mais eficientes.

Para solucionar o problema da fome, são necessárias políticas públicas bem elaboradas, eficazes, aplicadas e fiscalizadas. Políticas não só no campo alimentar, mas também, no campo da educação (de qualidade) e da saúde.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Luzinéia Guimarães. **Misturando sabores: a alimentação na vila real do senhor bom Jesus do cuiabá (1727 – 1808)**. 2002. Dissertação de Mestrado. Curso de História. Cuiabá-MT: Universidade Federal de Mato Grosso, 2002. Disponível em www.dominiopublico.gov.br, acesso em dezembro de 2006.

ANDRADE, Manoel Correia de. (Org.). **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

AZEVEDO, Sergio Luiz Malta de. **O Espaço dos Pequenos Agricultores de Paulo Afonso-BA e sua Participação no Circuito das Feiras da Região**. Recife-PE, UFPE, 1996. (Dissertação de Mestrado).

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **BNB Conjuntura Econômica**. N. 12 (jan.-mar. 2007). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

BATISTI, Leonir. **Direito do Consumidor para o Mercosul: enfoque jurídico e econômico dos Blocos de Integração**. 2. edição. Curitiba: Ed. Juruá, 2003.

BERGMAN, E. W. and FESER, E. J. **Industrial and Regional Clusters: Concepts and Comparative Applications**. RRI, WVU, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998.

_____, Pierre. “Gostos de Classe e Estilo de Vida”, in ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1982, Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 39.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em www.mec.gov.br, acesso em 01 mar 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 brasileira**. Brasília: MMA, 2001.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Amazônia sustentável – PAS: Cenários propostos para um novo desenvolvimento regional**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2006.

CARDIM, F. **Tratados da terra e da gente do Brasil (1583-1593)**. São Paulo: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1939.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005. Editora UFPR.

_____, Henrique. **Comida e Sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Campos, 2003.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. Josué de. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 2 volumes. São Paulo: Brasiliense, 1965.

_____. Josué de. **Fome, um tema proibido: Os últimos escritos de Josué de Castro/ Josué de Castro; Org. Ana Maria de Castro**. 3ª edição. Recife: CEPE, 1996.

CHOMSKY, Noam. **Por qué el Foro social Mundial?** – Serviço Informativo alai-amlatina. 21 de septiembre de 2000.

FERRAZ, Álvaro. **Memória de uma cidade sertaneja no seu cinquentenário**. Recife: Arquivo Público, 2000.

FRIEDMAN, Georges. **7 estudos sobre o homem e a técnica**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

GARCIA, Manuel E., VASCONCELLOS, Marco Antônio S. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

GEORGE, Susan. **O Mercado da Fome**. Tradução: Eneida Cidade Araújo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GUEDES, Ana Emília; ROCHA, Paulo de Medeiros. O espectro da fome no Brasil. 2006. **Da Vinci** – textos acadêmicos. Disponível em www.ufrn.br, acesso em dezembro de 2006.

HADDAD, P. R. “Clusters e Desenvolvimento Regional”. **Cluster – Revista Brasileira Competitividade**. Ano 1, N. 2, agosto/novembro de 2001.

Halweil, Brian; Nierenberg, Danielle. Controlando nossa alimentação. *In*: IGLESIAS, Henrique (Apres.). **Estado do Mundo, 2004**: estado do consumo e o consumo sustentável / Worldwatch Institute; tradução Henry Mallett e Célia Mallett. Salvador, BA:Uma Ed., 2004.

HAYAKAWA apud GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1976.

JURAN, J. M. **Controle de qualidade**. São Paulo: Makron Books, 1992.

LAGNEAU, Gérard. **A sociologia da publicidade**. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1981.

LASSWELL, Harold D. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. *In*: **Comunicação e indústria cultural**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

LEDUC, Robert. **Propaganda**: uma força a serviço da empresa. São Paulo: Atlas, 1977.

LIMA, E. da S. Gênese e constituição da educação alimentar: a instauração da norma. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, V(1): 57-83 mar.-jun., 1998.

LINHARES, Maria Yedda. **História do abastecimento**: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: Binagri, 1979.

LOBO, T. Exclusão Social e transição para a modernidade. In: VELLOSO, J. P. R.; ALBUQUERQUE, R. C. (orgs.). **Modernidade e pobreza**. São Paulo: Nobel, 1994.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. **Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX**. Tese de Doutorado. Curso de História. Departamento de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca – SP: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2004.

MAMIGONIAN, A. . A Industrialização da América Latina: O Caso Brasileiro.. In: AGB. (Org.). **Fundamentos para o ensino de geografia**-seleção de textos. 1 ed. Sao Paulo: AGB, 1986.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**: princípios de micro e macroeconomia.

MICHELS, Ido Luiz [Coord.]. **Estudo da cadeia produtiva da carne bovina de Mato Grosso do Sul**: proposta de uma política pública. Campo Grande: UFMS/FAPEC/SEFAZ, 2000. Disponível em www.idomichels.com.br, acesso em 01 out 2005.

MORIN, Edgard et alii. **Cultura e comunicação de massa**. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

PACHARD, Vance. **Nova técnica de convencer**. São Paulo: Ibrasa, 1972.

PIETRICOVSKY, Iara. Globalização na América Latina – Que Globalização? **Revista ARGUMENTO 003**. Brasília: Ed. INESC, 2001.

PORTER, M. E. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Ed. Campus, 1993.

RAMOS, José Mário Ortiz. **Televisão, Publicidade e Cultura de Massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

RESENDE, Flávio Dutra de; DIAS, Ricardo Signoretti. **Sistema orgânico de produção de carne bovina**. Disponível em <http://www.sic.org.br/index.asp>. Acesso em 29 set 2005.

REZENDE, Marcela Torres. A alimentação como objeto histórico complexo: relações entre comidas e sociedades. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 33, 2004.

RIAL, Carmem. **Brasil**: primeiros escritos sobre comida e identidade. Antropologia em primeira mão. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. n. 1, 1995. Florianópolis: UFSC

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **Magia e capitalismo**: um estudo antropológico da publicidade. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____, Everardo P. Guimarães. **Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SALVADOR, F. V. **História do Brasil (1590-1627)**. Livro Primeiro. São Paulo: Melhoramentos, 1954. Disponível em www.dominiopublico.gov.br, acesso em dezembro de 2006.

SAMUELSON, Paul; NORDAHAUS, William. **Economia**. Portugal: McGraw-Hill, 1999.

SANTOS, José Ailton Nogueira dos; BRAINER, Maria Simone de Castro Pereira. Cenário para a Agroindústria Brasileira de Frutas. **BNB Conjuntura Econômica**, Fortaleza, pp. 9-11, n. 12, jan. - mar. 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Fome e conflito social: uma história que vem de longe. **Ciência Hoje**, vol.17, n. 100, p.39-43, 1994.

STAL, Israel Luiz. Bolsa Escola como alternativa de inclusão social. **VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Lisboa: Portugal, 8-11 Oct. 2002. Disponível em www.bndes.gov.br, acesso em 03 mar 2003.

STEWART, Daniel K. **A psicologia da comunicação**. São Paulo: Forense, 1972.

SUPLICY, E. M.; MARGARITO NETO, B. A. Políticas sociais: O programa Comunidade Solidária e o Programa de Garantia de Renda Mínima. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**. IPEA, n. 12, jun/dez, 1995. Disponível em www.bndes.gov.br, acesso em 03 mar 2003.

THAYER, Lee. **Comunicação: fundamentos e sistemas**. São Paulo: Atlas, 1976.

TORNERO, J. M. Perez. **Semiótica de la Publicidad**. Barcelona: Editorial Mitre, 1982.

TRUILLIER, P. **Do Estudo de mercado ao plano de marketing**. Portugal: CETOP, 1987.

VASCONCELOS, F. de A. G. de. Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. VIII (2): 315-39, jul.-ago., 2001.

VIEIRA, Antônio. **Obras escolhidas**. Cartas do Padre Antônio Vieira. 2 vols. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1951.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWIA, Bader (org.). **As artimanhas da eclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Television - Technology and Cultural Form**. Hanover: University Press of New England, 1992.

WRIGHT, Charles. **The Public Opinion Quarterly**. New York, v. 24, n. 4, 2000.

APÊNDICE

Plano Diretor Floresta



Elaboração de Planos Diretores Municipais para Municípios do Nordeste Setentrional Diretamente Impactados pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF

Macrozoneamento Território Municipal

Escala: 1/150.000
Maio/2007

P.01/02

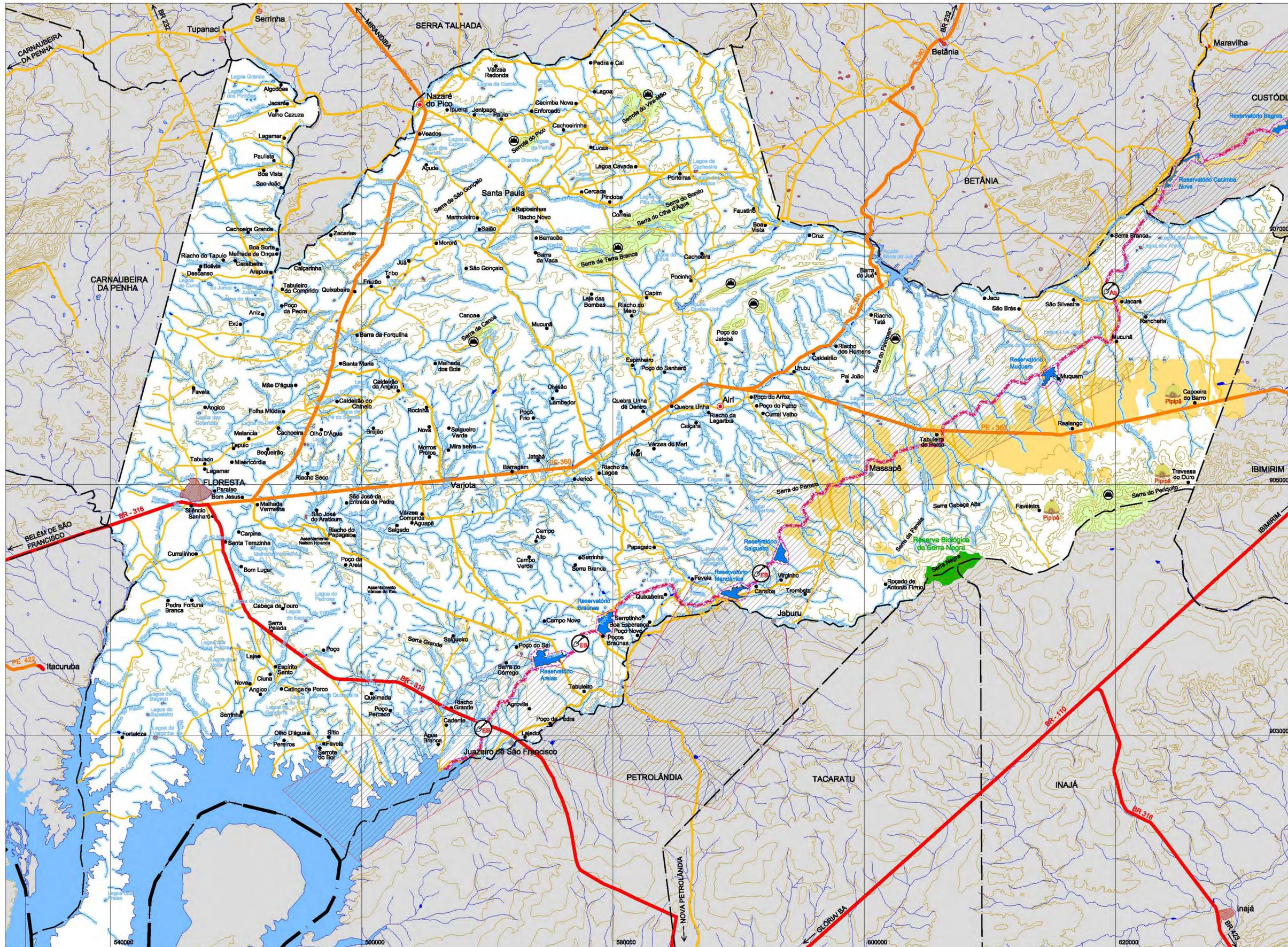
Legenda

- Limite estadual
 - Limite municipal
 - Rodovia federal
 - Rodovia estadual
 - Vias Vicinais
 - Rios, Cursos d'água e Barragens
 - Distrito
 - Localidades
 - Curvas de nível
 - Povoados
 - Reserva Biológica de Serra Negra
 - Reservatórios Projetados
 - Área de irrigação
 - Obras do Projeto de Integração do RSF:
 - Aq - Aqüeduto
 - Tu - Túnel
 - Pt - Ponte
 - EB - Estação de Bombeamento
 - Us - Usina Hidrelétrica
 - Eixo do Canal
 - Área de utilid. públ. e de Int. social para fins de desapropriação (Decreto de 8 de junho de 2005)
 - Faixa de domínio do canal
 - Áreas Indígenas
- Macrozoneamento Municipal**
- Zona Urbana
 - Zona Rural
 - APP - Cursos e corpos d'água
 - Áreas propostas para estudos de seleção e delimitação de APP's de Morros e Encostas

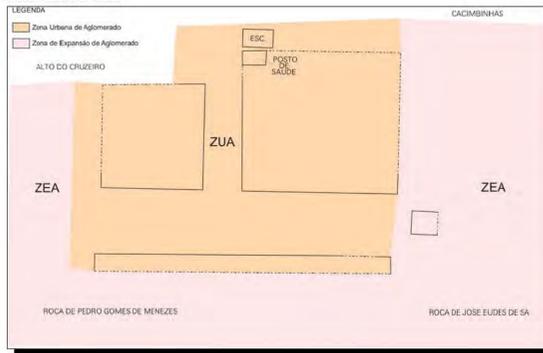
Escala 1/150.000

Base Cartográfica: Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologia Espaciais - FUNGATE

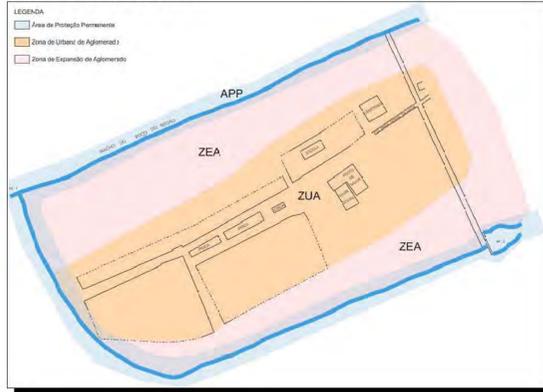
1. Áreas de irrigação identificadas para Projeto de Integração do RSF (2005)



ZONEAMENTO - AIRI



ZONEAMENTO - NAZARÉ DO PICO



ANEXO

2- N° de pessoas que moram no domicílio _____? Quantos filhos moram no domicílio? _____

3- Tem aposentado () sim () não Quantos? _____

4- Renda total da família

- () R\$ 100,00 a 300,00
- () R\$ 301,00 a 500,00
- () R\$ 501,00 a 700,00
- () R\$ 701,00 a 900,00
- () R\$ 901,00 a 1.200,00
- () acima de R\$ 1.200,00

5- Situação no mercado de trabalho do chefe da família

- () Empregador
- () Empregado com carteira assinada
- () Empregado sem carteira assinada
- () Trabalhador rural
- () Não trabalha
- () Aposentado
- () Outro: Qual _____

6- O que cultiva

- () Feijão
- () Milho
- () Tomate
- () Melão
- () Arroz
- () Mandioca
- () Melancia
- () Batata doce
- () Abóbora e jerimum
- () Outros: _____

7- O que cria

- () Aves (galinha, pato, etc.)
- () Caprinos
- () Ovinos
- () Bovinos
- () Eqüinos (cavalo, burro, jumentos)

8- Onde compram

- () Feira livre () Supermercado

9- O que compram

- () Frango congelado
- () Carne bovina
- () Carne de bode
- () Carne de Porco
- () Peixe
- () Salgadinho, pipoca
- () Iogurte (danone)
- () Lingüiça
- () Bebida alcoólica
- () Refrigerante
- () Queijo
- () Frutas
- () Verduras
- () Charque
- () Feijão
- () Doces
- () Arroz
- () Fubá de milho (Vitaflacos, etc.)
- () Biscoitos e bolachas
- () Café em pó
- () Suco em pó
- () Margarina
- () Toucinho
- () Enlatados
- () Ovos

Arroz				
Macarrão				
Carne				
Bolachas e Biscoitos				
Pão				
Cuscuz				
Leite em pó				
Leite (gado)				
Enlatados				
Queijo				
Farinha de mandioca				
Peixe				
Toucinho				
Óleo				
Margarina				
Ovos (granja)				
Ovos (capoeira)				
Café				
Doce industrial				
Rapadura				
Frutas				
Legumes e verduras				

11- Você já consumiu no período da seca

- Mucunã
 Macambira (Farinha ou cuscuz)
 Xique-xique

12- Seus pais ou avós consumiram esses alimentos em secas passadas?

- Sim Não

13- Está mais fácil conviver com a seca hoje?

- Sim Não

14- A família recebe algum benefício do governo?

- Sim Não Quais _____

15- A casa é ...

- Própria Cedida Alugada Invasão Outro _____

16- Característica da casa.

- Alvenaria(tijolo) Taipa coberta de telha Taipa coberta de Palha
 Madeira outras: Citar _____

17- Bens de propriedade da família.

- | | | | |
|---|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Fogão a carvão | <input type="checkbox"/> Fogão a gás | <input type="checkbox"/> Rádio | <input type="checkbox"/> Aparelho de som |
| <input type="checkbox"/> Ventilador | <input type="checkbox"/> Geladeira | <input type="checkbox"/> Moto | <input type="checkbox"/> Liquidificador |
| <input type="checkbox"/> Televisão | <input type="checkbox"/> Bicicleta | <input type="checkbox"/> Carro | <input type="checkbox"/> Vídeo cassete |
| <input type="checkbox"/> Computador | <input type="checkbox"/> Aparelho de DVD | <input type="checkbox"/> Ferro elétrico | <input type="checkbox"/> Parabólica |